

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPHR**

**DISSERTAÇÃO**

**A emergência de um líder nacionalista**  
**A atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953**

**Vinícius dos Santos Fernandes**

**2013**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPHR**

**A emergência de um líder nacionalista  
A atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953**

**Vinícius dos Santos Fernandes**

Sob a orientação do professor  
**Alexandre Fortes**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do Título de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História, na Área de Concentração: Estado e relações de poder, Linha de Pesquisa: Relações de poder, Trabalho e Movimentos Sociais.

Seropédica, RJ  
2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**VINÍCIUS DOS SANTOS FERNANDES**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Mestrado em História, área de concentração em Estado e Relações de Poder.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 20/08/2013

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Alexandre Fortes  
Orientador e Presidente - UFRRJ

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Surama Conde Sá Pinto, UFRRJ

Prof. Dr. Paulo Roberto Ribeiro Fontes, CPDOC-FGV

Prof. Dr. Noberto Osvaldo Ferreras, UFF

FERNANDES, Vinícius dos Santos. **A emergência de um líder nacionalista: a atuação parlamentar de Leonel Brizola entre os anos de 1947 e 1953**, 2013. 125 páginas. (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História – PPHR, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

### **Resumo**

Esta dissertação tem por objetivo analisar os anos iniciais da carreira política de Leonel de Moura Brizola. Entende-se que as experiências político-sociais vividas por esse importante líder trabalhista foram fundamentais para sua posterior projeção política. A temática e o recorte temporal se justificam em função da pouca bibliografia acerca do personagem no período em destaque e dos limites existentes no uso dos conceitos de populismo e de trabalhismo para a compreensão da conjuntura em análise.

Esperamos, dessa forma, contribuir para o preenchimento da lacuna identificada, assim como lançar luz sobre aspectos importantes do sistema político e social dos anos compreendidos entre a Era Vargas e o Regime Militar e sobre a composição e atuação do PTB, em sua seção gaúcha, no sistema político partidário do período.

**Palavras-chave:** Leonel Brizola, PTB, Trabalhismo.

FERNANDES, Vinícius dos Santos. **The rise of a nationalist leader: Leonel Brizola parliamentary action between 1947 and 1953**, 2013. 125 páginas. (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de História – PPHR, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2013.

### **Abstract**

This study aims to analyze the beginning of Leonel de Moura Brizola's political career, an important trabalhista leader, who acquired his political rise owing to his actions at that time. The theme and the time were chosen because of the lack of studies in this area and the existing limits of the use of populismo and trabalhismo to explain this hole historical time.

This way, we hope to bring new elements to comprehend the historical context in question, as well the characteristics of its political and social systems and the problems that concerns to composition and proceeding of political parties, principally from PTB.

**Key-words:** Leonel Brizola, PTB, Laborism.

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao Programa pela aceitação deste projeto e pela oportunidade de amadurecimento intelectual que pude alcançar com as diversas disciplinas que cursei e mesmo com as conversas informais de corredor com professores e companheiros de curso. Agradeço, dessa forma, a todos os docentes e discentes com quem tive contato.

Um agradecimento especial ao meu orientador, Alexandre Fortes, pelo incentivo, pelas sugestões, pela disponibilidade e atenção a mim dispensada. O tempo de convívio, desde a graduação, só fez aumentar a admiração e o respeito por sua intelectualidade e senso de humanidade.

Este trabalho também não seria possível sem a compreensão da equipe do CIEP Brizolão 400 – Oswald de Andrade, que me deu todo o suporte quando, por motivos que competem à elaboração dessa dissertação, necessitei ausentar-me. Aos seus diretores, Marcelo e Nádia, meus sinceros agradecimentos.

Além da direção, é necessário lembrar o corpo de professores e de funcionários com os quais divido minhas angústias e minhas esperanças relativas ao trabalho docente e que muito me ensinaram sobre a vida, sobre a sala de aula, trabalho em equipe, e acerca da luta diária por melhores condições de trabalho e por um mundo mais justo.

Dentre os meus familiares, agradeço imensamente ao carinho, ao amor e à dedicação de minha mãe, Gélia Havier dos Santos Fernandes. Espero que eu consiga retribuir todo o apoio que me destes em minha carreira acadêmica, agora que iniciastes a tua. Saiba que me orgulho diariamente de partilhar com você essa existência e que não passa despercebido todo o seu esforço para se tornar um ser humano novo e melhor a cada dia.

O gosto pelas discussões e a vontade de aprender também devo ao meu irmão, Vitor dos Santos Fernandes. Nossos debates que adentravam a madrugada e que, por muitas vezes, me revoltavam, nunca fizeram tanto sentido! Obrigado pelo incentivo e pela paciência ao ouvir as “loucas” e “chatas” ideias desse historiador.

Com todo o sentimento que trago no peito agradeço a Claudielle Pavão da Silva, que com sua curiosidade, paciência, compreensão e ânsia de viver, soube entender as ausências temporárias, teve bons ouvidos quando a dissertação tornou-se o assunto mais repetido e tornou os duros dias de trabalho e escrita mais fáceis e leves, imprimindo em minha vida

novas cores, sabores e sons. Espero estar à altura de retribuir essa cumplicidade para enfrentarmos os desafios inerentes à nossa jornada.

Agradeço ainda aos meus amigos de História e de vida, desde a Graduação, Nelson e Gabriel, pela sinceridade, honestidade, companheirismo e pela constante troca de ideias. Descontraídas, engajadas, existenciais, todas elas foram fundamentais para que eu esteja onde estou.

Por fim, minha eterna gratidão a Hugo José da Silva, que pacientemente vem me auxiliando a mudar as lentes pelas quais vejo a vida, apesar das resistências e teimosias desse “velho” viajante.

## Sumário

<b>Introdução.....</b>	<b>9</b>
<b>Capítulo 1 – Do ingresso no PTB ao fim da primeira Legislatura.....</b>	<b>31</b>
1.1 – “Esse Guri Vai Longe” - Das origens ao Ingresso no PTB.....	31
1.2 - Os primeiros anos do pós-45.....	37
1.3 - O pós-45 no Rio Grande sul e a atuação de Leonel Brizola.....	43
1.3.1 – A formação do ambiente político institucional.....	46
1.3.2 - Os rumos do desenvolvimento econômico gaúcho.....	55
1.3.3 – O diálogo com a juventude porto-alegrense.....	67
1.4 – Considerações finais do capítulo.....	69
<b>Capítulo 2 – As eleições de 1950, a derrota nas eleições municipais de 1951 e a atuação na Segunda Legislatura.....</b>	<b>71</b>
2.1 - Os anos 1950 no Rio Grande do Sul.....	80
2.2 - A atuação de Leonel Brizola na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul.....	90
2.3 – As eleições para a prefeitura de Porto Alegre.....	99
2.4 – O retorno à Assembleia.....	105
2.5 – Considerações finais do capítulo.....	111
<b>Conclusão.....</b>	<b>113</b>
<b>Anexos.....</b>	<b>116</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>119</b>





## Introdução

Novas ilhas, novos rios,  
Novos vulcões fazem do nosso continente  
Uma nova geografia  
Queremos nova agricultura,  
Outras forças juvenis,  
Uma sociedade mais pura.

Novos protagonistas da história  
Que está nascendo  
E que temos o dever de construir  
Quem pode está contra a vida?

Celebremos a chegada de Brizola  
No cenário da América  
Como uma deslumbrante encarnação  
De nossas esperanças.

Estamos cansados da rotina da miséria,  
De ignorância, de injustiça econômica.  
Abramos caminho àquele que encarna hoje  
A possível construção do futuro.<sup>1</sup>

O poema acima, escrito por Pablo Neruda no início da década de 1960, nos dá uma primeira noção da projeção da imagem de Leonel de Moura Brizola no período referenciado. Sua atuação era celebrada no seio das esquerdas por simbolizar o novo na política e por canalizar as esperanças de uma sociedade melhor e principalmente mais justa.

Nesse sentido, é importante ressaltar os elementos que o poeta destacou como componentes do cenário amplo da América Latina e que denotam também os principais obstáculos a serem superados para o desenvolvimento da região: “*A rotina da miséria, de ignorância, de injustiça econômica*”. De fato, estes são elementos associados também à imagem de Brizola e ao trabalhismo.

Nos dizeres de João Trajano Sento-Sé, Brizola foi o último representante da “Era Trabalhista”, período compreendido entre os anos de 1945 e 1964, e caracterizado pela intensa movimentação dos trabalhadores e pelo diálogo estabelecido com os mesmos por lideranças políticas personalistas e carismáticas.<sup>2</sup>

Elencar elementos para compreender o processo de apropriação dessa memória, bem como apontar os caminhos para a ascensão na carreira política experimentada pelo

---

<sup>1</sup> Neruda, 1962. *Apud*. LEITE FILHO, F. C. El caudillo: Leonel Brizola. Um perfil biográfico. Editora Aquariana: São Paulo, 2008. p. 87

<sup>2</sup> SENTO-SÉ, João Trajano. A era do líder popular. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

representante do trabalhismo gaúcho constituem-se em importantes objetivos das próximas páginas.

Como observado em diversos estudos biográficos, os analistas tendem a selecionar os fatos do passado do biografado em função da imagem que dele se quer passar no presente.<sup>3</sup>

Em figuras públicas, sobretudo políticos, essa tentativa é mais presente, pois a imagem construída serve de referencial do partido. Ela simboliza o líder que personifica as principais bandeiras e reivindicações da agremiação política à qual está vinculado. É principalmente através de seus líderes que um partido se apresenta para a sociedade. Desse modo, a imagem de Brizola foi (re)construída em momentos distintos de sua trajetória política e por diferentes atores e interlocutores com diferentes objetivos.

Na memória dos trabalhadores de Porto Alegre, por exemplo, a ascensão de Brizola ao posto de liderança trabalhista do estado se deu com sua eleição para a prefeitura desse município em 1955. Desse período de sua atuação ficou a imagem de um Brizola “agitador” e “realizador”. Ele pavimentou muitas estradas, criou inúmeras escolas e lançou a campanha da legalidade.<sup>4</sup>

Em sua relação com os sindicalistas, o importante político gaúcho teria adotado uma postura ambígua: apesar de sua proximidade junto às lideranças sindicais, não teria hesitado, por vezes, em reprimir suas mobilizações.

A maioria dos estudos que se preocuparam em analisar a trajetória política de Brizola, em sua maior parte obra de militantes políticos e ex-companheiros, priorizaram sua atuação no comando da prefeitura de Porto Alegre, entre os anos de 1956 e 1958, e no Governo do Rio Grande do Sul, entre 1961 e 1964. Poucos elementos são mencionados sobre sua atuação enquanto deputado estadual no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1947 e 1953, divididos em duas legislaturas.<sup>5</sup>

É notório que suas atitudes de maior repercussão política e social e que contribuíram para seu reconhecimento como um político de projeção nacional e internacional aconteceram nesse período. São exemplos: a campanha da legalidade, na defesa do mandato de João

---

<sup>3</sup> Para um debate mais aprofundado sobre os estudos de trajetórias individuais ver: LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. Por uma história política (org.). 2ªed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003. AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.) Usos & abusos da história oral. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. Revista Estudos Históricos, vol. 10, nº 19, 1997.

<sup>4</sup> FORTES, Alexandre. Trabalhismo e classe trabalhadora. As origens sociais do brizolismo em Porto Alegre. Anais do Congresso da LASA, Las Vegas, Nevada, 7-9 de outubro, 2004. Disponível em: [http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2004/files/FortesAlexandre\\_xCD.pdf](http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2004/files/FortesAlexandre_xCD.pdf). Acesso em: 20/04/2011.

<sup>5</sup> Ver, por exemplo: BANDEIRA, Moniz. Brizola e o trabalhismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

Goulart em 1961; a resistência ao Golpe de 1964 quando governador do Rio Grande do Sul, motivo, inclusive, de muitas discordâncias com seu cunhado, Jango; a encampação das subsidiárias da Bond & Share e da ITT em Porto Alegre, motivos para a abertura de uma crise nas relações diplomáticas entre Brasil e Estados Unidos.

É também esse conjunto de medidas que pairava na mente de Neruda quando da elaboração do poema que abre essa introdução, no qual apontou Brizola como aquele que encarnava a possibilidade de construção de um novo futuro para a América Latina. Talvez tenha pesado ainda no julgamento do poeta chileno, as conversas que entabulou com Brizola e Ernesto “Che” Guevara, durante a conferência da Organização dos Estados Americanos, realizada no Uruguai, em 1961, no decorrer da qual, o político gaúcho teria demonstrado forte simpatia pelas ideias do líder da Revolução Cubana.<sup>6</sup>

A figura de Brizola, com base nesses fatos e em função do ponto de vista que se procurou defender, assumiu um duplo caráter: ora um democrata, ora um agitador radical, alcunha que beira a acepção pejorativa de populista.

Historiograficamente, Brizola está intimamente associado ao radicalismo dos anos iniciais da década de 1960. Na opinião de muitos analistas, ele foi um expoente do radicalismo do período que contribuiu decisivamente para o golpe civil-militar de 1964.

Como elementos da atuação política de Leonel Brizola nesse período são destacados pela historiografia, seu forte carisma e personalismo que, associados ao tom apaixonado do seu discurso nacionalista, o projetaram como expressão maior do processo de radicalização vivido pelo PTB.<sup>7</sup>

Brizola passou a representar, sobretudo a partir de sua defesa intransigente das reformas de base – “na lei ou na marra” – no Governo João Goulart, a expressão máxima do radicalismo político de esquerda.

Em artigo recente, Jorge Ferreira,<sup>8</sup> ao analisar a atuação das esquerdas na conjuntura imediatamente anterior ao golpe, destaca o papel central exercido por Leonel Brizola e pelo grupo que liderava no Partido Trabalhista Brasileiro, os nacional-revolucionários.

Desde sua atuação à frente do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (1958-1962), o nome de Brizola vinha conquistando projeção nacional. O fato que o projetaria

---

<sup>6</sup> Ver: LEITE FILHO, F. C. El caudillo: Leonel Brizola. Um perfil biográfico. Editora Aquariana: São Paulo, 2008. & Guevara e Brizola nas memórias de Flávio Tavares. Disponível em: <http://www.pdt.org.br/index.php/noticias/guevara-e-brizola-nas-memorias-de-flavio-tavares-veja-o-video>  
Acesso em: 12/04/2013.

<sup>7</sup> SENTO-SÉ, João Trajano. Op. Cit.

<sup>8</sup> FERREIRA, Jorge. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: 1964-2004: Anais do seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

definitivamente, entretanto, seria a Campanha da Legalidade de 1961. Movimento arquitetado para defender a posse de João Goulart, vice-presidente eleito pelo PTB, diante da renúncia de Jânio Quadros.

A partir desse momento, Brizola passaria a gozar de um imenso prestígio junto aos setores da esquerda brasileira, constatado, por exemplo, com o surgimento da FMP – Frente de Mobilização Popular – na qual era a principal liderança.

O nome de Brizola passou a significar, naquele momento, o que de mais à esquerda havia no trabalhismo brasileiro, expressando e unificando ideias e crenças de grupos esquerdistas heterogêneos e muitas vezes divergentes.<sup>9</sup>

Além da centralidade do papel exercido por Brizola na arregimentação dos setores da esquerda brasileira, o autor destaca também a conjuntura de radicalidade política vivida naquele momento.

Com a eleição de João Goulart, um trabalhista histórico, muitos setores da esquerda brasileira viram a possibilidade de terem suas demandas finalmente atendidas. A questão que mais mobilizava os setores sociais do período eram as chamadas reformas de base. Reformas que alterariam profundamente a realidade socioeconômica brasileira, sobretudo no que diz respeito à redução das desigualdades sociais.

As expectativas logo se frustraram diante da tentativa de Jango, de estabelecer um governo de coalizão entre os diferentes partidos brasileiros. Face à radicalidade das movimentações sociais, o governo federal respondeu com uma política aliancista com setores conservadores que procuravam diminuir o impacto das medidas reformistas, o que contribuiu para solapar sua base de apoio junto aos setores populares.

Sem o apoio da esquerda e sem conseguir levar a cabo a aliança com a direita que, diante da crescente radicalização político-social e da aproximação que o presidente tinha com os setores esquerdistas, optou por uma tática “conspiracionista”, o governo perdeu todo o seu apoio e sofreu um violento golpe.

A pretensa superioridade das esquerdas, lideradas por Brizola, e sua crença na possibilidade evidente de uma revolução no Brasil, eram ideias que impediam qualquer tentativa de composição política e de conseguir as reformas por vias parlamentares. Esse “desprezo” pelas normas procedimentais da democracia contribuiu para a imposição, por

---

<sup>9</sup> FERREIRA, Jorge. Op. Cit. p. 43

parte dos militares, de um regime de exceção, que suspendeu os direitos políticos e durou mais de 20 anos.

A crença e o radicalismo das esquerdas podem ser constatados ainda, segundo a argumentação do autor, através da atuação da Brizola no congresso. À época deputado federal, sua atuação política teria sido muito mais extraparlamentar. Ele optou pela estratégia da mobilização social, pela movimentação e pelas manifestações de rua para garantir a execução das reformas de base. Existe, entretanto, uma ressalva:

Avaliando as estratégias escolhidas pelas esquerdas naquela época, cabe, por fim, uma ressalva. Muitas interpretações, com tendências a personalizar a História, culpam a atuação de Leonel Brizola por desgastar politicamente João Goulart e de ter provocado o golpe militar. Seu radicalismo e sua pregação revolucionária teriam minado a autoridade do presidente e aberto caminho para a sua deposição. Ora, analisando os componentes da FMP, ali estavam presentes líderes sindicais, camponeses, estudantis e dos subalternos das Forças Armadas, grupos marxistas-leninistas, políticos nacionalistas. Essa era a esquerda da época que reconheceu em Leonel Brizola a liderança do movimento. **Ele, naquele momento, interpretava suas ideias crenças e projetos e, exatamente por isso, foi reconhecido como líder. Se ele era radical, tinha pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional, era porque as esquerdas eram igualmente radicais, pregavam a revolução e defendiam o rompimento com as instituições.** Ambos falavam a mesma linguagem e tinham objetivos em comum. Essa era a esquerda brasileira em época de radicalização.<sup>10</sup> [Grifos nossos].

Apesar de redimensionar o papel exercido pelo então deputado federal, na conjuntura que antecede o golpe, a interpretação parece apenas transferir o erro. O que era um “erro” de Brizola passou a ser de toda a esquerda que, juntamente com a direita, não souberam negociar politicamente as reformas de base que eram defendidas pelo presidente da república.

Além disso, e o que constitui o foco deste trabalho, a imagem do político gaúcho que transparece no trecho, por um lado, é a de um “*radical, [que] tinha pregações revolucionárias e defendia a ruptura institucional*”.

Por outro, a relação que se estabelece entre líder político e movimentos sociais não parece estar equacionada. Mesmo ao ressaltar a comunhão de objetivos entre os referidos atores, fica a impressão de existir um peso maior na pressão que a população mobilizada exerce sobre o líder que, por sua vez, canalizaria temporariamente suas demandas.

Não se quer aqui, obviamente, advogar em prol de nenhum dos envolvidos, o que cumpre destacar é que, tomados isoladamente, certos aspectos da vida de qualquer indivíduo

---

<sup>10</sup> FERREIRA, Jorge. op. Cit. p. 44

podem ser tomados para justificar determinado ponto de vista. No caso da obra em questão, o papel de Brizola diante do golpe de 1964.

O trabalho tem o grande mérito de inserir o personagem em seu contexto histórico próprio de radicalização político-social, mas pouco nos diz, por não almejar a tanto, sobre as especificidades de sua trajetória política que o levaram a assumir o papel de líder das esquerdas revolucionárias do período.

Nesse sentido, é interessante lembrar, por exemplo, que a postura radical de Brizola, de crença irreduzível na emergência das reformas de base “na Lei, ou na marra!”, não pode ser entendida sem a projeção política que ele adquiriu pelo papel que desempenhou na Cadeia da Legalidade.

Outros elementos fazem-se necessários, portanto, para analisar a relação estabelecida entre esses dois atores. Se a esquerda “escolheu” Brizola, foi porque ele se mostrou “disponível”, ou seja, se apresentou como representante desse setor. Em outros termos, caberia perguntar: por que Brizola optou por se aproximar dos movimentos políticos e sociais com orientação mais à esquerda? Ou ainda: de que forma os interesses pessoais se coadunam com projetos políticos e demandas sociais dos grupos que esses projetos procuram contemplar ou representar, tendo em mente que a política, em uma sociedade de massas, se estabelece em contato íntimo com a sensibilização da opinião pública para conquista de votos?

São questões complexas, cujas respostas demandariam um esforço que está além dos limites apresentados por essa dissertação. É necessário apresentá-las, contudo, pois constituem elementos importantes para pensar a relação estabelecida entre líderes políticos e grupos sociais organizados.

Uma imagem similar a de Jorge Ferreira é apresentada por Ângela de Castro Gomes. A autora elegeu a estratégia de analisar a trajetória de San Tiago Dantas, um dos principais ideólogos do trabalhismo, para compreender a trajetória do PTB após o suicídio de Getúlio Vargas, em 1954.<sup>11</sup>

A autora destaca a ascensão do grupo janguista à direção do partido e mostra divisão existente no mesmo, entre o grupo representado por Leonel Brizola, caracterizado por um agressivo nacionalismo, e o grupo de San Tiago Dantas, conhecido como defensor de um trabalhismo moderado. Essa divisão se acirrou quando João Goulart ocupou a presidência da república.

---

<sup>11</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas*. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.271p

O que importa fundamentalmente destacar é a situação do PTB, doutrinária e organizacionalmente dividido de forma profunda entre as duas principais opções que dominavam o campo político de centro-esquerda no Brasil. Uma 'esquerda moderada' que definia o escopo das reformas de forma conciliatória para assegurar a manutenção da ordem constitucional e uma 'esquerda radical', que aprofundava as demandas por reformas, não aceitando os limites impostos por outros partidos ou pela Constituição.<sup>12</sup>

Fora algumas especificidades, a principal diferença entre os projetos dos dois políticos dizia respeito à defesa da democracia. Como mostra Gomes, as razões que explicam o insucesso do chamado trabalhismo moderado, tem a ver com o crescente esvaziamento da política de conciliação e de adoção de reformas graduais por meios democráticos, em uma conjuntura de crescente radicalização política.

Esse trabalhismo não conseguiu sucesso nem junto ao partido, nem junto a Jango, embora tivesse aliados significativos, inclusive fora do PTB. Seu descarte tem muito a ver com a radicalização da política que antecedeu e municiou o golpe de 1964. Isso porque, no campo dos discursos políticos da época, ele insistia muito no gradualismo reformista como meio e na democracia como fim.<sup>13</sup>

Ficam evidenciados alguns aspectos importantes da trajetória política de Brizola: primeiro, a abundância de dados relativos ao seu desempenho na conjuntura pós-50, sobretudo após a morte de Vargas, período caracterizado pela disputa entre lideranças secundárias pelo lugar de comando do Trabalhismo Brasileiro.<sup>14</sup>

Apesar de ter vivido com constantes conflitos internos e sua falta de organicidade, o Partido Trabalhista Brasileiro teria como elemento aglutinador, até o ano de 1954, seu presidente de honra Getúlio Vargas. Ele exerceu, portanto, até o ano de sua morte, uma liderança incontestada no trabalhismo brasileiro.

Seu suicídio, em agosto de 1954, teria desencadeado uma intensa movimentação entre lideranças que vinham se fortalecendo e que, para tanto, desfrutaram do carisma do ex-ditador.

Essa disputa interna foi “vencida” por João Belchior Marques Goulart, o Jango, cunhado de Brizola, a partir do momento em que assumiu a Direção Nacional do PTB e do

---

<sup>12</sup> Idem, p. 152.

<sup>13</sup> Idem, p. 143.

<sup>14</sup> GOMES, Ângela de Castro. *Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas*. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.



Ministério do Trabalho em 1953. Jango fora escolhido por Vargas como seu herdeiro político e alcançou a Presidência da República em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros.

O segundo elemento a ser considerado é o caráter altamente radical e nacionalista da atuação de Brizola que, por vezes, chega a desconsiderar as instituições democráticas.

Além disso, ambas as interpretações optam por evidenciar o papel desempenhado pela esquerda radical, liderada por Brizola, no desencadeamento do golpe de 1964.

Uma das principais críticas feitas ao uso do conceito de populismo como chave interpretativa para esse período democrático da História brasileira foi o fato de o foco das análises estar na descoberta dos motivos que levaram ao golpe. As análises mais recentes parecem não fugir muito a essa perspectiva. De certo modo, fica subjacente a ideia de que caso tivessem sido menos intransigentes, as esquerdas não teriam contribuído para o golpe militar em 1964.

Visão oposta às anteriores, que estabelece uma das primeiras tentativas de aproximação analítica entre Leonel Brizola e a democracia, está presente no livro de Moniz Bandeira, *Brizola e o Trabalhismo*.<sup>15</sup>

Para corroborar essa aproximação, o autor defende a tese de que o Partido Trabalhista Brasileiro teria exercido, no espectro político do período entre 1945 e 1964, o papel de um partido socialdemocrata, nos moldes da IIª Internacional. Por conseguinte, por ser um dos principais líderes do PTB, Brizola seria um dos principais defensores desse programa socialdemocrata atribuído ao partido.<sup>16</sup>

O livro de Moniz Bandeira foi publicado em 1979. No Brasil, o ano da edição da obra correspondeu ao período de desenvolvimento do processo de anistia, quando começou a ser articulada a volta de Brizola ao Brasil e o resgate da legenda do PTB.

Esse movimento de retorno de Brizola do exílio está inserido ainda, em uma conjuntura internacional na qual chegaram ao poder, na Europa, diversos partidos socialistas. Brizola estava exilado em Portugal, após ter passado por Uruguai e Estados Unidos, e teve contato com essas ideias.

Para que fosse possível retornar ao Brasil participando futuramente da política brasileira sob a legenda do PTB, urgia posicionar-se como defensor da democracia. O Brasil

---

<sup>15</sup> BANDEIRA, Moniz. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>16</sup> Na sua acepção mais genérica, entretanto suficiente para uma primeira aproximação da problemática apresentada pela obra, podemos entender um partido socialdemocrata, como um partido socialista, que defende a adoção de um regime de governo democrático e propõe reformas sociais mais profundas no sentido redistributivo, ou seja, de garantir mais direitos aos menos assistidos.

passava pelo processo de abertura política. A democracia era a palavra de ordem. Além disso, fazia-se necessário resgatar as diretrizes do Partido Trabalhista Brasileiro e rerepresentá-las a toda uma nova geração de pessoas que poderiam, inclusive, não conhecer o político gaúcho, graças ao seu tempo de exílio.

A força da argumentação do livro consiste em associar trabalhismo, PTB e Brizola à democracia, numa clara tentativa de desconstruir a associação existente entre trabalhismo, PTB e Brizola ao comunismo e/ou radicalismo político (associação de ideias que justificou o Golpe civil-militar perpetrado em 1964), para reintroduzir Brizola no cenário político nacional e justificar seu papel como principal representante do trabalhismo e justo herdeiro da legenda criada em 1945.<sup>17</sup>

Neste sentido, alguns trechos de uma entrevista de Brizola concedida a Moniz Bandeira são bastante elucidativos:

Acusavam-me de ser radical, talvez o mais radical de todos os que atuavam antes de 1964. Antes de mais nada, porém, é preciso estabelecer o significado do radicalismo. Ser radical, em política, é querer chegar à raiz dos problemas. E há muitas questões em que não se pode deixar de ser radical.<sup>18</sup>

Sobressai do texto a tentativa de ressignificar o sentido do termo radical, esvaziando-se todo o seu teor de luta política, de alguém que vai às últimas consequências em prol de um ideal político.

Quando criticava as liberdades formais, no Brasil, meu objetivo não era suprimi-las. Pelo contrário. Queria dar conteúdo à forma. Transformar as liberdades formais, declaratórias, em liberdades reais, a fim de que a democracia não fosse privilégio apenas de algumas camadas da população. (...) Quero dizer que, uma vez estabelecida a democracia política como sistema de convivência, é preciso avançar no sentido da democracia econômica e social, com uma efetiva participação das massas trabalhadoras no processo de decisão do Estado. Cito o problemas das eleições, que, dentro da moldura clássica de uma democracia formal, beneficiam, particularmente, os que dispõem de recursos econômicos ou poder político. Nunca defendi nem defendo, por isto, a supressão das eleições. O problema não era, como não é, acabar com as eleições ou restringi-las, mas criar meios para democratizá-las, permitindo que todos, capitalista ou operário, possam concorrer com iguais oportunidades.<sup>19</sup>

(...) a democracia, consagrando a liberdade como estilo de vida, como forma de ação e de relações humanas, só se realiza, plenamente, com justiça econômica e social,

---

<sup>17</sup> Para uma análise mais detalhada sobre o processo de ressignificação do trabalhismo, ver: COSTA, Izabel Cristina Gomes da. A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo. Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012, p. 121-145. Disponível em: <http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2012v4n7p121> Acesso em: 15/02/2013.

<sup>18</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. Cit. p. 178.

<sup>19</sup> Idem. p. 180.

que proporcione a todos oportunidades iguais para usufruir de uma vida digna e dos benefícios do progresso e da civilização.<sup>20</sup>

No trecho acima, destaca-se a acepção de defesa da democracia, desde que complementada por profundas reformas sociais que possibilitassem o aumento real da participação popular na política. Através dessa associação entre adoção de um regime democrático e reformas sociais, pode-se entender a aproximação do PTB com a socialdemocracia.

Nessa interpretação, uma nova visão é atribuída a Leonel Brizola, a de um defensor da democracia. Elementos de sua história são elencados para corroborar esse ponto de vista. A esses elementos, entretanto, são atribuídos sentidos unívocos que, não necessariamente, revelam ou enriquecem a análise acerca do período ou do personagem, mas que são carregados de sentido para um fim determinado.

Como mostrou Ângela de Castro Gomes, a tentativa mais recente de atribuir um perfil democrático a Brizola foi por intermédio de seu falecimento no ano de 2004. A autora faz uma análise da cobertura da imprensa acerca do falecimento de Brizola e lança a hipótese de que a memória que se tenta construir acerca de sua trajetória política é a de um democrata.

Leonel Brizola, no momento de sua morte, foi alçado à categoria de um nome ligado às lutas pela democracia no Brasil. A meu juízo, portanto, a imagem mais recorrente e forte de sua presença política, a imagem que se escolheu fixar para ser especialmente lembrada, foi a do defensor da legalidade institucional, através do episódio de 1961, de luta pela posse do presidente João Goulart. Foi então que Brizola emergiu como uma figura de líder incontestado: corajoso e guardião dos valores democráticos. (...) O funeral, como uma data comemorativa – que faz lembrar –, não encontra sua justificativa no passado, mas no presente; não somente naquele que é lembrado, mas também naqueles que estão lembrando. Por conseguinte, os funerais e todo e qualquer ritual cívico operam com os valores que se querem guardar em determinado momento do tempo e do espaço.<sup>21</sup>

Fica evidente após a leitura desse trecho, primeiro, a operação antes mencionada de selecionar os fatos do passado para dar sentido à trajetória política do indivíduo, e o principal fato a ser destacado para posicionar Brizola como “*guardião dos valores democráticos*”, que é a Campanha da Legalidade de 1961.

Nessa ressignificação histórica, as incongruências e ambiguidades, comuns na trajetória de qualquer indivíduo, são eclipsadas em função de um sentido único que lhe é

---

<sup>20</sup> Idem. p. 193

<sup>21</sup> GOMES, Ângela de Castro. Brizola e o trabalhismo. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.11-20, jan./dez. 2004. p.15.

atribuído por terceiros ao privilegiar certos fatos em detrimento de outros. No caso de Brizola, a autora argumenta em função dos diferentes posicionamentos políticos assumidos por ele em sua trajetória, muitas das vezes revelando traços autoritários de sua personalidade.

Angela de Castro Gomes destaca ainda, a importância de se analisar os funerais de grandes líderes políticos da nação, pois nesses momentos, a cerimônia reveste-se de um caráter cívico, de construção de uma memória individual, ressaltando-se o que seria a principal contribuição do personagem morto para a vida política nacional.

No caso de Brizola, ainda pesava o fato de ter sido a última grande liderança trabalhista a falecer. Como destacou João Trajano Sento-Sé:

(...) a morte de Brizola representava o fim de uma era, o último adeus a um tipo de liderança que marcou a política brasileira, mas que se tornava definitivamente, a partir de então, um episódio do passado. (...) Brizola [foi] o último representante de uma linhagem de lideranças políticas gaúchas que se firmaram no cenário nacional vinculadas ao trabalhismo fundado por Getúlio Vargas.<sup>22</sup>

Essa associação entre Brizola e o trabalhismo, contudo, necessita ser problematizada por conta da própria especificidade do termo. O que nos remete ao debate entre o uso dos conceitos populismo e trabalhismo.

\* \* \*

Parece ser consenso entre os estudiosos da política latino-americana do século XX, que o tema do populismo é um dos mais nebulosos. Isto porque pairam sobre o conceito, mais do que simplesmente seu conteúdo acadêmico, seu caráter de instrumento explicativo de uma dada realidade social ou política.

La expresión populismo aparece usualmente rodeada de vaguedad e imprecisión. Populista pode ser una organización tanto como un dirigente político, un gobierno no menos que una ideología, un modo de sistematización de las relaciones políticas.<sup>23</sup>

Uma primeira observação a ser feita, portanto, diz respeito à necessidade de se separar o uso do conceito, de seu uso mais retórico, qualificativo (ou desqualificativo) das experiências que procura descrever.

---

<sup>22</sup> SENTO-SÉ, João Trajano. A era do líder popular. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008. p. 183

<sup>23</sup> VILAS, Carlos. Estudio preliminar. El populismo o la democratización fundamental de América Latina. In: VILAS, Carlos. (org.). La democratización fundamental. El populismo en América Latina. México: Consejo Nacional para la cultura y las artes, 1994. p. 11.

Mesmo sobre os empregos conceituais do termo pairam imprecisões. São muitas as realidades históricas inscritas nas definições de populismo. O governo Vargas no Brasil e o regime político implementado por Perón na Argentina, são apenas dois dos principais exemplos da inúmera lista.

A imprecisão é tamanha que as abordagens sobre o tema já foram qualificadas como portadoras do “complexo de cinderela”. Fazendo uma metáfora da anedota infantil, o analista social (o príncipe) disporia de uma descrição ideal do conceito de populismo (o sapato) e partiria em busca da realidade em que tal conceito se encaixasse perfeitamente (o pé da Cinderela).<sup>24</sup>

Na trajetória do conceito de populismo, podemos perceber, para o caso brasileiro especificamente, como é a partir da década de 60 que ele irá assumir sua feição desqualificadora, pejorativa.<sup>25</sup>

Neste momento, talvez seja interessante perceber que as motivações que impulsionam as designações pejorativas estabelecidas na academia, a respeito do populismo, têm a ver com as respostas mais profundas procuradas pelos analistas sociais do período. A motivação maior destes estudos não era a de entender o populismo em si, mas de tentar explicar a ação das massas na conjuntura do golpe civil militar ocorrido em 1964.<sup>26</sup> Isto é, a preocupação dos analistas eram os motivos que levaram um período de efervescência política tão intensa como foi a década de 60 no Brasil, a ser substituído por um regime de exceção.

A resposta foi dada através do uso do conceito de populismo. Este fenômeno teria alienado os setores populares da verdadeira luta, dos verdadeiros movimentos sociais, já que as medidas destes regimes visavam a harmonia social. O populismo teria contribuído, dessa maneira, para desorganizar a classe trabalhadora brasileira.

Longe de procurar o populismo ideal, parece haver certo conjunto de elementos que é considerado na hora de se designar determinadas experiências históricas como populistas.<sup>27</sup>

---

<sup>24</sup> ALLOCK, J. B., *apud* MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto. Los complejos de la cinicienta. In: MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto. Los complejos de la cinicienta. In: MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto (org.). Populismo y neopopulismo en América Latina. El problema de la Cinicienta. 1ª reimp. Buenos Aires: EUDEBA, 1999.

<sup>25</sup> GOMES, Angela de Castro. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia Historia*, n.28, p. 55-68, 2002.

<sup>26</sup> FERREIRA, Jorge (org.). O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001. Especialmente os artigos de Ângela de Castro Gomes; Daniel Aarão Reis Filho e Jorge Ferreira.

<sup>27</sup> A não ser quando referenciadas em contrário, as informações que se seguem, até o final deste tópico encontram-se baseadas em: VILAS, Carlos. Estudio preliminar. El populismo o la democratización fundamental de América Latina. In: VILAS, Carlos. (org.). La democratización fundamental. El populismo en América Latina. México: Consejo Nacional para la cultura y las artes, 1994. A escolha se justifica pelo autor ter um volume bastante consistente de discussão acumulada a respeito do tema e diálogo com diversos autores que constituem o universo da sociologia clássica sobre o tema, concordando com eles em muitos aspectos, com especial aproximação com a abordagem de Francisco Weffort. A obra tem seu mérito por condensar um grande volume de informações dispersas sobre o tema.

A principal delas é a constatação de que por populismo se entende o regime de governo que, pela primeira vez na história da América Latina, teve de lidar com o fenômeno da atuação das “massas” no cenário político-social desses países.

Para compreender a emergência dos setores mais populares da sociedade é preciso entender o processo de desenvolvimento econômico das sociedades latino-americanas. Esse é outro ponto de confluência das muitas análises. O populismo ocorreu quando as sociedades em questão encontraram-se num momento de crise de uma ordem tradicional e engendraram o processo de modernização capitalista, leia-se: a industrialização.

Por terem guardado por muito tempo um status de colonizados, e pela maneira como essa colonização se deu, os países latino-americanos saíram “atrasados” na corrida industrialista. Perdurou durante muito tempo em seus territórios um modelo de sociedade baseada fundamentalmente na atividade agrário-exportadora, sob o domínio de uma elite dirigente que excluía as camadas mais baixas da população do gozo completo de sua cidadania.

O processo de industrialização ocorrido sob a égide do liberalismo, não alterou fundamentalmente esse modelo. A modernização da economia (desenvolvimento da indústria) veio num crescendo que conservou, contudo, as antigas estruturas sociais e políticas. A economia dos países latino-americanos permaneceu assim pelo menos até a década de 30. Foi nesse momento que a industrialização tomou grande impulso e suas consequências foram decisivas para a desestruturação da ordem imediatamente anterior.

Surgem como fatores importantes para entendermos essa guinada modernizadora dos países latino-americanos, os anos de grande depressão econômica vividos pelos países ocidentais a partir da quebra da bolsa de Nova York em 1929, e a deflagração da Segunda Grande Guerra, que ocorreu entre os anos de 1939 e 1945.

Foi a crise de 1929 que trouxe como consequência a implementação de um modelo de desenvolvimento conhecido como substituição de importações. Com os mercados internacionais fechados por conta da crise, os países periféricos se viram na difícil situação de terem que suprir a demanda de produtos industrializados, normalmente importados, de sua população. Cresceram assim as indústrias nacionais e junto com elas, o setor de serviços, marcando um modelo econômico voltado para dentro, para o mercado interno.

Esse boom industrial experimentado a partir dos anos 30 teve como uma de suas consequências diretas a urbanização, o desenvolvimento das cidades e seu respectivo inchaço através do aumento no número de representantes da burguesia e do proletariado. As massas urbanas passaram a existir. A cidade, como grande pólo dinamizador da economia, atraiu grande número de migrantes.

Ao mesmo tempo em que cresceram as demandas e as insatisfações dos trabalhadores quanto às relações de trabalho fabril, surgiu, no seio das elites, uma crise de hegemonia marcada pela contraposição de duas realidades, ao menos teoricamente, excludentes: os

interesses crescentes de uma burguesia industrial e sua demanda por uma maior participação político-social, versus os interesses tradicionais de uma oligarquia rural que via sua dominação ameaçada.

Os interesses da recente classe burguesa, entretanto, ainda não estavam totalmente sistematizados, ou seja, ainda não eram hegemônicos. A burguesia não se constituiu efetivamente como classe e por isso, não tinha condições de impor sua visão de mundo ao conjunto da sociedade. Surgiu daí a necessidade de acionamento da massa proletária que, por sua vez, encontrava-se “disponível”.

Os novos trabalhadores urbanos, acostumados com o campo e suas relações, não conheciam seu verdadeiro status social e as implicações de tal condição; não sabiam, portanto, votar e serem votados; não estavam acostumados ao jogo democrático e às relações de trabalho nas indústrias.

Poderiam ser então, facilmente manipuladas – como, na visão dos autores mais clássicos sobre o tema, efetivamente foram - por um líder carismático, o único capaz de arregimentar todos os interesses contraditórios em torno de um *Estado de compromisso instável*,<sup>28</sup> dada a amplitude dos setores envolvidos na sua composição.

Foi dessa contraposição fundamental, da industrialização contra a urbanização, do tradicional versus o moderno, do descompasso entre o crescente desenvolvimento das indústrias, juntamente com sua rede de implicações, e o não desenvolvimento das estruturas sociais necessárias à concretização do primeiro, que surgiu o populismo. O conceito demarcaria, portanto, um momento de transição de uma economia atrasada para uma economia efetivamente moderna.

Algumas considerações merecem ser feitas por ora. Primeiro, é a constante evocação a pares de oposição para explicar o surgimento do fenômeno. Nesse sentido, urbanização x industrialização; campo x cidade; rural x urbano; são categorias encaradas de maneira estanque e dicotômica, como unidades fechadas, e não se reconhecem seu caráter de influencia recíproca. Além disso, o recurso a essas dicotomias são prejudiciais ao obscurecer a dimensão de processo, pondo muita ênfase sobre o caráter de ruptura dos fatos históricos.

Ainda sobre esses pares dicotômicos, parece estar implícita nessas qualificações uma valoração positiva acerca do pólo dinâmico e modernizador que engendra as transformações sociais, a saber: a industrialização; além de uma concepção teleológica do curso dos acontecimentos históricos.

Os analistas parecem dispor de um modelo de modernização “fortuito” ocorrido na Europa e procuram sob essa ótica analisar os fenômenos latino-americanos. O populismo latino-americano seria visto assim como um desvio no curso natural da história, que é o desenvolvimento pleno de uma sociedade moderna nos moldes europeus ou, para as visões mais à esquerda, um desvio na deflagração da revolução socialista.

---

<sup>28</sup> WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

El populismo latinoamericano sería, ante todo, una resultante de determinadas carências o insuficiências de las sociedades y de sus actores colectivos [...] El populismo sería así, en América Latina, produto y evidencia del atraso y de la desviación histórica.<sup>29</sup>

A segunda observação, e a que deterá ainda boa parte de nossa atenção, é que se percebe claramente que, no que tange ao processo de incorporação das massas às sociedades latino-americanas, ele foi feito de maneira controlada. Uma inclusão tutelada, que restringia o alcance de participação efetiva desses atores ao condicionarem sua atuação ao colaboracionismo com o Estado personificado no líder. O populismo contribuiu assim, para a heteronomia da classe trabalhadora, impediu sua formação enquanto classe.

Derivam dessas duas constatações (desvio histórico e manipulação das massas) as qualificações pejorativas posteriormente atribuídas ao conceito de populismo.

Por ter um caráter altamente desagregador; por colocar os atores sociais menos favorecidos como meros espectadores do processo histórico ao enfatizar a manipulação dos trabalhadores, o conceito de populismo e seu uso passaram a ser duramente criticados.

Um dos primeiros questionamentos a esse caráter manipulador foi indicado pelo próprio Villas ao mostrar que o acionamento ao Estado, por parte dos trabalhadores, longe de puro colaboracionismo, se deu na tentativa de garantir o olhar do poder público para o atendimento das suas reivindicações. Quando as tentativas de resolução através do conflito direto com os patrões se esgotavam, os trabalhadores procuraram um novo interlocutor nessa relação. O aceno positivo por parte do Estado, entretanto, em raríssimas vezes acontecia.

Passemos então a entender como os novos estudos passaram a encarar a adesão das classes populares ao projeto “populista” que, para efeito de organização do texto, serão feitas separadamente.

### **Getulismo e trabalhismo: a revisão dos anos 80**

O principal trabalho que procura questionar as postulações clássicas acerca do populismo brasileiro é o de Ângela de Castro Gomes, denominado: *A invenção do Trabalhismo*.<sup>30</sup>

Para a autora, a chave para a compreensão dos motivos da aliança entre os trabalhadores e Getúlio Vargas reside na compreensão de uma importante operação simbólica levada a cabo pela ditadura Estado-novista, notadamente durante a atuação de Marcondes Filho no Ministério do Trabalho, a partir de 1942.

Segundo ela, a grande sagacidade do regime estado-novista foi a de conseguir ressignificar as demandas dos trabalhadores, construídas ao longo de severas lutas durante a

---

<sup>29</sup> VILAS, op. cit. p. 13.

<sup>30</sup> GOMES, Angela de Castro. *A invenção do Trabalhismo*. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.



Primeira República, apresentando-as como presentes, benesses concedidas pelo Estado que, neste momento, está representado na figura de seu líder, Getúlio Vargas.

Operou-se assim, além de uma alteração simbólica bastante complexa, um reforço do mito do líder único da nação.

Para entender a ação dos trabalhadores, portanto, é preciso estar atento à associação entre os ganhos materiais concretos dos trabalhadores e uma forte dimensão simbólica que a autora passa a analisar na segunda parte de seu livro, denominada “*Trabalhadores do Brasil!*”.

Os benefícios da legislação social eram efetivamente transformados em ‘incentivos seletivos’, uma vez que a condição de sindicalizado era essencial para seu usufruto. Entretanto, neste momento, esta lógica não foi um recurso de poder suficiente para afastar as reações. [...] Esta lógica material, essencial para a construção de um pacto social, na realidade só começou a produzir os significativos resultados a ela imputados no pós-40. A partir daí ela combinou-se com a lógica simbólica do discurso trabalhista, que, ressignificando a ‘palavra operária’ construída ao longo da Primeira República, apresentava os benefícios sociais não como uma conquista ou uma reparação, mas como um ato de generosidade que envolvia reciprocidade.<sup>31</sup>

Nota-se aí a existência de um conceito central para o entendimento da proposta da autora, a “*ideologia da outorga*”,

Isto é, os benefícios sociais teriam sido apresentados à classe trabalhadora no pós-40 como um presente outorgado pelo estado. A classe trabalhadora, mesmo antes de demandar, teria sido atendida por uma autoridade benevolente, cuja imagem mais recorrente é a da autoridade paternal.<sup>32</sup>

Segundo esta lógica, a generosidade implica em reciprocidade que, no caso, era dada pela obediência ao chefe político, principalmente em momentos de dificuldade, como verificou-se quando da entrada do Brasil na segunda Guerra Mundial.

A força da coisa dada está em produzir em quem recebe a consciência de uma obrigação de retribuir como um dever político de natureza ética. [...] quem recebe cria certo tipo de vínculo, de compromisso que desemboca naturalmente no ato de retribuir. A não-retribuição significa romper com a fonte de doação de forma inquestionável.<sup>33</sup>

E é nesse sentido que a autora afirma não haver mera manipulação de massas, o que existia na verdade era um pacto entre o chefe da nação e a classe trabalhadora.

A classe trabalhadora, por conseguinte, só ‘obedecia’ se por obediência política ficar entendido o reconhecimento de interesses e a necessidade de retribuição. Não havia, neste sentido, mera submissão e perda de identidade. Havia pacto, isto é, uma troca orientada por uma lógica que combinava os ganhos materiais com os ganhos

---

<sup>31</sup> Ibidem, p. 180

<sup>32</sup> Ibidem, p. 181.

<sup>33</sup> Ibidem, p. 228

simbólicos da reciprocidade, sendo que era esta segunda dimensão que funcionava como elemento integrador de todo o pacto.<sup>34</sup>

A análise desse processo de incorporação dos trabalhadores termina com a criação do PTB, já no contexto do fim do regime autoritário de Vargas. Órgão responsável por representar e dar visibilidade política aos interesses da classe trabalhadora. A criação do PTB surgiu com o sentido de tentar controlar a dimensão político-eleitoral para permanência do governo ou de setores do mesmo, no poder.

É possível perceber, ainda nesta obra, a influência teórica exercida pelos estudos de Edward P. Thompson, ao deslocar a análise da lógica inerente às ações dos operários, do plano essencialmente material para o “cultural”, simbólico. Não que os fatores materiais não sejam levados em consideração, destaca-se apenas a importância das operações simbólicas para a conquista de uma dada hegemonia social.

Ainda sobre esse aspecto, a influência dos aspectos teóricos thompsonianos parece ter sido feita de modo parcial, na medida em que por vezes, desaparece da análise uma das categorias centrais do pensamento do autor britânico que é a noção de conflito de classes.<sup>35</sup>

Por vezes parece saltar da análise uma constatação de que a partir do momento em que o Estado varguista consegue realizar essa operação simbólica (inventar o trabalhismo), os trabalhadores não mais questionariam a legitimidade ou a hegemonia exercida pelo Estado na mediação e intervenção nos assuntos trabalhistas. Essa impressão é reforçada ainda pela forma como a análise termina: com a criação do PTB.

Em um livro denominado *Getulismo & Trabalhismo*, Ângela de Castro Gomes e Maria Celina D’Araújo procuram esclarecer melhor alguns dos conceitos comumente utilizados pela historiografia brasileira, para compreender o panorama político da “República Populista”. Elas elegeram como estratégia a análise da trajetória do Partido Trabalhista Brasileiro de 1945-1954 e do relacionamento existente entre este partido e Getúlio Vargas.

As autoras entendem que um dos grandes problemas do PTB foi a identificação entre trabalhismo e getulismo, fruto de uma bem-sucedida operação levada à cabo nos anos da ditadura do Estado Novo de reinventar as demandas trabalhistas, a já conhecida *Invenção do trabalhismo*.

A pregação estado-novista fundará, como sua ideologia, o trabalhismo e criará um movimento de opinião pública favorável, até mítico, à figura de Getúlio Vargas: o getulismo. Trabalhismo e getulismo são termos que se complementam durante a

---

<sup>34</sup> Ibidem. p. 180.

<sup>35</sup> Para um debate mais aprofundado acerca dos pressupostos teóricos do referido autor ver: THOMPSON, E.P. “Patrícios e Plebeus” in *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. Pp.25-86; THOMPSON, E.P.; “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’” in *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, S.P.: Ed. Da UNICAMP, 2001, pp.269-283; WOOD, Ellen Meiksins; El concepto de clase en E. P. Thompson *Cuadernos Políticos*, numero 36, ediciones era, Mexico, D.F., abril-junio 1983, pp.87-105.

ditadura, à medida que a defesa e as conquistas do trabalho são diretamente associadas à imagem do chefe de governo.<sup>36</sup>

Sobressai do texto supracitado uma distinção clara entre Trabalhismo enquanto ideologia e de getulismo enquanto *um movimento de opinião pública favorável*. O sucesso do Estado Novo em fundir essas duas instâncias foi, segunda as autoras, tão profícuo que, em certo sentido, o getulismo transbordaria os limites do trabalhismo. Ponto de vista que seria confirmado levando-se em consideração a experiência política do PTB, cuja tônica seria a de um partido com pouca organicidade e repleto de disputas internas entre lideranças secundárias.

Getulismo é trabalhismo, se nesta associação a dimensão privilegiada for a ideológica, ou seja, aquela de uma proposta política fundada na resolução da questão social e na mobilização dos trabalhadores pelo sistema sindical corporativista. Mas getulismo não é trabalhismo em termos partidários e, em decorrência, não se identifica com o PTB. Neste sentido, talvez se possa arriscar que getulismo fosse mais populismo: um estilo de fazer política que tinha em Vargas seu mestre maior, mas que fazia escola, como a liderança de Ademar de Barros demonstrava.<sup>37</sup>

Essa passagem bastante esclarecedora deixa entrever uma associação direta entre populismo e regimes personalistas. Fato que encerra uma importante contradição: apesar de se propor a superação do uso do conceito de populismo, este aparece como um dos elementos do trabalhismo varguista. Além disso, uma associação entre trabalhismo/questão social/mobilização dos trabalhadores que, por sua vez parece não esgotar todos os elementos inerentes à conjuntura em que os acontecimentos se inserem.

O equívoco aqui parece ser o de tomar ainda uma ideia preconceituosa de populismo, tomando um de seus elementos, o diálogo direto entre líder e massa, como definidor de toda a conjuntura que o conceito procura descrever.

De todo modo, como a própria autora reconhece,<sup>38</sup> a categoria de trabalhismo, enquanto candidata a substituir populismo, carece de melhores sistematizações. São inúmeros os trabalhos que veiculam a existência de diferentes trabalhismos ou de projetos trabalhistas para o Brasil. Outro elemento que contribui para a imprecisão do conceito de trabalhismo, diz respeito ao debate, que não se faz necessário nesse momento, acerca de suas origens.<sup>39</sup> O que

---

<sup>36</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina; GOMES, Angela de Castro. Getulismo e trabalhismo. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 8.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 54.

<sup>38</sup> Ver a passagem: “Se a marca inicial do PTB era ser o defensor e continuador da obra social de Vargas, as variantes e os matizes ideológicos que poderiam derivar dessa proposta seriam múltiplos. Tanto é assim que até hoje a definição do que seja trabalhismo entre nós é bastante polêmica. Ele tem sido associado indistintamente a sindicalismo, a Vargas, a nacionalismo, a socialismo, a autoritarismo, a populismo e até mesmo a comunismo e a democracia social.” Ibidem, p.50.

<sup>39</sup> Como visões distintas acerca das origens do trabalhismo brasileiro podemos citar: BODEA, Miguel. Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.; MOURELLE, Thiago Cavaliere. O trabalhismo de Pedro Ernesto. Limites e possibilidades no Rio de Janeiro dos anos 1930. Curitiba: Juruá, 2010. 278p.

cumprir ressaltar é que os avanços nos estudos históricos provocados por essa nova interpretação foram inúmeros e o mérito dos trabalhos é o de retirar a carga de passividade que imperava nas abordagens acerca dos trabalhadores brasileiros do pós-1945.

Entretanto, para dar conta de uma realidade mais abrangente é preciso que, além da lógica material e simbólica presente na ação da classe trabalhadora, se incorpore uma dimensão que por inúmeras vezes tangencia os estudos sobre o trabalhismo brasileiro, mas que ainda não foi alvo de atenção concentrada, a dimensão política.

Por dimensão política entende-se não somente a tentativa dos trabalhadores de se fazerem representar politicamente através de eleições e partidos, mas também, a noção de que os trabalhadores tinham o real entendimento da conjuntura política a que estavam submetidos e tratavam de traçar estratégias de luta e sobrevivência dentro desse regime.

É interessante observar que a política institucional passa a ser importante para decidir as contendas dos trabalhadores. A partir de 1930, através de uma série de dispositivos constitucionais, o Estado e suas instituições se mostraram como mediadores das relações trabalhistas e, por isso, essas deixam de ser exclusivamente sociais e passam também, a incorporar uma dimensão política, já que os conflitos serão resolvidos através do acionamento ao Estado, suas instituições e representantes.

Esta postura Estatal se constituiu enquanto algo eminentemente novo. Durante a Primeira República imperava a lógica repressiva para se tratar as contendas trabalhistas, numa postura estatal imortalizada através da frase de Washington Luís que teria afirmado que a questão social, no Brasil, seria caso de polícia.

Deste modo, é de se compreender a tentativa dos trabalhadores de se aproximar de pessoas que minimamente, abriam uma frente de diálogo, já que, uma vez eleitos, teriam o poder de interferir/arbitrar nas contendas dos operários brasileiros.

### **Novas abordagens sobre a classe operária brasileira**

Existe uma primeira aproximação, na tentativa de incorporar novos elementos à análise, através dos estudos de John French,<sup>40</sup> que adverte que o foco dos estudos na ação da burocracia e dos aparelhos do Estado, por muitas vezes, obstaculizou a real compreensão da racionalidade inerente à ação dos trabalhadores brasileiros.

O autor mostra que, longe de simples colaboração com o Estado, os atores tinham plena consciência da realidade sócio-política brasileira. Mostra também, por exemplo, que o esforço de sindicalização perpetrado por Getúlio Vargas através da ação do Ministério do Trabalho teve uma dupla significação: se, por um lado, aproximou os trabalhadores do

---

<sup>40</sup> FRENCH, John D. Los trabajadores industriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946. In: MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto (org.). Populismo y neopopulismo en América Latina. El problema de la Cenicienta. 1ªreimp. Buenos Aires: EUDEBA, 1999.

governo, por outro, contribuiu para aumentar o contato dos dirigentes sindicais com os próprios trabalhadores, já que as medidas repressivas foram sensivelmente diminuídas, facilitando a formação de uma consciência de classe.

Essa consciência de classe se manifestou, por exemplo, na votação considerável que o PCB conquistou nas primeiras eleições pós-45 e na ampla popularidade de que gozava Luís Carlos Prestes, único personagem capaz de rivalizar, em termos de carisma, com o próprio Getúlio Vargas.

As ações dos trabalhadores no pós-1945 devem ser entendidas, portanto, sob a ótica de um novo cenário de ampliação da participação popular. Conjuntura que, até certo ponto, teve a colaboração decisiva de Getúlio Vargas.

Vendo-se diante de inimigos espalhafatosos e de amigos duvidosos, o ditador decidiu-se por um rumo inesperado que iria afetar profundamente tanto a campanha eleitoral de 1945, quanto a história do Brasil: apoiar-se no povo trabalhador do país. Para que as eleições não significassem um retorno aos vícios da Primeira República, a esfera política tinha que ser ampliada de modo a incluir as pessoas do novo Brasil urbano-industrial, que estavam ausentes do PSD e da UDN.<sup>41</sup>

Diante da crise deflagrada nos anos finais de sua ditadura, Getúlio não viu outra opção, no sentido de defender os “ideais revolucionários de 1930”, diferente de acionar a participação popular.

Esse acionamento, entretanto, não se deu em bases manipuladoras. A intensa movimentação política desses anos de crise e até mesmo, as movimentações populares dos anos anteriores, em torno da Assembleia Constituinte de 1933 e da Constituição de 1934, além das agitações da chamada “Intentona Comunista”, por exemplo, atestaram as constantes pressões dos setores menos favorecidos da sociedade por reformas políticas e sociais mais amplas, no sentido de atender às demandas mais básicas da maior parte da população brasileira.

Apesar de o projeto varguista se basear num ideal colaboracionista, ou seja, de cooperação entre as classes em prol de um bem coletivo maior, a nação, a realidade efetivou-se de maneira muito mais complexa e contrastante.

Muitas das vezes a ação direta dos trabalhadores se fazia necessária, inclusive para fazer valer os direitos trabalhistas conquistados pelos trabalhadores no pós-30. Dessa forma, eles se contrapunham à constante tentativa dos representantes estatais, localizadas principalmente no Ministério do Trabalho, de resolver os conflitos de maneira indireta, via instauração de dissídios coletivos na Justiça do Trabalho em processos morosos e, por muitas vezes, desfavoráveis.

---

<sup>41</sup> FRENCH, John D. O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 – 1950. São Caetano do Sul, São Paulo: HUCITEC, 1995. p. 101.

Ilustrativa a esse respeito foi a onda grevista que se espalhou pelos anos de 1946 e 1947, objetivando a implementação do artigo 157 da constituição federal que versava sobre o repouso semanal remunerado.<sup>42</sup>

No ano de 1947, algumas dessas greves ocorreram na São Paulo de Adhemar de Barros, um dos principais ícones estereotipados do chamado político “populista” manipulador das massas. A aliança estabelecida para a eleição de Adhemar, não inibiu os trabalhadores têxteis de São Paulo de deflagrarem uma das maiores greves do período. Muito pelo contrário, foi o diálogo facilitado, a abertura do Governador para com a classe trabalhadora, que os incentivou a entrar em greve na esperança de terem a intervenção positiva do político a seu favor.<sup>43</sup>

É interessante destacar apenas que, salvo em raras exceções, esses movimentos não tinham um caráter de destituição da ordem social vigente ou de questionar profundamente os moldes estatais, bem como o principal líder do trabalhismo do período: Getúlio Dornelles Vargas.

Assim, nossa leitura das greves será distorcida se separarmos o componente econômico da motivação dos operários de sua dimensão política: sua convicção democrática recém-descoberta de que tinham o direito de influir sobre as condições de sua própria vida e trabalho, quer mediante o voto na urna, quer na comunidade, quer no local de trabalho. Esse sentimento não provinha de um sentimento antiestatal e, muito menos, antigetulista; ao invés disso, nutria-se da legitimidade e da sanção legal que o governo de Getúlio Vargas havia dado ao empenho dos operários em expressar seus interesses coletivos.<sup>44</sup>

A análise de John French foi extremamente importante, pois inaugurou uma senda de pesquisas que procuraram incorporar a dimensão política aos estudos sobre a classe operária. O trabalho do historiador norte-americano se concentrou em analisar a classe operária paulista da primeira metade do século XX. São necessários estudos que contemplem outras realidades históricas brasileiras, para uma compreensão das problemáticas inerentes à classe trabalhadora em escala nacional. Parte desse esforço vem sendo realizado em pesquisas que analisam a classe operária em Porto Alegre, Santos e em outras regiões de São Paulo.<sup>45</sup>

A partir da constatação, portanto, das múltiplas experiências englobadas no trabalhismo brasileiro e da necessidade de um exame mais detalhado das mesmas é que se constitui a proposta do presente trabalho: analisar os anos iniciais da carreira política de Leonel de Moura Brizola. Período marcado por sua importante atuação na Assembleia

---

<sup>42</sup> Idem, *Ibidem*. p. 150-190 (capítulos 6 e 7).

<sup>43</sup> FRENCH, op. Cit. pp. 193-215.

<sup>44</sup> Idem, *Ibidem*. p. 159

<sup>45</sup> Para Porto Alegre, ver: FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto alegre e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Para Santos, ver: SILVA, Fernando Teixeira da. *Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras*. Campinas, S.P.: Ed. Da UNICAMP, 2003. 456p. Para outras regiões de São Paulo: FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista: 1945-66*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008, 346p.

Legislativa do Rio Grande do Sul e que contribuiu decisivamente para sua formação política e projeção enquanto um dos grandes líderes do trabalhismo brasileiro.

No primeiro capítulo, o estudo parte de uma descrição de sua biografia para se concentrar em sua atuação durante a primeira legislatura, entre os anos de 1947 e 1951, relacionando-a ao contexto histórico nacional e internacional do período.

O segundo capítulo versará sobre a conjuntura do início dos anos 1950 e o desempenho e articulações políticas do PTB nas eleições federal e estadual. Abordará o revés político sofrido por Brizola na disputa pela prefeitura de Porto Alegre e de sua atuação, pela segunda vez, como deputado estadual, entre 1951 e 1953, ano em que deixou a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul para assumir o cargo de Secretário de Obras Públicas.

As eleições são analisadas em ambos os capítulos por constituírem-se em circunstâncias importantes para entendermos a articulação e composição das forças políticas do Estado, bem como o movimento político dos grupos dentro dos próprios partidos, especialmente o PTB.

A título de conclusão, serão traçadas algumas comparações acerca de seu desempenho nas duas legislaturas estaduais, bem como aspectos mais gerais de sua atuação parlamentar, relacionados à historiografia do Partido Trabalhista Brasileiro e do período republicano em questão.

## Capítulo 1 – Do ingresso no PTB ao fim da primeira Legislatura

### 1.1 – “Esse Guri Vai Longe” - Das origens ao Ingresso no PTB

Nascido em Carazinho, no ano de 1922, Brizola passou por sérias dificuldades na vida até chegar a Deputado Estadual em 1947. Teve o pai morto ainda muito jovem, com um ano, por conta da Revolução de 1923 que opôs maragatos (partidários de Assis Brasil) e chimangos (partidários de Borges de Medeiros).<sup>46</sup>

Foi alfabetizado pela mãe. Teve uma infância muito pobre e precisou trabalhar desde cedo. Entre 1933 e 1936, ficou sob os cuidados de um casal presbiteriano. Conseguiu se dedicar mais aos estudos e partiu para Porto Alegre munido de uma carta de recomendação do prefeito de Carazinho.

Morou sozinho na capital gaúcha e trabalhou para custear suas despesas e seus estudos, foi engraxate e ascensorista. Formado pelo Instituto Agrícola de Viamão no ano de 1939, fez concurso para o Ministério da Agricultura e foi trabalhar em Passo Fundo.

Sua entrada nesta instituição educacional, entretanto, foi complicada. Primeiro, Brizola, parou de trabalhar para se dedicar aos estudos para a realização da prova de ingresso. Passou no exame em primeiro lugar. As aulas, contudo, só começariam dali a três meses. Ele foi à escola solicitar que pudesse ingressar no internato antes mesmo das aulas. No que foi atendido pelo diretor em troca do auxílio nas atividades do internato. Depois, no momento de fazer a matrícula, Brizola não tinha certidão de nascimento. Por fim, teve de ser ajudado pelo diretor da instituição na compra do enxoval obrigatório para iniciar os estudos.

De volta a Porto Alegre, terminou o Ginásio no internato Colégio Nossa Senhora do Rosário e conseguiu emprego no departamento de Parques e Jardins da Prefeitura. À época, mais especificamente entre os anos de 1937 e 1943, o executivo municipal era exercido por Loureiro da Silva.

Em 1942, licenciou-se do serviço na prefeitura para servir às forças Armadas. Alistou-se no 3º Regimento de Aviação do Exército, que se transformaria na Base Aérea de Canoas, vinculada ao Ministério da Aeronáutica.

Após o serviço militar, voltou ao trabalho e completou os estudos no Colégio Júlio de Castilhos, no qual ajudou a fundar e foi vice-presidente do Grêmio Estudantil. No ano de 1945, ingressou na faculdade de engenharia do Rio Grande do Sul. Condição que o teria

---

<sup>46</sup> A não ser quando referenciado de modo distinto, os dados que se seguem são baseados em: BRIZOLA, Leonel. Verbete. Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro pós-30. CPDOC/FGV.



causado desentendimentos com a administração municipal de Porto Alegre. Brizola foi forçado a escolher entre a carreira na engenharia ou o emprego na prefeitura. A graduação foi sua opção. Não sem antes ter expressado toda sua contrariedade em reunião na qual estiveram presentes o prefeito, Egidio Costa, o ex-prefeito, Dr. Clovis Pestana e o diretor-geral da prefeitura, Dr Bozano.

Meio sem jeito, porque sequer foi convidado para sentar, Brizola ouviu o conselho de Clóvis Pestana: “O sr. tem que decidir entre a Prefeitura e a Escola de Engenharia”. Resposta de Brizola: “Não tenho dúvida, fico com a Engenharia”. Tudo parecia decidido, quando Brizola resolveu reagir: “Olha, os srs. fazem que nem porco: comem e viram o cocho. O dr. Pestana se formou em Engenharia trabalhando na Prefeitura e, depois, se formou em Direito, também trabalhando na Prefeitura, mas ele me nega esse direito”. A observação de Brizola provocou imediata reação de Pestana, que a considerou desaforada. Ele precisou ser contido para não se atracar com o funcionário abusado.<sup>47</sup>

Seu posto na prefeitura, porém, foi salvo por Antonio Brochado da Rocha, irmão de José Diogo Brochado da Rocha e Francisco de Paula Brochado da Rocha, sucessor de Loureiro da Silva na prefeitura de Porto Alegre e, nesse momento, Secretário de Educação do município, que requisitou Brizola para trabalhar com ele. Quando o Secretário saiu de suas funções, Brizola não ocupou mais seu cargo na prefeitura.

Ainda enquanto cursava a escola de engenharia, Brizola foi eleito para a Assembleia gaúcha pelo Partido Trabalhista Brasileiro, no ano de 1947. O curso seria completo no ano de 1949.

Sua opção pelo trabalhismo, como ele mesmo destacou em entrevista a Moniz Bandeira, se deu em função de ter vivenciado a ebulição das movimentações queremistas em 1944 e 1945.

Ingressei na política por impulso, que era o mesmo de um grupo de estudantes, todos trabalhadores como eu, buscando algo diferente dos partidos tradicionais e das perspectivas que o PCB descortinava. Éramos todos jovens e nos identificávamos com aquela massa anônima, a percorrer as ruas de Porto Alegre, gritando 'Getúlio, Getúlio' e empunhando faixas com toscas inscrições em favor dos sindicatos e das garantias do trabalho.<sup>48</sup>

Sua atuação no PTB aparece, no livro citado acima, como uma tendência natural, de consciência de classe, em função de sua condição de estudante e trabalhador e das opções

---

<sup>47</sup> BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (coord.). Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. Série perfis parlamentares. p. 25

<sup>48</sup> BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. p. 177

políticas fornecidas pelos partidos que se estruturavam nesse período. O PSD era uma opção oligarquizada, era composto pela máquina administrativa saída do Estado Novo; o PCB, na visão de Brizola, era extremamente sectário e ideologizado; sua opção “natural”, portanto, era o PTB.

Brizola, entretanto, não se limitou a ser espectador do jogo político e sua opção pelo PTB não foi apenas um reflexo da identificação de classe impulsionada pelo movimento queremista, como podemos verificar pelos comentários de Sereno Chaise, companheiro da Ala Moça, que na época dividia com ele um quarto numa pensão de Porto Alegre.

No começo do PTB, o próprio Vecchio estava na Ala trabalhista do PSD. Fui um pouco depois disso para o partido. O Brizola esteve com o Vecchio na ala trabalhista do PSD. A rigor, o PTB nasceu do PSD. Todos eram getulistas.<sup>49</sup>

A ala trabalhista do PSD, fundada por José Diogo Brochado da Rocha, era um grupamento de sindicalistas e de membros sintonizados com as propostas de reformas sociais levadas a cabo por Getúlio Vargas que, diante de desentendimentos com as diretrizes do Partido para a classe trabalhadora, optaram por fundar o PTB no Rio Grande do Sul.<sup>50</sup>

A montagem das bases getulistas do sistema político pós-45, foi um processo complexo que só se delineou em finais de 1945 quando se constatou a impossibilidade de manter em um partido único, os diferentes setores sociais que apoiavam Getúlio Vargas.

A pouca sensibilidade das oligarquias pessedistas para com as demandas trabalhistas e a forte penetração dos comunistas no movimento sindical, fornecem fortes chaves explicativas para a compreensão dos motivos que levaram à fundação do PTB. Como ressaltou Alexandre Fortes, boa parte dos sindicalistas que fundaram o Partido no Rio Grande do Sul tinha fortes ligações com a estrutura administrativa montada no Ministério do Trabalho.<sup>51</sup>

O que nos interessa, por ora, é que Brizola, optou por ingressar no PTB e conquistou uma vaga na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul por essa legenda. Sua eleição se deveu, em grande parte, ao papel que desempenhou na fundação do PTB em todo o Estado.

---

<sup>49</sup> KLÖCKNER, Luciano. O diário político de Sereno Chaise. 60 anos de História. Porto Alegre: AGE, 2007. p. 23.

<sup>50</sup> FERREIRA, Jorge. Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2000. Esse processo de migração de políticos do PSD para o PTB foi uma constante no período analisado. Para fins de organização das ideias no presente capítulo, este tema será melhor apresentado no item que versará sobre a democratização e a formação do sistema partidário no Rio Grande do Sul.

<sup>51</sup> FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul, RS: EDUCS; Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 359.

Ele partiu com um grupo de estudantes, integrantes da Ala Moça do partido, para cumprir a tarefa de criar os diretórios do partido trabalhista no interior do Estado.

Brizola, Wilson da Silveira, Bonorino Butelli e outros estudantes acompanharam os líderes sindicais José Vecchio, Leopoldo Machado, Francisco Santos, Sílvio Sanson e Valdemiro de Lemos, todos de origem pobre, e saíram a organizar o PTB pelo interior do Rio Grande do Sul.<sup>52</sup>

A inclusão do nome de Brizola entre os indicados para o pleito de 1947 ocorreu graças à sua liderança na Ala Moça do partido e à sua presença na fundação e disseminação do partido pelo Estado, sua eleição, entretanto, foi assegurada de outra forma. Ao todo, o jovem trabalhista computou 3.939 votos, distribuídos da seguinte forma:

Junta 2	Porto Alegre	521
Junta 8	Antônio Prado	433
Junta 18	Carazinho, Sarandi	417
Junta 3	Porto Alegre	323
Junta 5	Porto Alegre	280
Junta 36	Passo Fundo, Getúlio Vargas	274
Junta 1	Porto Alegre	271
Junta 4	Porto Alegre	233
Junta 54	São Francisco de Paula	156
Junta 19	Caxias do Sul, Farroupilha	155
Junta 37	Pelotas, São Lourenço do Sul	115
Junta 6	Porto Alegre, Canoas, Guaíba, Gravataí.	99
Junta 62	Taquara, Canela	76
Junta 65	Vacaria, Aparados da Serra	61
Junta 25	Guapore, Nova Prata	48
Junta 20	Cruz Alta	40
Junta 66	Viamão	38
Junta 56	São Jerônimo, Gal. Câmara, Bom Jesus Do Triunfo.	33
Junta 52	Santo Antonio, Osório, Torres	27
Junta 42	Rio Grande, São José do Norte	27
Junta 48	Santa Rosa	23
Junta 35	Palmeira das Missões, Iraí	20
Junta 23	Erechim, Marcelino Ramos	17
Junta 21	Dom Pedrito, Lavras do Sul	17
Junta 64	Uruguaiana	13
Junta 30	Júlio de Castilhos, Tupanciretã	12
Junta 10	Bento Gonçalves, Veranópolis, Garibaldi	12
Junta 11	Caçapava do Sul, São Sepé	12

<sup>52</sup> BANDEIRA, Moniz. Op. Cit. p. 49.

Junta 31	Lagoa Vermelha	11
Junta 41	Rio Grande	11
Junta 33	Livramento	8
Junta 14	Caí	7
Junta 38	Pelotas	6
Junta 63	Taquari	6
Ap. TER		5
Junta 29	Jaguari, General Vargas	4
Junta 57	São Leopoldo	4
Junta 58	São Leopoldo, Novo Hamburgo	3
Junta 59	São Luiz Gonzaga	3
Junta 17	Cangussu, Piratini	2
Junta 9	Bagé	2
Junta 32	Lajeado, Arroio do Meio	2
Junta 24	Estrela, Encantado	2
Junta 28	Jaguarão, Arroio Grande, Herval	2
Junta 27	Itaqui	1
Junta 12	Cachoeira do Sul	1
Junta 13	Cachoeira do Sul	1
Junta 51	Santo Ângelo	1
Junta 15	Camaqua, Tapes	1
Junta 22	Encruzilhada do Sul	1
Junta 34	Montenegro	1
Junta 61	Soledade	1

Fonte: Banco de Dados do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense.

Como podemos perceber pela distribuição de seus votos, Brizola conquistou ao menos um voto em 52 das 67 juntas eleitorais existentes no Estado, o que comprova sua atuação nessa tarefa de fundação de diretórios do PTB junto com os líderes sindicais. O maior número de votos conquistado por ele, entretanto, não se dá nos municípios do interior.

Segundo Héglio Trindade, o comportamento eleitoral do Rio Grande do Sul no período compreendido entre os anos de 1945 e 1964 apresentou algumas características básicas, definidas por ele como padrões.<sup>53</sup>

Primeiro, um padrão de estabilidade, caracterizado pela fidelidade partidária dos eleitores, principalmente do PTB e do PL. Segundo, um padrão de polarização entre o PTB e as forças anti-PTB, representadas por PSD, UDN e PL. Por fim, como consequência do segundo padrão, temos uma tendência de expansão e consolidação da dominação trabalhista no Estado e uma redução no eleitorado das forças contrárias ao trabalhismo.

<sup>53</sup> TRINDADE, Héglio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In. CARDOSO, Fernando Henrique & LAMOUNIER, Bolívar (coord.). Partidos políticos e eleições no Brasil. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 153-204.

Ainda Segundo Trindade, a partir dos anos 1950 o trabalhismo se consolidou como força predominante no Estado. As regiões que mais expressavam essa hegemonia eleitoral dos trabalhistas, contudo, eram: a Área Metropolitana de Porto Alegre, que compreendia, além da capital gaúcha, os municípios de Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Gravataí e Viamão; a fronteira oeste do Estado e a “*zona litorânea, abrangendo os municípios das regiões centrais até o litoral*”.<sup>54</sup>

O quadro da distribuição dos votos de Leonel Brizola mostra a formação desse processo de consolidação, principalmente nas regiões próximas à capital gaúcha. A maior parte do eleitorado de Brizola estava em Porto Alegre e em suas imediações, dirigindo-se ainda para as regiões mais centrais do Estado, sobretudo em direção à sua terra Natal, Carazinho. Das 10 primeiras juntas eleitorais, nas quais Leonel Brizola obteve o maior número de votos, todos os municípios fazem parte dessa região.

O principal reduto de votos era mesmo Porto Alegre. Considerando-se somente as juntas da capital gaúcha, foram computados 1.628 votos a favor de Leonel Brizola, representando 41,8% do total de seus votos.

Votação importante também foi auferida no município de Carazinho. Foram computados, juntamente com os votos do município de Sarandi, 417 votos, representando 10,7% de seu eleitorado. Unidos, Porto Alegre, Carazinho e Sarandi representaram 52,5% dos sufrágios.

Em sua campanha eleitoral, financiada pelo próprio partido e com a ajuda do presidente do PTB que, segundo afirmou Brizola, contribuiu com dois mil cruzeiros para a confecção de alguns cartazes, Brizola teve como principal bandeira a denúncia e a busca por melhoria para uma realidade por ele também vivida, a de trabalhador estudante.

Ajudado por colegas da faculdade e por companheiros da “Ala Moça”, Brizola participou pessoalmente do trabalho de colagem dos cartazes. “A minha mensagem era a seguinte: não se pode entender como um estudante militar tem tudo – livros, fardamento, pensão e até um ordenado – e nós não temos nada. Foi o meu grito de revolta”.<sup>55</sup>

Para entendermos um pouco mais sobre a atuação de Brizola, bem como acerca do ambiente político institucional do Rio Grande do Sul, precisamos antes, deslindar alguns aspectos sobre o processo de democratização ocorrido no Brasil após 1945.

---

<sup>54</sup> TRINDADE, op. Cit. p. 165.

<sup>55</sup> BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (coord.). Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. Série perfis parlamentares. p. 27

Por fim, neste breve registro biográfico, cumpre ressaltar que Leonel Brizola, casou-se no ano de 1950, com Neusa Goulart, irmã de João Goulart, seu companheiro na bancada trabalhista da Assembleia Legislativa, em cerimônia que teve como padrinho, Getúlio Dornelles Vargas.

## **1.2 - Os primeiros anos do pós-45**

Passados os momentos de euforia vividos pelo processo de democratização, a conjuntura que se apresentou após 1945, foi radicalmente distinta do período varguista. Tanto nacional como internacionalmente.

No campo internacional, após 1947 cristalizou-se a polarização ideológica da Guerra Fria, fato que impôs uma série de redefinições políticas a todo o mundo. Nesse contexto, o próprio Partido Comunista teve sua linha de atuação definida e redefinida sucessivas vezes.<sup>56</sup>

No campo político brasileiro, Vargas foi deposto, mas sua influência sobre o sistema ainda era sentida. Tanto que os três maiores partidos que surgiram no período foram definidos a partir de seus posicionamentos em relação ao getulismo, eram eles: o PSD e o PTB – que se definem pró-Getúlio; e a UDN que era antigetulista.<sup>57</sup>

Uma descrição do sistema político do período não estaria completa sem se fazer referência ainda aos inúmeros partidos considerados pequenos (entre eles: o PL, o PRP, o PSP e etc.) e ao Partido Comunista do Brasil que se constituía na quarta força mais representativa no quadro dos partidos políticos brasileiros, como demonstraram os surpreendentes 10% dos votos alcançados em 1945 por seu candidato à Presidência, o até então desconhecido Yedo Fiúza, e as expressivas bancadas eleitas pelos comunistas nos maiores estados e em diversos dos mais importantes centros urbanos do país.

Ainda sobre o processo de montagem desse sistema político, cumpre destacar alguns aspectos. Primeiro, a grande indefinição acerca da posição de Getúlio Vargas diante do pleito que se avizinhava no ano de 1945. O movimento quemista estava a pleno vapor e exigindo a instalação de uma Assembleia constituinte sob o comando do ditador. Vargas manteve uma

---

<sup>56</sup> Para a trajetória do PCB no período ver: SILVA, Fernando Teixeira da. & SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964). Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 643p.

<sup>57</sup> A não ser quando referenciadas de modo diferente, as informações sobre o sistema político e econômico brasileiro são baseadas em: SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

postura ambígua até os limites do possível, mas optou, finalmente, por não lançar sua candidatura.

Segundo, e em íntima relação com o primeiro aspecto, a criação do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. O Partido nasceu intimamente associado ao Ministério do Trabalho com o intuito de canalizar a onda de movimentações populares pró-Getúlio Vargas e seu projeto trabalhista delineado nos anos do Estado Novo em uma instituição com forte penetração na classe trabalhadora.<sup>58</sup>

Sua criação atendia também ao interesse de conter o avanço da influência do comunismo sobre os trabalhadores urbanos. É interessante lembrar o crescimento que essa ideologia adquire no Brasil a partir da década de 20, tanto que o Brasil é o único país da América Latina onde ocorreu uma tentativa direta de levante comunista no período, embora malfadado. Essa tentativa ocorreu no ano de 1935 e foi coordenada pela ANL (Aliança Nacional Libertadora).<sup>59</sup>

Passadas as articulações iniciais, o pleito presidencial de 1945 teve como grande vencedor o candidato do PSD, o general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da Guerra de Getúlio Vargas, graças, em grande parte, ao apoio do ex-ditador à sua candidatura. Muito contrariados, os trabalhistas de todo o Brasil garantiram a eleição do general.

Apesar de serem getulistas, PSD e PTB nutriam divergências quanto ao projeto político-econômico mais adequado ao desenvolvimento do Brasil. Em função disso e das medidas adotadas por Dutra, o PTB se tornou o maior representante da oposição ao seu governo.

A política econômica de Dutra, diferentemente do projeto getulista, pautou-se pela abertura dos mercados ao investimento estrangeiro e pela diminuição do papel do Estado na economia. Essas medidas logo causaram grande insatisfação nos meios mais populares, pois juntamente com a crise econômica, sobrevieram medidas repressivas à movimentação da classe trabalhadora.

No bojo do processo de democratização, existiam esperanças, entre os representantes da elite política brasileira, de que o Brasil se tornasse o principal parceiro econômico dos Estados Unidos na América Latina. O fato de ter ingressado ao lado dos aliados durante a

---

<sup>58</sup> Sobre a criação do PTB, ver: GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964). Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 643p.

<sup>59</sup> Sobre a relação PTB e contenção do comunismo, ver: VARGAS, Alzira. Entrevista. Ensaios de opinião. Rio de Janeiro: Editora Inúbia, 1975. p. 17-19.

Segunda Guerra e os dividendos econômicos gerados por esse alinhamento, tal como a Companhia Siderúrgica Nacional, reforçava esse sentimento pró-EUA.<sup>60</sup>

A partir de 1947, entretanto, as esperanças de alcançar favorecimentos econômicos através desse alinhamento com a política econômica norte-americana se frustraram, pois a maior parte dos empréstimos e investimentos norte-americanos se destinaram à reconstrução dos países da Europa Ocidental destruídos com a guerra. Foi a execução do Plano Marshall que tinha ainda como objetivo, impedir a difusão do comunismo pela Europa.

Essa conjuntura econômica internacional teve forte repercussão negativa na economia nacional. Como resposta, o presidente interveio nos sindicatos, substituindo um grande número de lideranças e reprimiu duramente todas as manifestações dos trabalhadores. O auge das duras medidas repressivas do general veio em maio de 1947 com a cassação do registro do Partido Comunista e de todos os órgãos a ele associados. Completando o esforço repressivo, todos os mandatos dos representantes eleitos pelo extinto partido foram cassados em janeiro de 1948.

A questão do anticomunismo se constitui num importante prisma pelo qual podemos entender, um pouco mais profundamente, os posicionamentos políticos dos atores do período.

Como destaca Carla Simone Rodeghero, a perspectiva que se abriu nos anos subsequentes à democratização foi de intensa movimentação política e social, de múltiplos caminhos e propostas para o Brasil em todos os aspectos da vida social.<sup>61</sup>

Sendo assim, nos primeiros anos do período de democratização, mais especificamente entre 1945 e 1947, não são percebidas muitas movimentações anticomunistas. No início do processo de democratização, o Partido Comunista defendia a tese da União Nacional, conforme as diretrizes enviadas pelo PC da União Soviética que, no início da Guerra Fria, adotou semelhante postura em virtude do clima de manutenção da paz.

A mudança na perspectiva sobre o comunismo veio a partir de 1946 e teve como eixos explicativos: a atuação e a figura de Luiz Carlos Prestes; o bem sucedido processo de reorganização do partido e a forte mobilização sindical ocorrida entre os anos de 1945 e 1946.

A combinação desses fatores teria despertado o temor das elites e desencadeado uma política repressiva, que teve como resposta a radicalização das movimentações comunistas.

---

<sup>60</sup> MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945—1964). In: FAUSTO, Boris (dir.) História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Republicano, v.4: economia e cultura (1930-1964). 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 52-106.

<sup>61</sup> RODEGHERO, Carla Simone. O anticomunismo na encruzilhada entre o autoritarismo e a democracia: a conjuntura 1945-1947. MÉTIS: história & cultura. V.5, nº10, jul/dez. 2006, p. 179-202.



O medo do crescimento do partido repercutiu em repressão ao movimento sindical; esta repressão se autojustificou em argumentos já conhecidos a respeito do “perigo vermelho” representado por lideranças infiltradas e que, portanto, não eram legítimas representantes da classe trabalhadora. A “laboriosa e ordeira” classe trabalhadora, então, foi contraposta aos agitadores comunistas.<sup>62</sup>

Destaque-se, por ora, esse importante elemento discursivo que perpassará praticamente todas as argumentações envolvendo as demandas dos trabalhadores, justificando o aumento da repressão. Cientes da irrevogabilidade da participação política dos mesmos, as questões trabalhistas serão sempre referidas tendo em vista a mentalidade colaboracionista e de disciplina do trabalho criada durante o Estado Novo.

Nesse sentido, cabia ao Estado e aos governantes negociarem ou levarem adiante as demandas dos trabalhadores que se apresentassem como legítimos representantes da classe trabalhadora, defensores da ordem e dos princípios democráticos.

A aliança entre os principais líderes populares do período, Vargas e Prestes, despertou críticas e temores tanto por parte dos conservadores, quanto por parte dos próprios comunistas.

Nos primeiros, residia o medo do uso dessa aliança por Getúlio como manobra política para perpetuar-se no poder. Os conservadores temiam, sobretudo, o uso do “perigo vermelho” como manobra política por Getúlio Vargas. Os comunistas, por sua vez, desconfiavam da aliança por conta do histórico repressivo do Estado Novo. Existia, assim, uma sensação de perda de oportunidade por parte de alguns líderes.

O detonador, entretanto, da campanha pública de crítica a Prestes, na imprensa conservadora, teriam sido suas declarações em função do posicionamento do Partido Comunista diante de uma possível guerra entre o Brasil e a União Soviética.

Em termos de movimentações políticas e sociais, essa postura do Partido Comunista implicou em uma adesão e defesa do processo de democratização iniciado por Getúlio Vargas e do Movimento Queremista.

Nas palavras de Jorge Ferreira, esse movimento teria expressado: *“uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultado de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o ‘primeiro governo’ Vargas”*.<sup>63</sup>

---

<sup>62</sup> Idem, p. 200.

<sup>63</sup> FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 26

Diante da intransigência dos governantes da Primeira República para com as questões sociais e da experiência de desfrutar dos direitos sociais durante o primeiro Governo Vargas, existia o temor, entre as classes populares, da perda dos direitos sociais caso os opositores de Getúlio conquistassem o poder. Temor fundamentado ainda diante da pouca sensibilidade política para com as demandas dos trabalhadores, manifestada pelos principais candidatos ao posto presidencial, Eurico Gaspar Dutra e o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Em vista do “insucesso” do movimento queremista – Getúlio Vargas retirou-se em asilo político em São Borja – os comunistas levaram a cabo o processo já iniciado de reorganização partidária. Como destaca Rodeghero:

Pode-se dizer que o outro alvo do anticomunismo foi o processo de reorganização do PCB, muito bem sucedido no período em estudo, com a formação de células, comitês municipais, estadual e nacional, postos de alistamento eleitoral, comícios, publicações de jornais e com bom resultado nas eleições.<sup>64</sup>

As principais características do regime dutrista estavam, então, apresentadas. Fortes restrições à organização dos trabalhadores, coroadas com o fechamento do PCB e seus órgãos associados e a cassação dos mandatos de seus representantes, associadas a uma política econômica que, em última instância, deflagrou uma profunda crise, aumentando sensivelmente o custo de vida.

A crise econômica majorava os preços dos produtos, inclusive os de primeira necessidade, provocando intenso descontentamento social, principalmente nos setores de mais baixa renda da população, cujas manifestações eram duramente reprimidas pelo Governo, realimentando o ambiente de instabilidade política e social.

No que diz respeito à estratégia de atuação sindical dos comunistas, operou-se, nesse período, uma mudança de orientação. Em vista da escalada repressiva, eles abandonaram a tese de colaboração nacional e passaram a arregimentar os trabalhadores em organizações por locais de trabalho e em procurar atender suas reivindicações imediatas.

Segundo Augusto Cezar Buonicore, isso não significou, entretanto, que o PCB estivesse procurando organizar uma instituição paralela ao sindicalismo oficial. Esse tipo de estratégia visava, principalmente, fortalecer o trabalho de base para, posteriormente, retomar o controle dos sindicatos já existentes, dos quais haviam sido afastados pelas intervenções operadas pelo governo federal.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> RODEGHERO, op. Cit. P. 199.

<sup>41</sup> BUONICORE, Augusto César. Sindicalismo Vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952. Cadernos AEL, v.7, nº12/13, 2000. p. 13-45.

Sua estratégia era de retomar o controle dos sindicatos por dentro e continuar a luta pela liberdade sindical que, em termos práticos, significava o fim do imposto sindical e a garantia de eleições livres.

Fernando Teixeira da Silva e Marco Aurélio Santana, por sua vez, indicam que a retomada aos partidos oficiais só se deu em momento posterior, durante o segundo Governo Vargas, em um contexto de flexibilização das intervenções nos sindicatos.<sup>66</sup>

Atestam ainda, que existia uma separação entre as orientações da cúpula do partido e as medidas efetivamente implementadas pelos militantes “no chão das fábricas”, corroborada pelas consequências decorrentes da adoção de uma estratégia de mobilização e enfrentamento constante, principalmente a saída de muitos militantes do partido e muitos casos de dupla-militância, nos sindicatos oficiais e nos paralelos. Extraoficialmente, o que ocorreu foi uma aliança tácita entre comunistas e trabalhistas com o objetivo de garantir os ganhos materiais imediatos aos trabalhadores.

Paralelamente, essas organizações por empresa levaram a cabo inúmeras greves no período, contrariando, inclusive, a orientação da direção dos sindicatos ligados ao Ministério do Trabalho.

Seria, entretanto, muito simplista atribuir o grande número de greves ocorridas no período à lógica exclusiva da majoração de preços. Ou seja, não é possível atribuir uma motivação puramente econômica às manifestações dos trabalhadores.

Como bem demonstra John French, muitas das greves que aconteceram em 1947 tinham por objetivo a implementação efetiva do artigo 157 da Consolidação das Leis Trabalhistas, que conferia o descanso semanal remunerado aos trabalhadores. Além disso, destaca o autor, havia também um componente político nas greves do período, que se manifestava através de uma ampla compreensão de seu peso na recém-inaugurada democracia brasileira. Um processo que se iniciou com a Revolução de 1930 e com a ação de Getúlio Vargas no sentido de incorporar os trabalhadores na política brasileira.<sup>67</sup>

O grande número de greves ocorridas no período, assim como o conteúdo de sua pauta de reivindicações deixa entrever: primeiro, a existência de uma lógica de atuação que vai além dos aspectos puramente econômicos e, segundo, a existência de certo grau de mobilização das

---

<sup>66</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. & SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964). Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 101-140.

<sup>67</sup> FRENCH, John D. O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Caetano do Sul, São Paulo: Editora Hucitec/Prefeitura de São Caetano do Sul, 1995. p. 159.

classes trabalhadoras. Cabe agora elucidar alguns aspectos da conjuntura do Estado do Rio Grande do Sul, palco de atuação de Leonel Brizola.

### **1.3 - O pós-45 no Rio Grande sul e a atuação de Leonel Brizola**

A montagem do sistema partidário no Rio Grande do Sul obedeceu ao mesmo ritmo estabelecido em nível federal. Inicialmente, as forças getulistas foram abrigadas no PSD. Dessa forma, como vimos, Brizola e José Vecchio faziam parte da Ala trabalhista dessa agremiação política e foram os primeiros a deixarem o partido para fundarem o PTB. Logo após, os dois foram seguidos de outras lideranças, tais como: Loureiro da Silva, José Diogo Brochado da Rocha e Dinarte Dornelles.

Inicialmente, o PTB no Rio Grande do Sul era formado por dois grupos: os estudantes e os sindicalistas. O grupo dos “políticos profissionais” foi convocado a participar do PTB para fortalecer os quadros do partido. Muitos de seus representantes vieram dos quadros do PSD. Os dois partidos que representavam o getulismo foram gradativamente determinando melhor seu programa, estratégia política e representantes. Como bem destaca Sereno Chaise,

(...) O Loureiro [da Silva] tinha sido convocado pelo velho Getúlio para fazer o que nós chamávamos de separação do rodeio. No começo do PTB, o próprio Vecchio estava na ala trabalhista do PSD. Fui um pouco depois disso para o partido. O Brizola esteve com o Vecchio na ala trabalhista do PSD. A rigor, o PTB nasceu do PSD. Todos eram getulistas. Depois, o Loureiro ficou encarregado da separação dos rodeios: ver quem era trabalhista e quem era pessedista. Missão difícil, se levamos em conta que ocupava a presidência do PSD o próprio Vargas, irmão do velho Getúlio. Do nosso lado, ficou o Dinarte Dornelles, primo-irmão de Getúlio.<sup>68</sup>

Como destaca Celito De Grandi, Loureiro da Silva, que havia apoiado Getúlio Vargas quando da dissidência do PRL em 1937 e exercido o cargo de prefeito de Porto Alegre entre os anos de 1937 e 1943, foi um dos primeiros políticos que saíram do recém-criado PSD, para ingressar nas fileiras do PTB e fortalece-lo.<sup>69</sup>

Sua entrada na agremiação trabalhista era apoiada pelos estudantes, entre os quais se encontrava Brizola, e vista com temeridade pelos sindicalistas, receosos de perderem espaço no recém-criado PTB, de modo semelhante ao ocorrido com a Ala trabalhista enquanto fazia parte do PSD. Os anos de funcionalismo público de Brizola, quando Loureiro era prefeito, podem ter contribuído para essa simpatia dos estudantes para com os políticos profissionais.

<sup>68</sup> KLÖCKNER, Luciano. O diário político de Sereno Chaise. 60 anos de História. Porto Alegre: AGE, 2007. p. 23.

<sup>69</sup> DE GRANDI, Celito. Loureiro da Silva: o Charrua. Porto Alegre: Literalis, 2002.

A atuação do “Charrua” – como Loureiro era chamado – foi decisiva para a formação do partido, angariando membros, inclusive, entre os filiados do Partido Social Democrático. Fato que gerou um grande mal-estar entre os políticos gaúchos representantes do PSD.<sup>70</sup>

Também por intermédio de Loureiro da Silva teria ingressado no PTB Alberto Pasqualini, à época, líder do movimento denominado União Social Brasileira. As negociações para a entrada do teórico do trabalhismo no partido contaram ainda com o apoio de Dinarte Dornelles.

A entrada de Pasqualini no PTB nos leva imediatamente à análise das eleições de 1947. Sua candidatura pelo partido trabalhista aprofundou o afastamento entre PSD e PTB e contribuiu para fortalecer o trabalhismo no Rio Grande do Sul, conferindo uma maior autonomia ao partido.

Como mostrou Mercedes Cánepa, o pleito de 1947 foi de grande importância para a definição do ambiente político institucional do Rio Grande do Sul. De fato, Após tentativas de união entre os dois principais partidos getulistas, o que podemos observar, no Rio Grande é um processo de afastamento e polarização entre PSD e PTB.

Os candidatos do pleito para governador do Estado foram Walter Jobim, concorrendo pelo PSD, que contava ainda com o apoio do PCB e do PRP; Alberto Pasqualini, candidato do PTB e Décio Costa, candidato pela coligação UDN/PL. Curiosamente, todos os candidatos haviam composto os quadros do antigo Partido Libertador do Rio Grande do Sul. Jobim e Pasqualini haviam sido ainda Secretários de Estado na interventoria de Ernesto Dornelles.

Pasqualini ocupava o cargo de secretário do Interior. Cargo do qual fora afastado por divergências com o regime varguista. O episódio de seu pedido de demissão está descrito em carta endereçada a Getúlio Vargas, datada de quinze de julho de 1944. Nesta, Ernesto Dornelles relata que Alberto Pasqualini autorizou a realização de um plebiscito no município de Cachoeira, para a escolha de seu sub-prefeito. As consequências negativas deste fato para a imagem do Governo Ditatorial de Vargas fizeram com que Pasqualini solicitasse seu pedido de demissão, no qual foi atendido por Dornelles. Na mesma carta, o interventor indica para ocupar o cargo recém-desocupado, o secretário de Viação de Obras Públicas Walter Jobim.<sup>71</sup> Após a democratização de 1945, Jobim ingressou no PSD, Pasqualini no PTB.

---

<sup>70</sup> Idem, p. 144. Nota 213

<sup>71</sup> Cf. GV c 1944.07.15. Carta de Ernesto Dornelles a Getúlio Vargas expondo os motivos que levaram à demissão de Alberto Pasqualini da Secretaria do Interior do Rio Grande do Sul e comunicando que indicou Valter Jobim para substituí-lo no cargo. Porto Alegre (Vol. XLIV/45). CPDOC, FGV.

Nos primeiros meses do processo de democratização, as forças getulistas estavam situadas no PSD. Walter Jobim foi o candidato indicado pelo partido ao cargo de governador. A criação do PTB e sua representatividade junto aos trabalhadores desencadeou um processo de migração de políticos e fortalecimento da legenda trabalhista. Para continuar nesse intuito, era imprescindível que o PTB concorresse com candidato próprio ao Governo do Estado.

Nesse momento, despontou a figura de Alberto Pasqualini que, até então, não estava filiado a partido algum, mas contava com um forte movimento a favor de suas ideias, a União Social Brasileira. Seus representantes já haviam aventado a possibilidade do lançamento de sua candidatura ao executivo estadual.

Justificando a opção por Alberto Pasqualini, José Vecchio apontou em seu depoimento:

V.L - Por que o senhor apontou o nome do Pasqualini?

J.V - Porque compreendi o seguinte: se nós não tivéssemos um candidato, o dr. Getúlio faria uma outra proclamação apoiando o Jobim, do PSD, e é o que ia acontecer. (...) Mas pode-se dizer: por que ele? Porque o PTB não tinha ainda uma elite capaz de ser aclamada ou escolhida candidata, ainda estávamos muito comumente organizados.<sup>72</sup>

O objetivo de Vargas era o de manter a aliança entre o PSD e o PTB. O apoio crescente à candidatura de Alberto Pasqualini e a impopularidade das medidas dutristas, contudo, inviabilizaram qualquer tipo de acordo entre os dois partidos. Pasqualini ainda foi procurado pelo Partido Social Democrático que lhe ofereceu uma vaga na candidatura ao Senado. Proposta que foi rejeitada pelo teórico trabalhista.

Diante da não concretização do acordo, Vargas, ocupando a incomoda posição de senador pelo PSD e presidente de honra do PTB, optou por manter-se neutro, afirmando que os dois candidatos, Jobim e Pasqualini, seriam bons para o Rio Grande do Sul. Seu posicionamento só foi favorável à Pasqualini, na reta final da campanha. Apesar desse pronunciamento favorável, o pleito foi vencido por Walter Jobim.

O legislativo gaúcho, porém, diferentemente do Congresso Nacional, tinha uma maioria oposicionista. O PTB era o partido mais representado, com 23 cadeiras que, somadas às 5 cadeiras do Partido Libertador, perfaziam um total de 28 cadeiras oposicionistas de um total de 55 assentos. O PSD, contava com 16 parlamentares, a UDN e o PRP, com 4 e o PCB com 3 representantes.

---

<sup>72</sup> VECCHIO, José. (depoimento). Rio de Janeiro, CPDOC. p. 61-62.

Essa condição de maioria oposicionista na Assembleia Legislativa, traria certas especificidades tanto à dinâmica política estabelecida em terras gaúchas, quanto ao atendimento às demandas econômico-sociais do Estado. Para compreender as nuances do posicionamento político no Estado, bem como a atuação de Leonel Brizola, foram analisadas as discussões que tiveram espaço na Assembleia Legislativa rio-grandense, acerca de determinadas questões.

No que diz respeito à formação do ambiente político e das alianças partidárias, destacam-se os debates acerca do tipo de regime de governo a ser implementado na Carta Constitucional do Rio Grande do Sul – presidencialismo ou parlamentarismo – ocorrido entre março e agosto de 1947, do progressivo aumento da repressão social, constatado nas discussões acerca do posicionamento do PCB nas eleições de 1947 e do fechamento do Partido comunista em maio do mesmo ano.

Em termos econômico-sociais, são elucidativos os debates empreendidos entre os parlamentares acerca dos rumos do desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul.

Por fim, e intimamente conectada com as discussões anteriores, adquire centralidade uma das principais características da atuação de Brizola nesse período, a proximidade e seu posicionamento com relação às demandas da juventude, notadamente os estudantes.

### **1.3.1 – A formação do ambiente político institucional**

Dada conjuntura de repressão às atividades consideradas comunistas, a questão do posicionamento político do PCB nas eleições estaduais, bem como o posicionamento dos partidos políticos do período diante do progressivo aumento da repressão, que culminaria com o fechamento do Partido comunista e de seus órgãos associados em maio de 1947 e na cassação dos mandatos dos representantes eleitos por essa legenda em janeiro de 1948, fornecem interessantes móveis explicativos para se pensar a dinâmica político-partidária gaúcha no período.

O debate sobre o posicionamento do PCB nas eleições veio à tona, logo nos primeiros meses de 1947, mais especificamente no mês de março, através de pronunciamento do líder da bancada trabalhista na Assembleia, o deputado José Diogo Brochado da Rocha. Sua fala se dirigiu no sentido de demonstrar o apoio dos comunistas a Walter Jobim candidato do PSD, e não ao candidato trabalhista Alberto Pasqualini.

Evidentemente, ninguém pode pôr em dúvida que o Sr. Alberto Pasqualini não tenha ligação com o Partido Comunista do Brasil. Os fatos o estão mostrando, e são esses fatos que quero trazer á opinião rio-grandense.<sup>73</sup>

Segundo a análise dos representantes do PTB, a razão da derrota de Pasqualini na eleição para governador residiria na divulgação, por parte de seus opositores, de um acordo existente entre o candidato e os comunistas. Campanha destinava-se, principalmente, o eleitorado das regiões do interior do Estado, cuja maior parte da população consistia em imigrantes.

Foi afirmado, reiteradamente, na campanha surda e subterrânea, que se fez contra o Partido Trabalhista, que trabalhismo e comunismo eram sinônimos.<sup>74</sup>

Na vitória de Jobim pesaria ainda, decisivamente, o apoio dos comunistas à sua candidatura que, caso não ocorresse, teria resultado na vitória de Pasqualini, detentor, segundo ele, de uma campanha eleitoral mais “popular e empolgante”.

A fala de Brochado da Rocha se dirigia, portanto, a contestar a veracidade dessa campanha em função de acontecimentos recentes. Nas manifestações pela comemoração da vitória de Walter Jobim, segundo o parlamentar, estariam as provas da aliança entre o PCB e o PSD.

De fato, Sr. Presidente, a posse do novo governador foi uma festa do oficialismo e dos comunistas, porque o povo, esse, ficou em casa, apreensivo e escarmentado.<sup>75</sup>

O líder trabalhista opõe, assim, os comunistas e os políticos profissionais representados no PSD, ao PTB e ao “verdadeiro” povo, “pacífico e ordeiro”, “distante dos extremismos ideologizantes”.

Como elementos de sua fala, o parlamentar trouxe, ainda, um manifesto do PCB que dizia:

O Partido Comunista do Brasil, que assegurou a vitória do Dr. Walter Jobim com o seu apoio decidido nas eleições, tendo em vista, exclusivamente, os interesses do proletariado e dos democratas do governo...<sup>76</sup>

Os principais interlocutores foram os representantes comunistas, que confirmaram o apoio de seu partido à Jobim. O Sr. Dionélio Machado, entretanto, ressalta que teve conversações com todos os candidatos ao executivo estadual e afirma que Alberto Pasqualini desejava o apoio dos comunistas, desde que não fosse de forma pública.

---

<sup>73</sup> DUARTE, José Bacchieri. Op. Cit. P. 34.

<sup>74</sup> Idem, p.33

<sup>75</sup> Idem, p. 43.

<sup>76</sup> Idem, p. 46.



O Dr. Alberto Pasqualini aceitava o nosso apoio, e só não queria de público, para não afastar dele as forças católicas.<sup>77</sup>

O debate se estenderia para a sessão seguinte. Neste, os trabalhistas trariam uma carta de resposta e esclarecimento de Pasqualini, em função das informações fornecidas por Dionélio Machado. Este, por sua vez, se tornaria o personagem principal desta sessão ao esclarecer o posicionamento do PCB e seus respectivos motivos, nas eleições passadas.

Seguem trechos do esclarecimento de Pasqualini:

(...) Devo esclarecer que fui, realmente, antes do pleito, procurado pelo Dr. Dionélio Machado, em meu escritório. Vinha ele, segundo me declarou, conversar com o candidato do Partido Trabalhista, pois desejava conhecer o seu ponto de vista sobre os três pontos básicos do Partido Comunista: autonomia de Porto Alegre, respeito à Constituição vigente e existência legal do Partido Comunista.(...)

Pensavam os comunistas que, com o seu contingente eleitoral, estimado pelo Dr. Dionélio Machado em 80.000 votos, poderiam constituir um fator decisivo nas eleições. Não obstante, convinha ponderar que, no Rio Grande do Sul, o ambiente era profundamente anticomunista e o candidato que tivesse o apoio oficial do Partido correria o risco de ser derrotado. Por essa razão, o pronunciamento oficial e ostensivo do Partido Comunista, em função de um dos candidatos, só poderia prejudicá-lo eleitoralmente.

Devo declarar que essa observação foi feita em tese, de forma absolutamente impessoal, não na posição de interessado, mas de apreciador crítico da situação, e ainda com o propósito de fazer sentir, de forma cortês e delicada, ao amigo que me procurava, a inconveniência de eventual apoio de seu Partido à causa trabalhista.<sup>78</sup>

Além de Pasqualini, também o governador Walter Jobim negou que tivesse feito qualquer tipo de acordo com os comunistas ou conversado com o Sr. Dionélio Machado.

Este, por sua vez, reafirma seu posicionamento anterior, ao pronunciar que a resposta de Pasqualini não negou peremptoriamente o apoio dos comunistas, visto que concordava, com os pontos propostos por seu Partido e que teve encontro casual com o candidato do PSD.

O interessante a reter dessa discussão, até o momento, é a compreensão de todos os atores envolvidos nas discussões, do clima reinante de anticomunismo e das implicações políticas e eleitorais de um apoio declarado dos comunistas a qualquer partido político.

Seu apoio extraoficial ao PSD pode ser entendido em função da rivalidade existente então entre trabalhistas e comunistas, pois disputavam o apoio político das mesmas bases sociais.

É nesse sentido que podem ser compreendidos os diversos apartes trocados entre representantes dos dois partidos. Alguns seguem abaixo transcritos:

---

<sup>77</sup> Idem, p.42.

<sup>78</sup> Idem, p.48.

O Sr. Dionélio Machado – (...) nós levamos em conta as forças que se mobilizavam em torno de cada candidato para decidir a quem dar o nosso apoio; nós também consideramos a questão das forças que acompanhavam os Srs. Alberto Pasqualini e Décio Martins Costa. Devo dizer, com toda a lealdade, que víamos um perigo para a democracia no fortalecimento do Sr. Getúlio Vargas.

(...)O Sr. Egidio Michaelsen – O partido Trabalhista não é Getúlio Vargas. Este é o seu fundador e um dos seus mais eminentes líderes. (Palmas) Mesmo os adversários do Sr. Getúlio Vargas reconhecem que ele, pessoalmente, e o Partido Trabalhista, por ele fundado, são o maior obstáculo ao desenvolvimento do Partido Comunista no Brasil. (Muito bem) (Palmas).<sup>79</sup>

O longo período de ilegalidade vivido pelo PCB durante o Estado Novo e o recente processo de democratização fizeram com que a defesa da democracia fosse a palavra de ordem nesse momento.

Além do cerceamento das liberdades individuais e do fechamento das instituições políticas, entretanto, a figura de Getúlio Vargas, significava, para seus opositores, o controle sobre os trabalhadores brasileiros. É o que indica, por exemplo, o aparte do deputado Unírio Machado, representante do PTB.

(...) não interessa absolutamente, ao Partido Comunista, que se desenvolva uma outra doutrina que procura amparar as classes mais necessitadas, sob princípios cristãos. (...) <sup>80</sup>

Essas afirmações foram respondidas pelo deputado Dionélio Machado que afirmou não ser interesse dos comunistas monopolizar a representação das demandas dos trabalhadores, mas a elevação do seu nível de vida, não importando qual partido fosse por isso responsável direto.

Sem entrar no mérito da resposta do representante comunista, a fala do trabalhista Unírio Machado deixa clara a existência, por parte dos dirigentes do PTB, da tentativa de diminuir a influência dos comunistas na classe trabalhadora.

Terminadas as eleições de janeiro de 1947, os constituintes estaduais assumiram seus respectivos cargos e teve início sua primeira grande tarefa; elaborar a Constituição Estadual. Nesse aspecto, a principal divergência entre os partidos se deram em função da definição do sistema de governo a ser adotado, se presidencialista ou parlamentarista.

Ao projeto constitucional elaborado pela Assembleia, os representantes do Partido Libertador, com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro, enviaram uma emenda constitucional que garantia a adoção de um regime parlamentarista pelo Estado do Rio Grande do Sul.

---

<sup>79</sup> Idem, p. 57.

<sup>80</sup> Idem, p. 59.

A proposta parlamentarista era antiga plataforma dos Libertadores. Eles, assim como os trabalhistas, haviam perdido o pleito para o executivo estadual e foram os principais defensores desse regime de governo para o Estado do Rio Grande do Sul.

A chave para o entendimento da aliança estabelecida entre os representantes dos dois partidos foi fornecida por uma manchete do *Correio do povo*, do dia 11 de maio de 1947:

Na hipótese em que venha a ser instituído no Estado o Governo de Secretariado, o PTB e o PL, com maioria na Assembleia passarão, automaticamente, a controlar o Governo.<sup>81</sup>

A intenção era, portanto, a de unir os principais partidos de oposição em torno de uma proposta que reduzisse sensivelmente as atribuições do poder executivo e aumentasse as do Legislativo, controlado pela oposição.

Na votação da Comissão Constitucional, entretanto, a emenda foi rejeitada. O interessante a destacar nessa votação é o voto de dois representantes do PTB, Fernando Ferrari e João Nunes de Campos.

Ferrari, em oposição ao acordo tecido por seu partido, rejeita a adoção da emenda parlamentarista à Constituição do Rio Grande e Campos, apesar de ter votado em favor do parlamentarismo, ressalva que o fez em obediência à diretriz adotada por seu partido e declarando-se partidário do presidencialismo.<sup>82</sup>

Essas manifestações são sintomas das divergências existentes no seio dos trabalhistas. De fato, a solução parlamentarista não era unanimidade entre os representantes do PTB. A posição do partido em apoio ao regime parlamentar de governo foi sacramentada em reunião da bancada por uma votação apertada, doze votos a favor e nove contrários. O condutor do acordo foi Alberto Pasqualini que, juntamente com Décio Martins Costa, articulador do acordo por parte do PL, e Walter Jobim, eram oriundos das fileiras do Partido Libertador.

Após ter passado pelo parecer da Comissão, o projeto constitucional, seguido de suas respectivas emendas, seguiu para apreciação do plenário da Assembleia, no qual a emenda parlamentarista foi aprovada por 30 votos a favor e 24 contrários.<sup>83</sup>

O PSD, na figura do governador do Estado, Walter Jobim, recorreu ao Supremo Tribunal Federal, argumentando sobre a inconstitucionalidade da Carta do Estado. Não

---

<sup>81</sup> *Correio do Povo*, 11/05/1947. *apud.* DUARTE, José Bacchieri. (org.) Os dez dias em que o Rio Grande do Sul Foi parlamentarista. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/Graf. Editora, 2003. p. 220.

<sup>82</sup> DUARTE, José Bacchieri. *op. Cit.* P. 317-319.

<sup>83</sup> Na mesma sessão, Brizola encaminha sua justificação de voto: “Voto pelo parlamentarismo convicto de que este sistema constituirá o instrumento que nos encaminhará para solução dos problemas econômico-sociais, que tanto afligem o povo rio-grandense.” *Idem.* P. 419.

estiveram presentes ainda, na sessão do dia 08 de julho de 1947, quando foi promulgada solenemente a Constituição Parlamentarista.

No dia 18 de julho, o Supremo Tribunal Federal, por 10 votos a 0, aceitou o argumento de inconstitucionalidade e determinou a promulgação da Constituição gaúcha, decrescida de todos os dispositivos parlamentaristas.

Esse episódio evidencia algumas peculiaridades a respeito da dinâmica política do período, tanto no que diz respeito à relação entre as unidades federativas e o distrito federal, quanto no que diz respeito à dinâmica política do próprio Estado.

A promulgação, mesmo que por alguns dias, de uma constituição que ampliava o poder de atuação do Legislativo Estadual, conferindo-o um maior grau de autonomia, repercutiu no cenário nacional e influenciou em tentativa semelhante por parte do Estado do Ceará.<sup>84</sup>

Se vigorasse definitivamente, a constituição parlamentarista do Rio Grande do Sul abriria um precedente perigoso para os partidos que ocupassem os executivos estaduais e o federal. A maior autonomia estatal conferida por esse tipo de constituição se colocava em franca oposição ao *continuum* de modelo político e estatal do pós-30, caracterizado pelo progressivo fortalecimento do poder executivo.

Interessante destacar ainda alguns aspectos relevantes acerca do PTB gaúcho. Apesar de ser maioria no legislativo, o Partido Trabalhista Brasileiro não se constituía enquanto grupo homogêneo. João Batista Cruz, baseado nos estudos de Lucília Neves Delgado, classifica os trabalhistas gaúchos em três grupos: os getulistas pragmáticos, os doutrinário trabalhistas, e os pragmáticos reformistas.<sup>85</sup>

O primeiro grupo era composto pelos chamados políticos profissionais e pelos sindicalistas e foram os fundadores do PTB no RS, o segundo grupo, liderado por Alberto Pasqualini, tinha como membros intelectuais, profissionais liberais e pautavam sua atuação pela definição das bases programáticas do partido. O terceiro grupo combinava elementos das duas correntes anteriores.

Miguel Bodea apresenta classificação distinta. Para este autor, os grupos que compunham o PTB eram: a corrente sindicalista, formada pelos líderes sindicais com alguma relação com a estrutura corporativista do Estado Novo; a corrente doutrinário-pasqualinista,

---

<sup>84</sup> DUARTE, José Bachieri. op. Cit. P. 545.

<sup>85</sup> Essa divisão, baseada nas análises de Lucília Neves Delgado está presente em: CRUZ, João Batista Carvalho da. Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, RS, 2010.

composta pelos intelectuais progressistas que se agrupavam em torno das ideias de Albert o Pasqualini; e a vertente pragmático getulista, encabeçada por políticos profissionais oriundos do PSD.<sup>86</sup>

Afora as divergências classificatórias, o interessante a ser reter neste momento é que os principais grupos que compunham o PTB, já referenciados acima, encontram-se representados em ambas as análises, os sindicalistas, os estudantes, os “políticos profissionais”, e os intelectuais.

Na correlação de forças entre os grupos do partido o que se percebe, a princípio, é a crescente influência do grupo liderado por Alberto Pasqualini. O que pode ser constatado na maneira pela qual foi estabelecida, no interior da bancada trabalhista, o apoio à emenda Parlamentarista e também pelos resultados eleitorais de 1947. Como destacou Bodea, a bancada trabalhista foi marcada pela presença de novas lideranças, ou de jovens em ascensão.

O único político “veterano” era José Diogo Brochado da Rocha (...). Além dele despontavam várias novas lideranças: o jovem economista Fernando Ferrari, 3º mais votado, o estudante de engenharia Leonel Brizola, líder da Ala Moça, o pecuarista João Goulart, amigo pessoal de Getúlio, o advogado Egydio Michaelson, um dos fundadores da USB. Enquanto cinco dos deputados eram da USB, apenas um sindicalista, o líder marítimo Guilherme Mariante conseguiu se eleger. (...) Na bancada predominariam profissionais liberais, novatos na política, em detrimento tanto dos veteranos “políticos profissionais” quanto dos dirigentes sindicais.<sup>87</sup>

Por fim, a discussão acerca do parlamentarismo, provocou um realinhamento político partidário. A UDN, que estabelecera coligação com o PL nas eleições estaduais, passou a apoiar o PSD na defesa do presidencialismo. O PCB, que havia apoiado não declaradamente o PSD, juntou-se ao PTB e ao PL na defesa do parlamentarismo.

Essa reorientação partidária, entretanto, não significava o estabelecimento de alianças fixas. Sobretudo, quando analisamos o encaminhamento do processo de extinção do Partido Comunista iniciado em maio de 1947 e completado em janeiro de 1948.

Como destaca Heinz, chama a atenção o fato de nenhuma das bancadas representadas na Assembleia ter feito esforço significativo no sentido de tentar conter o avanço das medidas repressivas.

Contudo, a grande maioria dos deputados não tomou nenhuma postura de defesa efetiva dos mandatos de seus colegas. Para muitos, o afastamento do PCB foi

---

<sup>86</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992. p. 20.

<sup>87</sup> BODEA, Miguel. *Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992. p. 56.

vantajoso, fosse pela distância ideológica ou pela conveniência do não enfrentamento com deputados que sempre representavam interesses diferentes dos seus. (...) Nenhuma outra bancada se empenhou ou teve interesse em defender a permanência dos comunistas, e o fato da decisão final sobre o assunto ter acontecido em pleno período de férias, enquanto os trabalhos se concentravam sobre a Comissão Representativa, tornou mais fácil que a maioria dos deputados não carregasse o ônus de tal responsabilidade.<sup>88</sup>

Na Comissão Representativa que presidiu a Assembleia, inclusive, foi encaminhando um requerimento por parte do deputado Carlos de Brito Velho, representante do PL, que solicitava a nulidade do dispositivo que cassava o mandato dos representantes comunistas, alegando a defesa da autonomia do legislativo estadual frente ao governo federal.

Leonel Brizola, relator da Comissão, deu parecer favorável ao pedido do deputado Brito Velho. Sua justificativa passaria, segundo suas próprias palavras, pela defesa da autonomia do Legislativo.

Ora, zelar pelas prerrogativas do Poder Legislativo como reza o inciso I do art. 53 da carta Magna do Estado – constitui uma das competências da Comissão Representativa. E em nosso entender, julgamos que a providência requerida, isto é, que esta comissão promova junto ao Supremo Tribunal Federal a nulidade da Lei, que veio mutilar a nossa Assembleia, como também de outros Estados, pelo afastamento de vários dos seus integrantes, enquadra-se perfeitamente dentro dessa finalidade fundamental. (...) Ninguém, ao menos por uma parcela de respeito à dignidade alheia poderá imputar-nos a injustiça de que estejamos defendendo os integrantes ou a doutrina comunista. (...) Incessantemente temos combatido o comunismo aqui na Assembleia; mas, invariavelmente, pelos processos democráticos e cristãos. (...) Mas por que isto apenas ocorre em relação ao Poder Legislativo? Acaso os Governadores Ademar de Barros e Walter Jobim, eleitos decisivamente pelos votos da mesma agremiação comunista que elegeu deputados cujos mandatos foram agora cassados, não deveriam também perder os seus mandatos?<sup>89</sup>

O discurso evidencia, portanto, alguns aspectos reveladores da postura assumida por Brizola durante toda a sua atuação na primeira legislatura enquanto deputado estadual: a defesa da legalidade democrática e de suas instituições; o anticomunismo; e sua oposição sistemática ao governo.

Assim, as medidas de repressão às movimentações são duramente criticadas por Brizola, acusando-se o governo de cooperar para a instalação de um “Estado policial” no Rio Grande do Sul e para a diminuição das liberdades, sempre com o cuidado de se manter afastado do comunismo.

---

<sup>88</sup> HEINZ, Flávio M. O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Porto Alegre: CORAG, 2005. p. 27

<sup>89</sup> Correio do povo, 06/02/1948. p. 4

Foi preso, sr. Presidente, não sei sob que argumento, um membro do PTB., e lá na polícia foi espancado unicamente porque não quis dizer de que natureza era um telegrama com várias assinaturas que possuía no seu bolso. (...)O prisioneiro, até que não prove a sua qualidade de não comunista, sofre toda a espécie de maus tratos e de insultos da polícia e contra isso a justiça não pode calar. (...)Tenho dito, e já reafirmei aqui desta tribuna, que deveremos decretar guerra aos sabotadores e desordeiros, sejam eles comunistas ou fascistas.

A procedência desses maus brasileiros não deve nos interessar. Todos os sabotadores da ordem ou da tranquilidade pública merecem o desprezo da opinião pública e repressão das autoridades. Mas, o que estamos presenciando, no Rio Grande do Sul, não é a repressão organizada e consciente aos sabotadores e criminosos da ordem ou da tranquilidade, é uma onda de reação, de violências policiais sem freios que, paulatinamente, vai avançando e extinguindo todas as liberdades. (...)Isto, que está fazendo o Governo, não é reprimir o comunismo.<sup>90</sup>

Suas duras críticas ao partido da situação dirigiram-se, inclusive, à administração do prefeito de Porto Alegre, Sr. Gabriel Pedro Moacir, que foi nomeado pelo governador do estado.

À época, as eleições municipais foram vedadas aos municípios considerados bases militares. Dispositivo conseguido a partir da aprovação da nova Lei de Segurança Nacional, aprovada em 1947 pelo legislativo federal. Entre os municípios caracterizados dessa forma estavam, Porto Alegre e Santa Maria.

O prefeito de Porto Alegre foi acusado de diversas irregularidades administrativas, tais como a efetivação de compras sem concorrência pública, o uso de carros oficiais e irregularidade fiscais, sobretudo no momento no qual conseguia um empréstimo de 150 milhões de cruzeiros para a prefeitura.<sup>91</sup>

As críticas à administração de Porto Alegre podem ser entendidas ainda, em função de a capital gaúcha ser, no período analisado, o principal centro urbano-industrial do estado do Rio Grande do Sul e por concentrar a maior parte do eleitorado do Estado, notadamente os trabalhadores urbanos.

### **1.3.2 - Os rumos do desenvolvimento econômico gaúcho**

Outros elementos da atuação política de Brizola ficam evidenciados quando da análise da conjuntura econômica do Estado.

---

<sup>90</sup> BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (coord.). Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. P. 447-448

<sup>91</sup> BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de., DIONI, Cleber, BONES, Elmar (coord.). Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. p. 354-377.

Nesse âmbito, o Estado se via às voltas com a seguinte questão: Qual o papel econômico do Estado do Rio Grande do Sul, nos novos termos da economia nacional? A resposta envolveu diversos projetos de desenvolvimento econômico para o Estado.

Como mostra Geraldo Müller,<sup>92</sup> entre a década de 30 e a década de 60, assiste-se a um processo de nacionalização da economia, de integração econômica entre os Estados na formação de uma economia nacional.

É interessante lembrar que, durante a Primeira República, muitas das decisões de política econômica, como, por exemplo, a solicitação de empréstimos a outros países, era faculdade dos Estados da Federação. A Revolução de 30, neste sentido, além de delinear um novo arranjo político institucional, provoca sérias transformações na estrutura econômica brasileira.

Essas transformações foram no sentido de aumentar, cada vez mais, a atuação do Estado na economia, centralizando as decisões no Executivo Federal. Elas eram necessárias para o projeto de industrialização levado a cabo por Getúlio Vargas. Eram justificadas, na medida em que se recordavam os insucessos das políticas econômicas existentes na Primeira República, cujas limitações ficaram evidenciadas pelos efeitos catastróficos da crise de 1929 sobre o país. A partir de 1930, ficou delineado que o Brasil não mais poderia desempenhar o papel de mero exportador de matérias primas. Era necessário desenvolver o parque industrial brasileiro.

A década de 1930, no mundo, foi uma década de profundos questionamentos dos paradigmas liberais, tanto do liberalismo político, quanto do econômico, em função de sua contribuição direta para a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Delinearam-se, portanto, uma série de novas medidas que perpassavam, em sua grande maioria, pela reativação do papel do Estado Nacional.<sup>93</sup>

Em termos econômicos, ficou provado, a partir da crise de 1929, que a se esperar o desenvolvimento “natural” da economia, o ingresso do Brasil no rol dos países industrializados estaria adiado para um futuro longínquo e incerto. Pois não havia nada a garantir o reinvestimento dos lucros garantidos com as exportações de café no setor mais dinâmico da economia, a indústria. Era preciso, portanto, que o Estado atuasse com esse intuito.

---

<sup>92</sup> MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DECANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: Economia & política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

<sup>93</sup> HOBBSAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995. Cap. 4 – A queda do liberalismo.



No pós-guerra, esse ideal sintonizou-se com as propostas da Comissão Especial para a América Latina (CEPAL). Como mostrou Luiz Eduardo Gonçalves,<sup>94</sup> essa instituição foi criada em 1947, no âmbito do Conselho Econômico da Organização das Nações Unidas, e tinha o objetivo de auxiliar no desenvolvimento econômico dos países da região focando no processo de industrialização e renovação do maquinário industrial.

Após o fim da Segunda Guerra, os Estados Unidos despontaram como potência econômica mundial. Sua atenção, contudo, estava voltada para a reconstrução dos países europeus. As esperanças dos países latino-americanos de superarem seu atraso econômico, principalmente os países que tinham, de alguma forma, alterado suas estruturas econômicas agrário-exportadoras e iniciado o processo de investimento em industrialização, viram-se frustradas.

A CEPAL surgia, assim, como uma resposta a esse contexto econômico internacional, apresentando uma iniciativa de Cooperação econômica entre países subdesenvolvidos. Sua criação sofreu forte resistência dos países industrializados, principalmente dos Estados Unidos que primeiro tentaram impedir sua criação alegando que ela não era necessária, pois já existia um organismo criado para esse fim: a OEA – Organização dos Estados Americanos, sob a direção dos norte-americanos. Posteriormente, não conseguindo frear a criação da CEPAL, os americanos tentaram colocar a comissão sob a administração da OEA

Segundo os teóricos da CEPAL, a inserção dos países latino-americanos no comércio internacional tinham graves consequências em termos de desenvolvimento econômico. Sua estrutura agrário-exportadora os tornava dependentes dos ciclos econômicos internacionais e gerava uma alta concentração social e regional de renda. O crescente processo de divisão internacional do trabalho gerava, a longo prazo, uma deterioração nos termos de troca e aprofundava o processo de exportação de produtos primários para atender à importação de produtos industrializados destinados à abastecer seu mercado interno.

A solução estaria, portanto, na dinamização da estrutura produtiva e no fortalecimento do mercado interno, o que só seria possível, segundo os cepalinos, com uma forte atuação do Estado já que os mecanismos de mercado haviam sido extremamente desfavoráveis à independência econômica da América Latina.

A região favorecida nos projetos nacionais de industrialização era o chamado Centro-Sul, marcadamente os Estados de Rio de Janeiro, então Distrito Federal, e São Paulo.

---

<sup>94</sup> GONÇALVES, Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho. As relações Brasil-CEPAL. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. 120p.

O Rio Grande do Sul, por sua vez, desenvolveu uma indústria altamente dependente. Seu “modelo histórico” era baseado na pecuária extensiva, cuja produção era associada à indústria frigorífica, em mãos principalmente de grupos estrangeiros.

Müller mostra que, a partir da década de 40, esse modelo econômico gaúcho começa a ser questionado em função dos limites que vinha vivenciando. Segundo o autor, nessa nova fase da economia, o otimismo quanto ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul dá lugar a uma fase de sérias dúvidas e questionamentos sobre o potencial do Estado. Como já dito anteriormente, a economia de nacionaliza e o Rio Grande passa a não mais depender de seus próprios investimentos para reproduzir sua indústria que, até então, era intimamente associada à produção de gêneros alimentícios, sobretudo a pecuária, e dependente da exportação, seja para outros Estados brasileiros, seja para outros países.

A dinâmica dessa economia pode ser identificada nos fatos dela depender fundamentalmente das remessas para outras regiões brasileiras, depender da expansão, dos mercados urbanos e de encontrar, na organização agrária, um mercado bastante restrito para se crescimento.<sup>95</sup>

Surge, assim, a necessidade de dinamizar a economia, através do fomento ao mercado interno e, como seu corolário, a necessidade do trato com a classe trabalhadora, na medida em que são conhecidas as diversas transformações sociais inerentes ao processo de industrialização: êxodo rural, greves, questões salariais, etc. Entende-se, então, a tão famosa necessidade de incorporação da classe trabalhadora nessa nova sociedade, presente no ideário positivista das elites políticas gaúchas.

O relacionamento do Estado com a classe trabalhadora, que desembocaria na promulgação das Leis Trabalhistas, pode ser entendido também através da necessidade da criação de um mercado interno para o desenvolvimento da economia brasileira.<sup>96</sup>

A economia essencialmente liberal da primeira República teria deixado o Brasil essencialmente dependente do mercado externo. Para evitar novas crises e desenvolver economicamente o Brasil urgia, portanto, diversificar a produção investindo na industrialização e fortalecer o mercado interno.

A política econômica do Governo Vargas orientou-se no sentido de resolver o problema crítico do endividamento externo, restabelecer o equilíbrio do balanço de pagamentos, restringindo drasticamente as importações, minimizando a dependência da economia nacional, reativou a economia por via da expansão do mercado interno,

---

<sup>95</sup> MÜLLER, Geraldo. Op. Cit. p. 365.

<sup>96</sup> VIANNA, Cibilis. Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento – de Getúlio a Jango. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980. p. 15

graças à elevação da capacidade de consumo da população assalariada, notadamente dos trabalhadores, tornada possível pela legislação social de apoio e valorização do trabalho. O governo Vargas praticou uma política de cunho nitidamente nacionalista e trabalhista.<sup>97</sup>

Os principais inibidores ao desenvolvimento gaúcho, entre meados da década de 40 e meados da década de 50 são a rede de distribuição de energia elétrica e as rodovias, com destaque para o primeiro. Analistas e atores do período questionavam de que adiantaria a construção de rodovias enquanto as indústrias sofriam com a distribuição de energia.

Durante a primeira legislatura são inúmeras as referências ao problema de abastecimento de energia elétrica no Estado.<sup>98</sup> O debate chegou ainda ao plenário da Assembleia Legislativa através do parecer do deputado Fernando Ferrari que solicitou a encampação da empresa fornecedora de energia elétrica.<sup>99</sup>

Como destaca João Marcelo Pereira dos Santos, os serviços de energia elétrica eram controlados pela empresas Bond and Share, subsidiária do grupo American and Foreign Power Company (AMFORP), por meio da Cia. Brasileira de Energia Elétrica.<sup>100</sup>

A solução dos problemas da economia gaúcha passava por decisões eminentemente políticas, tanto no próprio Rio Grande, para determinar os rumos do desenvolvimento econômico, quanto na relação a ser estabelecida com o Estado Brasileiro, no sentido de se aproximar do executivo nacional e angariar recursos para as indústrias gaúchas.

À medida em que a luta por um pólo industrial, no RS, foi implicando aspectos políticos e financeiros mais amplos e profundos, a burguesia mercantil e produtora agropecuária e industrial rio-grandense deixou de lado seu gauchismo e passou a se articular ao nível nacional – que implicava, já, ser nacional-internacional.<sup>101</sup>

Destaca-se na citação acima, o fato de a articulação das elites políticas ser conceituada como “nacional-internacional”, ou seja, a luta pela industrialização do Rio Grande tanto compreendia, a redefinição do papel do Estado na Federação, quanto contribuiria para certa mudança no papel do Brasil na divisão internacional do trabalho. A faceta internacional pode

---

<sup>97</sup> Idem p. 21.

<sup>98</sup> Ver, por exemplo, as edições do Correio do Povo dos dias: 06/02/1948, p.5 – “Apreensivos os industriais porto-alegrenses em face da atual situação dos serviços de energia elétrica”; 14/02/1948, p.3 – “acionamento de energia elétrica hoje”; 26/02/1948, p.2 – “Mais um município rio-grandense obrigado a racionar energia elétrica, por falta de combustível: Livramento.” e 02/06/1948, p.10 – “Declarados maus os serviços da Cia. Energia Elétrica, aguarda-se o pronunciamento da empresa concessionária e a decisão da justiça”.

<sup>99</sup> HEINZ, op. Cit. P.19.

<sup>100</sup> SANTOS, João Marcelo Pereira dos. Eletricitários: toda energia é pouca. Cadernos AEL, v.11, 20/21, 2004. p. 176.

<sup>101</sup> MULLER, op. Cit.. p. 360.

ser entendida ainda pela necessidade, imposta aos países ditos subdesenvolvidos, de entrada de capital estrangeiro.

Interessante a esse aspecto é a entrevista concedida por Nelson Rockefeller a um jornal carioca quando de sua visita ao Brasil em setembro de 1948, presente na edição do dia 18 do mesmo mês na página 12 do Correio do Povo.

Perguntado sobre os motivos de sua visita ao Brasil o industrial respondeu:

(...) Em nossos estudos procuramos encontrar o que está entavando o desenvolvimento econômico das regiões agropecuárias do Brasil. E por isso procuramos desenvolver uma campanha de natureza privada, com capital americano e brasileiro, visando a facilidade de desenvolvimento dessas áreas.<sup>102</sup>

Ele seguiu com suas justificativas:

(...) Perguntarão muitos porque razão estamos interessados no campo agrícola e não no campo industrial. Reconhecemos que a industrialização terá um efeito negativo porque o Brasil terá de desprender grandes somas com importações de alimentos.

E assim, ficará sacrificado em suas divisas. A base mais forte da industrialização é uma agricultura industrializada. (...) Nesta época em que o Brasil está necessitando de divisas, o que me parece mais consentâneo é que o Brasil desenvolva a produção de alimentos que importa, bem como dos que poderá exportar.<sup>103</sup>

Ressalta da fala de Rockefeller o papel atribuído ao Brasil na Nova Ordem Mundial, exportador de alimentos e matéria-prima e importador de produtos industrializados, sobretudo os que facilitariam o processo de mecanização das lavouras.

Brizola ingressa na vida política gaúcha nesse período de intensas dúvidas acerca do papel do Rio Grande do Sul, cheio de debates que envolviam as possibilidades e dúvidas sobre o tipo de projeto econômico e social mais adequado ao desenvolvimento do estado.

Ainda segundo Müller, entre os projetos de desenvolvimento que dividiam a elite política gaúcha, podemos destacar a polarização do debate ocorrido entre as ideias defendidas pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e pelo Partido Social Democrático (PSD). Este último defendia um projeto de industrialização ainda muito voltado para a vocação agropecuária do Rio Grande do Sul, enquanto o primeiro entendia serem necessárias à indústria gaúcha uma maior dinamização de sua economia, uma diversificação de investimentos e a atração de investimentos em outros setores da economia, como os bens de capital ou de transformação.

---

<sup>102</sup> Correio do povo, 18/09/1948, p.12

<sup>103</sup> Idem. P.12

[...]. Da distinção observada entre os dois grupamentos políticos [UDN e PSD] não fica clara a definição de um e de outro; isso ocorre, de fato, quando postos em relação com o PTB. A ênfase dessa organização incide num certo controle do capital privado, para que ele adquira feições reais de justiça social.<sup>104</sup>

A posição do PTB, contudo, não era consensual. As divergências existiam, principalmente, no que diz respeito ao papel reservado ao capital estrangeiro. Alberto Pasqualini adotaria uma postura mais tolerante com a entrada de investimentos estrangeiros e Leonel Brizola defenderia uma postura mais radical e nacionalista.

Nos primeiros anos da democratização, entretanto, o PTB adota uma postura de incentivar o modelo histórico gaúcho, para depois radicalizar no sentido de adotar uma nova estratégia de desenvolvimento.

Posto isto, pode-se asseverar que a posição petebista adere, inicialmente, à estratégia industrializante, que busca o aproveitamento das matérias-primas do RS, e, depois, à estratégia ‘pólo industrial’. O depois refere-se ao período de aceleração industrial no Centro do país, que coincide com o aguçamento da situação rio-grandense. É nesta segunda fase que ocorre a cesura no PTB gaúcho.<sup>105</sup>

A segunda fase diz respeito ao segundo governo Vargas e ao governo de Juscelino Kubitschek, quando a continuidade de um projeto de industrialização que privilegia a instalação das indústrias de bens de consumo duráveis e de bens de capital no sudeste, reforçam o papel econômico do Rio Grande do Sul como economia dependente, dificultando a implantação das chamadas indústrias de base. É nessa conjuntura que a atuação de Brizola adquire maior consistência e direção. Seu contato mais incisivo com as classes populares foram o catalisador dessa orientação política.

A cesura interna mostrará duas posições: de um lado, a posição nacionalmente realista, que aceita a combinação de capitais, nacional-estrangeiro, e vê as disparidades como uma necessidade própria dos momentos de transição e, estadualmente, mais conservadora, que procura não intervir nos interesses consolidados, enfatizando a saída pelo caminho de menor resistência. (...) De outro lado, a posição nacional (estadualmente mais radical), liderada por L. Brizola, que tende preferencialmente à estratégia capitalismo nacional autônomo, mas que oscila entre esta e o socialismo. (...) A ruptura interna do PTB se deveu, em termos políticos, à aproximação de uma parcela do partido aos partidos comunista e socialista. E o elemento de aproximação foi a massa popular.<sup>106</sup>

Segundo Müller, portanto, a atuação de Brizola, na primeira legislatura (1947-1951), estaria inserida na ótica de desenvolvimento pela via “industrializante”. Elucidativos a esse

---

<sup>104</sup> Idem, p. 382.

<sup>105</sup> Idem, p. 401.

<sup>106</sup> Idem, pp. 401-402.

respeito são dois discursos proferidos por Brizola. O primeiro trata da defesa da triticultura no Rio Grande do Sul, o segundo tece severas críticas ao governo estadual por não fazer o esforço necessário ao incentivo da produção gaúcha.

No primeiro pronunciamento acima mencionado Brizola apresentou e defendeu um requerimento que pede esclarecimentos ao Governo Estadual, especialmente à Secretaria de Agricultura, sobre os planos para incentivo da lavoura do trigo no Rio Grande do Sul.

O pronunciamento começa tratando da grave situação das lavouras no estado, fazendo especial menção ao problema da distribuição de sementes:

Já estamos em plena época de sementeira no Estado e podemos sentir, pela palavra de muitos agricultores, de muitos conhecedores da causa, as preocupações dos nossos triticultores sobre contínuas dificuldades existentes para a obtenção de sementes desse precioso cereal.<sup>107</sup>

Em sua argumentação de defesa do requerimento nº44, Brizola fez a seguinte afirmação:

Afirmo, há bem pouco, que talvez ainda até o momento, não nos enquadrados realmente na estrada que nos conduzirá à completa **emancipação econômica nesse setor de nossa produção**, porque penso que conseguiremos, **exclusivamente no Rio Grande do Sul, produzir todo trigo que o Brasil carece**, desde que possamos cultivar as imensas campinas da fronteira do nosso Estado. Tenho, para mim, que ainda em minha vida poderei ver aquelas imensas planícies do nosso querido Estado, cobertas pelo trigo que irá nos emancipar das verdadeiras algemas que nos prendem a compromissos no estrangeiro, que irá prestar uma das mais inestimáveis **contribuições à libertação econômica do nosso querido país**. E, isto, sr. Presidente, é uma tarefa apenas de boa vontade.<sup>108</sup> [Grifos nossos].

Essa passagem é reveladora de alguns aspectos interessantes da conjuntura do período. Primeiro, a questão do papel da indústria gaúcha no desenvolvimento econômico nacional. Por seu histórico de economia dependente, baseada na produção de gêneros alimentícios, o Rio Grande do Sul, não podia prescindir, na estrada que o conduziria a um papel de maior projeção na federação, dos investimentos diretos no ramo mais desenvolvido de sua produção, já que a maior parte do dinheiro a ser investido no desenvolvimento econômico adviria desse setor.

---

<sup>107</sup> BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (coord.). Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. 626p. Série perfis parlamentares. p.314.

<sup>108</sup> Idem, p. 316.

A defesa e investimento na produção rio-grandense, além de contribuírem para aumentar as divisas econômicas do Estado, contribuiriam, por fim, para minimizar o papel de dependência econômica do Brasil frente às economias mais desenvolvidas.

Sobressai, assim, uma ideia inicial do papel do Brasil na chamada Divisão Internacional do Trabalho e de como o Rio Grande do Sul poderia contribuir para transformação desse papel. Como mostrou Müller, fica evidente o aspecto de nacionalização da economia, entendido como uma crescente centralização administrativa e aumento do papel do executivo federal na definição dos rumos da economia brasileira, diminuindo sensivelmente a autonomia dos Estados, característica da política brasileira durante a primeira república.

Esses aspectos ficam ainda mais evidentes ao se analisar o pronunciamento de Brizola em setembro de 1948. O discurso se apresenta como uma crítica ao governo estadual por não estar fazendo o esforço necessário para resolver os problemas da grave situação econômica rio-grandense. As constantes crises no comércio de gêneros alimentícios são evocadas para denunciar o abandono a que o estado é submetido, mas o ponto central a demonstrar a inatividade do governo estadual em angariar o apoio necessário, junto ao governo federal para resolver tal situação, (justificando a crítica) é o mecanismo da distribuição de licenças de exportação.

É fácil, Sr. Presidente, constatar a veracidade da afirmativa, se examinarmos os dados estatísticos relativos aos tempos próximos passados e verificarmos também todo esse emaranhado com o que o comércio exportador do Rio Grande do Sul se vê a braços para conseguir licenças, pelas imposições do Governo Federal. As licenças, sr. Presidente, dependem da Metrópole, quando, pela ação que deveria ter sido cometida pelo Governo do Estado, poderíamos possuir um encaminhamento mais fácil, mais pronto e mais expedito para todos esses assuntos.<sup>109</sup>

Segundo se depreende da leitura do discurso com seus referidos apartes, a Instituição que controlava a distribuição dessas licenças era o Banco do Brasil. Os pedidos de licenças eram enviados pelas diversas filiais do banco espalhadas pelo Brasil e as licenças eram concedidas, ou não, no Rio de Janeiro.

As críticas ao funcionamento desse dispositivo se dirigem em dois sentidos: primeiro, a demora na execução de todo esse trâmite burocrático que faz com que muitas mercadorias não sejam comercializadas em tempo hábil. Elemento importante a ser considerado em se

---

<sup>109</sup> Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, vol.19, Setembro de 1948. Sessão 93, 01/09/1948, p.3.

tratando, em sua maioria, de gêneros alimentícios. É o que se depreende desse trecho da fala de Brizola.

Mas eu pergunto, sr. Presidente, que nos adiantam estradas se a produção rio-grandense fica, em sua totalidade, acumulada nos pontos de embarque, nos pontos onde deveremos exportá-la para o estrangeiro ou para outros Estados da Federação.<sup>110</sup>

E desse trecho da fala do dep. Antonio Maria, representante do Partido Libertador, que aparteu a fala de Brizola quando este mencionava a situação da exportação de arroz:

[...] Até hoje estamos esperando a licença por parte da carteira de exportação e importação do Banco do Brasil. É bem possível que este negócio, que é um dos poucos que aparecem no momento, vá ser perdido, porque esta licença não vem em tempo de declarar o término do convênio entre Brasil e Argentina que expira a 15 do corrente.<sup>111</sup>

As críticas do dep. Antonio Maria se estendem aos critérios estabelecidos para a distribuição das referidas licenças:

Corroborando as afirmações de V. Excia.[Dep. Leonel Brizola], no tocante às licenças de exportação para os produtos rio-grandenses, devo relatar um caso que se passa no momento. Realmente nós, lá do extremo meridional do Brasil, estamos muito afastados das autoridades concessionárias dessas licenças e, quando lá chegamos com nossa mercadoria, para cuja produção contribuimos com o melhor de nossos esforços, com o nosso capital, com o suor dos nossos produtores, quando lá chegamos, não conseguimos as licenças porque elas foram prometidas, há um ano antes, para uma firma da capital da República.(...) Isso é um absurdo que é preciso, mais uma vez, verberar e apontar quem sejam os culpados, porque é preciso caracterizar bem quem tem o direito de exportar uma determinada mercadoria: se aqueles que entram eventualmente como 'para-quedaistas' nos negócios, ou os que estão identificados com a produção.[...]<sup>112</sup>

É esse segundo aspecto que justifica as críticas dirigidas ao governo estadual no sentido de exigir dele uma defesa mais incisiva dos interesses dos produtores rio-grandenses. Na continuidade do mesmo aparte acima mencionado o já referido deputado do PL acrescenta:

[...] É preciso que, de uma vez por todas, o Governo do Estado tome providências junto ao Governo Federal para que as licenças dadas ao Rio Grande do Sul sejam concedidas em globo ao Estado, e este as redistribua pelas firmas que tem o direito de exportar as mercadorias.<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> Idem, p.5.

<sup>111</sup> Idem, p.8.

<sup>112</sup> Idem, p.4.

<sup>113</sup> Idem, p.4.



É ainda neste sentido, de criticar o governo e exigir dele uma postura mais ativa – postura que, as críticas deixam entender, seria provavelmente muito diferente caso o governador fosse de algum dos partidos da oposição –, que podemos entender a seguinte afirmação de Brizola.

Como dizia, sr. Presidente, pode ser que não seja bem assim, mas, no meu entender, acho que, nos dias em que estamos vivendo no Rio Grande do Sul, muito mais governa o Rio Grande o Banco do Brasil do que o sr. Walter Jobim. [...] <sup>114</sup>

Evidenciam-se nestes trechos alguns elementos interessantes. No que diz respeito á estruturação do discurso, não se pode perder de vista que ele está ordenado com o sentido de criticar. Não apresenta, portanto, caráter propositivo. Não tem o intuito de debater propostas. Pode, então, ser entendido como um momento de definição de certos pressupostos políticos, de marcar posições.

Neste sentido, o discurso político, de modo geral, como tem relação direta com a arregimentação da opinião pública, estrutura a argumentação em torno de determinada proposta ou crítica de maneira relacional. A ideia é posicionar o leitor ou ouvinte no campo das propostas e dos partidos políticos e convencê-lo da certeza de suas palavras.

Por mais que não se possa mensurar o alcance de um discurso proferido em um recinto fechado, em sessão parlamentar, não se pode perder de mente que essas são abertas ao público e as falas são registradas nos anais, que constituem arquivo de consulta pública.

É desse modo que podemos perceber como a crítica muda de destinatário, no desenvolvimento do pronunciamento. Ela começa dirigida ao governador do Estado, e passa a se dirigir a todo o Partido Social Democrático, tanto em nível estadual como em nível federal.

A responsabilidade desse esquecimento é do PSD que tem lá quase a representação integral do Rio Grande do Sul, tanto na Câmara Federal, como pela colaboração que empresta, através de dois ministérios, ao Governo do Gen. Gaspar Dutra. <sup>115</sup>

Também nessa perspectiva é que se fundamentam os inúmeros apartes realizados na fala de Brizola, que fazem, inclusive, com que sua fala tenha a conclusão adiada para a sessão posterior, na qual o deputado se limita a reafirmar os pontos de sua crítica ao executivo estadual.

---

<sup>114</sup> Idem, p.4.

<sup>115</sup> Idem, p.5.

O aparte mais elucidativo a esse respeito é o do deputado Tarso de Moraes Dutra, representando do PSD, que afirma:

Queria dizer a V. Excia. que as afirmações que está fazendo com grande brilhantismo, da sua tribuna, serão cabalmente contestadas pelo meu partido, no momento oportuno, ponto por ponto.<sup>116</sup>

Mais do que o teor da crítica ou da resposta, o mais importante a se reter, por ora, é a lógica de demarcação de posições, de embate político declarado, não em torno de uma proposta concreta, mas acerca de visões e projetos distintos para a sociedade.

No que diz respeito ao conteúdo das falas, é interessante perceber que a centralização política e administrativa ocorrida com a revolução de 30, também ocorreu no campo econômico. O estado do pós-30 tem um papel muito mais ativo na definição das regras da economia, destacando-se o papel fundamental exercido pela capital da República como palco principal dessas questões. A autonomia administrativa dos estados, entretanto, permanece. O que ocorre é uma mudança na dinâmica da relação entre os estados e o Governo Federal.

No caso da política econômica, por exemplo, existe um controle muito maior, por parte do governo federal, dos mercados interno e externo, como fica evidenciado através da concessão das licenças para exportação. Isso implica uma mudança na estratégia política dos Estados que, a fim de terem seus interesses contemplados, necessitam de, minimamente, tecer aproximações e acordos com o governo federal.

No caso do Rio Grande do Sul, essa aproximação se revelaria natural, tendo em vista que ambos os executivos, o estadual e o federal, são controlados pelo mesmo partido, o PSD. Como, na visão da oposição, essa aproximação não se traduz em ganhos efetivos, o discurso ganha ares cada vez mais enfáticos.

Os discursos políticos, por terem como objetivo último a arregimentação da opinião pública, fornecem, por muitas vezes, relatos parciais sobre determinado acontecimento com o intuito de descaracterizar ou caracterizar negativamente a atuação política dos opositores e, assim, justificar seus ataques e tomar-lhes os votos. Seria o caso, por exemplo, de suspeitar da super-exploração da crise feita pela oposição como discurso vazio com fins puramente eleitoreiros.

Os dados acerca da situação econômica do Rio Grande do Sul, entretanto, dão fundamento às críticas feitas pelos setores da oposição ao governo pessedista. Basta uma

---

<sup>116</sup> Idem, p.4.

rápida olhada nos jornais de maior circulação em Porto Alegre, entre os anos que compõem essa primeira legislatura (1947-1951), para constatar as sucessivas crises que afetavam a produção do Estado.

No âmbito da Assembleia Legislativa essa crise econômica pode ser constatada, por um lado, através do grande número de discussões relativas aos problemas da agricultura e da pecuária rio-grandense. Sucederam-se discussões acerca da lavoura do arroz, do trigo, da mandioca e da produção do vinho, somente para citar alguns exemplos. Por outro, nas discussões orçamentárias, evidencia-se um aumento exponencial do déficit orçamentário do Estado.<sup>117</sup>

Em momento algum a lógica perniciosa apresentada pelos setores de oposição de desprestígio do Rio Grande do Sul e seus produtores junto ao governo federal, sobretudo no que diz respeito à distribuição das licenças de exportação, é contestada pelos deputados representantes do partido do governo. A situação econômica ruim era um fato, restava decidir, no âmbito de uma discussão eminentemente política, os culpados e as possíveis soluções.

### **1.3.3 – O diálogo com a juventude porto-alegrense**

Talvez a esfera privilegiada para acompanhar os elementos até então destacados da atuação de Leonel Brizola na Assembleia Legislativa, seja sua defesa da juventude e dos estudantes.

O pronunciamento mais significativo acerca de sua postura para com os estudantes aconteceu nos tempos de instalação da Constituinte estadual no qual, ao tecer considerações sobre a elaboração das leis estaduais, faz um apelo à necessidade de políticas de amparo aos estudantes.

O orador começou constatando a situação vivida pela juventude e dos estudantes:

Em época alguma de nossa História, atravessou a juventude situação tão calamitosa. (...) Muito se tem dito sobre a inexpressividade da vida universitária, no Rio Grande, nos tempos que correm. Fala-se até na carência de valores, em nossa mocidade estudiosa.<sup>118</sup>

Passou, logo após, a auscultar as causas da situação por ela constatada:

Pesquisando as causas, iremos deparar com argumentos completamente diversos dos atribuídos. Antes, tínhamos estudantes na verdadeira acepção da palavra. Hoje, Sr.

---

<sup>117</sup> Ver: HEINZ, Flávio M (org.). O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982. Col. Os 170 anos do Parlamento Gaúcho: v. 3. Porto Alegre: CORAG, 2005. p. 20.

<sup>118</sup> BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (coord.). Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. p. 344-345.

Presidente, 80% dos universitários do Rio Grande são legítima e verdadeiramente trabalhadores, que estudam. Aqui estão as verdadeiras causas e não a carência de valores; há, e muitos, verdadeiros gênios até; se aproveitados convenientemente, frequentando nossas escolas, alcançariam relevo nas ciências.<sup>119</sup>

(...) Neste aspecto fundamental, é contrastante o quadro que deparamos na realidade. Afora uma minoria bem situada na vida, filhos da fortuna, o que em nada os desmerece, desde que tenham convicções, a maioria, a imensa maioria, comprime-se em verdadeiros cortiços, em alojamentos insuportáveis, alimentando-se não como e quando necessita, mas como lhe permitem os seus minguados recursos. Vive, por assim dizer, acessível a todas as doenças, principalmente à tuberculose.

Essas brutalidades, Sr. Presidente, constituem a causa do desencanto da juventude. Essas brutalidades têm extirpado toda a alegria de viver, e a sua angústia a tem jogado, muitas vezes, para o campo das ideologias exóticas, na esperança de ver minorados os seus sofrimentos.<sup>120</sup>

(...) Poucos são os que se apercebem desse verdadeiro drama – drama vivido na sombra e no anonimato – porque aqueles que o vivem, em geral, não têm ainda a experiência necessária e mesmo ainda a amplitude de pensamento para percebê-lo.<sup>121</sup>

As causas do problema da juventude seriam, portanto, a falta de políticas sociais que lhes garantissem o acesso a uma condição de vida que permitisse a esse novo setor da população brasileira que recentemente mudou de perfil social - tornou-se estudante-trabalhador – o atendimento de seu duplo papel social.

A ausência de legislação social nessa área e a falta de consciência, por parte da juventude, dos verdadeiros problemas vividos por eles abririam espaço, assim, para a penetração da “ideologia exótica” do comunismo. A ação amparadora revestia-se, portanto, de um duplo caráter: ao mesmo tempo, atenderia as demandas da juventude e obstaculizaria a difusão do comunismo entre os mesmos.

Sobre o aspecto moral, Sr. Presidente, é indispensável também que façamos algumas considerações. Constituímos, presentemente, a maioria da mocidade que estuda, uma classe trabalhadora que até hoje não mereceu a atenção dos legisladores. Nenhum dispositivo legal regula o nosso trabalho, nenhuma garantia podemos ter da segura continuidade dos nossos estudos, pois que eles dependem primacialmente do exercício do nosso trabalho.

(...)

Não permaneceremos somente no comentário de nossas angústias e das nossas dificuldades. Transportar-nos-emos em breve para o campo objetivo. Pleitearemos, aqui desta tribuna, leis que nos amparem e pleitearemos também os recursos que nos são indispensáveis. E não permaneceremos ainda aí, srs. representantes: apontaremos onde estão esses recursos para educar as gerações.<sup>122</sup>

---

<sup>119</sup> Idem, p. 345.

<sup>120</sup> Idem, p. 346.

<sup>121</sup> Idem, p. 344.

<sup>122</sup> Idem, p. 346-347

Fica presente a identificação de classe presente nas exortações de Brizola, através do uso da primeira pessoa do plural em seu discurso. De fato, durante boa parte de sua atuação na primeira legislatura, ele exerceu essa dupla função, foi estudante de engenharia (formou-se em 1949) e deputado estadual.

Essa identificação não obedece, contudo, somente à lógica dessa dupla função exercida por Brizola. Existe uma forte componente socioeconômica:

Nesta altura, Sr. Presidente, deste meu modesto e desprezioso discurso, não desejo ser ouvido como deputado de um partido, a que tanto me honro de pertencer, mas desejo ser ouvido como um estudante, filho da pobreza, que vem perante os representantes do povo pedir justiça social para uma geração inteira, que tem sobre os seus ombros a responsabilidade de dirigir os nossos destinos, no dia de amanhã.<sup>123</sup>

(...)

É justo, humanamente justo, patrioticamente justo, que somente a minoria, filhos da fortuna, cercados de todas as garantias, possa realizar as suas aspirações, e os filhos da pobreza somente o consigam, à custa de sua própria saúde, ou então, inexoravelmente, morram na ignorância?

Esta pergunta, há longos anos temos repetido. Não será com essas bases que iremos edificar um regime de igual oportunidade, como constitui a democracia.<sup>124</sup>

Alguns pontos dessa fala são bastante elucidativos, primeiro o fato de Brizola se colocar ao mesmo tempo como representante e parte do grupo social que procura representar. Nessa operação pesaria tanto a dupla função por ele exercida, de estudante e de trabalhador, quanto sua trajetória de vida anterior, que o colocava ao lado dos “verdadeiros trabalhadores”. Aqueles que, “apesar das dificuldades, não esmorecem, não se deixam levar por ideologias exóticas e contribuem decisivamente para a construção da nação.”

Por fim, sua atuação enquanto representante da juventude está intimamente permeada pelos postulados de justiça social presentes no ideário programático de Alberto Pasqualini, sobretudo a ideia de que um verdadeiro regime democrático só poderia ser alcançado mediante uma melhor redistribuição da riqueza socialmente produzida distanciando-se, entretanto, das medidas socializantes do extremismo de esquerda.

É na tensão entre essa dupla função, portanto, a de estudante e de legislador, e dos consequentes “compromissos” envolvidos no desempenho de cada uma delas, que podemos compreender a atuação de Brizola em suas manifestações em favor dos estudantes.

Como Constituinte, ele pleiteou mais vagas para o Colégio Júlio de Castilhos, solicitou maiores informações da Secretaria de Educação, sobre o destino das verbas direcionadas àquela instituição e defendeu a adoção do ensino Universitário Gratuito.<sup>125</sup>

---

<sup>123</sup> Idem, p. 344.

<sup>124</sup> Idem. P. 347.

Como estudante, elucidativo foi o seu posicionamento diante da “greve branca” dos estudantes da Federação de Estudantes Universitários de Porto Alegre contra os proprietários de cinema que não adotaram o desconto de 50% nas entradas, relatada por Alexandre Fortes.<sup>126</sup> A radicalização das manifestações foi duramente reprimida e Brizola, que inicialmente havia adotado uma postura de solução do conflito pela negociação, aliou-se aos estudantes, condenando as arbitrariedades cometidas pela polícia.

#### **1.4 - Considerações finais do capítulo**

Os primeiros anos do pós-45 são importantes, pois mostram as múltiplas possibilidades disponíveis aos atores do período. ao analisar a trajetória de Brizola, podemos perceber algumas delas.

No que diz respeito à formação política, vemos um processo de gradativo afastamento entre os partidos que, ao menos inicialmente, foram criados para representar o projeto getulista, o PSD e o PTB. Nesse sentido, foram extremamente importantes as eleições de 1947, pois marcaram a migração de importantes lideranças políticas do Partido Social Democrático para o Partido Trabalhista.

Esse processo de transferência de lideranças, ao mesmo tempo em que evidenciou o tipo de participação política reservada às classes populares, um projeto de cidadania política e social tutelada pelo Estado, acabou por fortalecer o PTB.

Dentro do Partido, pudemos perceber uma mudança significativa na composição de seus quadros. Ele deixou de ser eminentemente composto por trabalhadores e adquiriu projeção o grupo liderado por Alberto Pasqualini, cujo ideário progressista, além de conferir maior autonomia à seção gaúcha do partido, orientou as medidas que objetivavam garantir ganhos materiais mais imediatos aos trabalhadores que, por sua vez, buscavam a mediação de seus representantes para os conflitos quase que diários nos quais se envolviam, em função do aumento no custo de vida e da repressão às atividades sindicais.

As consequências negativas da política econômica implementada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra, consolidou na agenda de discussão da sociedade política nacional o importante debate do modelo econômico mais adequado à realidade nacional. Processo semelhante ao enfrentado por diversos países Latino-americanos que compunham, ou não, a Comissão Especial para a América Latina.

---

<sup>125</sup> Idem, p. 311; 322.

<sup>126</sup> FORTES, Alexandre. Trabalhismo e classe trabalhadora. As origens sociais do brizolismo em Porto Alegre. Anais do Congresso da LASA, Las Vegas, Nevada, 7-9 de outubro, 2004. P. 6

Ficou evidente ainda que, para garantir o sucesso do projeto trabalhista de desenvolvimento econômico centrado no incentivo à industrialização mediante ação do Estado, era preciso um forte investimento em infraestrutura, principalmente energia e transporte.

Juntamente com esse processo, vemos emergir uma série de novos atores políticos e lideranças partidárias, entre os quais se destacou Leonel Brizola. Sua atuação combativa na Assembleia Legislativa, bem como os contatos estabelecidos com as principais e tradicionais lideranças políticas do período, garantiriam ao então jovem parlamentar, altos dividendos políticos.

Enquanto parlamentar, Brizola soube canalizar as insatisfações sociais para inflar seu discurso oposicionista e defendeu projetos de cunho progressista. Muitos deles voltados para os estudantes.

Esse conjunto de transformações iniciadas no imediato pós-guerra se aprofundou a partir dos anos 1950, com o retorno de Getúlio Vargas ao cargo máximo da nação. Esse é o assunto do nosso próximo capítulo.

## **Capítulo 2 – As eleições de 1950, a derrota nas eleições municipais de 1951 e a atuação na Segunda Legislatura**

Apesar de seu exílio voluntário ao ser deposto da presidência em 1945, poucos acreditavam que Getúlio Vargas se ausentaria definitivamente da política brasileira. Os indícios de sua grande popularidade eram muitos: as manifestações queremistas; seu peso político na decisão das eleições de 1945 a favor de Eurico Gaspar Dutra, e sua eleição como senador por dois Estados, Rio Grande do Sul e São Paulo, são alguns deles.

Getúlio foi eleito pela coligação entre o PTB e o PSP. Seu retorno à política estava sendo arquitetado de dentro do PTB, desde sua deposição. O principal móvel deste partido seria sustentar o getulismo a médio e longo prazo. Mais do que um uso puramente instrumental do partido, entretanto, essa estratégia dos trabalhistas ao mesmo tempo em que fortaleceu o poder de Vargas, contribuiu para a expansão e consolidação do partido.

O Partido Trabalhista Brasileiro, nos primeiros anos de sua história, adotou uma prática política e uma relação íntima com Vargas, que se tornaria eficaz instrumento na reprodução dos poderes do Presidente e, em contrapartida, alimentou-se desses mesmos poderes para seu próprio crescimento e reprodução.<sup>127</sup>

---

<sup>127</sup> DELGADO, Lucília de Almeida Neves. PTB: do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989. p. 86.

Dentro do PSD, entretanto, a despeito de sua criação getulista, alguns setores começaram a temer o crescimento de Vargas e das forças que o acompanhavam, e do que isso poderia “*significar em termos de reformas sociais, econômicas e de ampliação da participação política.*”<sup>128</sup> Temor esse que era compartilhado pelos demais partidos de oposição, notadamente a UDN.

Esse sentimento generalizado entre as forças anti-getulistas levaram, já em 1947, a uma tentativa de acordo interpartidário envolvendo PSD, UDN e PR, que não se estabeleceu. As razões para a não consolidação envolviam sérios cálculos políticos. À UDN, esse acordo representava perdas à longo prazo por conta da posição majoritária do PSD. Ao PSD, era preocupante a repercussão de um acordo dessa natureza diante de uma opinião pública cada vez mais recheada de elementos das classes menos favorecidas.

Por outro lado, também não interessava ao PSD, que era um partido eminentemente pragmático, ser identificado como uma força conservadora, o que aconteceria, com certeza, se sua aproximação com a UDN fosse selada de forma definitiva. Caso viesse a ser efetivada, a união PSD-UDN assumiria as feições de um acordo elitista, cujo componente básico estaria assentado na exclusão dos setores populares como elementos partícipes na arena da sociedade política.<sup>129</sup>

O fracasso do acordo interpartidário fortaleceu a opinião trabalhista e seu candidato à presidência. No cálculo dos membros do PTB, a presença de Vargas seria crucial para o processo de expansão de consolidação do partido nacionalmente. Como não sustentaria uma eleição sozinho, os trabalhistas trataram de buscar alianças políticas.

Como destaca Thomas Skidmore,

A estratégia de Vargas era clara: manter a lealdade dos tradicionais caciques do interior, através do PSD, ao mesmo tempo em que conseguia força eleitoral nas cidades, por meio do PTB.<sup>130</sup>

A pouca penetração do PTB em São Paulo, Estado com forte concentração populacional e, por conseguinte, de eleitores, o levou a um acordo com o PSP de Adhemar de Barros, que à época exercia suas funções de governador.<sup>131</sup>

---

<sup>128</sup> BRANDI, Paulo. Apud. DELGADO, op. Cit. p. 88.

<sup>129</sup> DELGADO, op. Cit. p. 88.

<sup>130</sup> SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 103.

<sup>131</sup> Para informações acerca do surgimento do “adhemarismo”, ver: DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo; “O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)”. *Cadernos AEL – Dossiê Populismo e trabalhismo*, v.11, n.20/21, 2004.



O Partido Social Democrático, por sua vez, nutriu uma postura ambígua. Ele optou por concorrer com candidato próprio ao pleito, o advogado Cristiano Machado. O poder nos estados ainda residia nas mãos de muitos ex-interventores indicados por Getúlio e que ainda o apoiavam politicamente. Os votos do partido ficaram, entretanto, divididos entre Machado e Vargas. Essa condição do partido foi importante, pois dividiu os votos da oposição que tenderiam a ser canalizados pelo candidato Udenista, o brigadeiro Eduardo Gomes.

Duramente afetados pela repressão levada a cabo pelo Governo do General Dutra, o Partido Comunista assumiu, neste período, uma postura mais combativa e de oposição ao Governo. Ele abandonou a política de formação de Frentes Populares, como ocorrera em 1945, quando comunistas apoiaram as manifestações queremistas, e partiram para o enfrentamento.

Influenciados pelo Manifesto de Agosto de 1950, que reafirmou a orientação assumida em 1948, os comunistas, que haviam defendido o voto em branco na eleição presidencial de 1950, passaram quase todo o governo Vargas (1951-4) se opondo a ele de forma radical.<sup>132</sup>

A despeito da orientação dos líderes do extinto partido, as bases militantes agiram de formas mais complexa. No campo sindical, assistimos a uma gradual aproximação entre trabalhistas e comunistas.

Se oficialmente a linha do Manifesto de Agosto permanecia em vigor, no campo sindical ela foi alterada na prática, ao menos desde 1952.<sup>133</sup>

Diante da repressão e das intervenções sindicais desencadeadas pelo Governo Dutra, os comunistas optaram por agir e formar instituições paralelas e comissões de fábrica para atender às demandas imediatas dos trabalhadores.

Essa estratégia obteve ganhos, mas demonstrou certos limites. As mobilizações e enfrentamentos constantes, na maioria das vezes envolvendo as forças policiais, levaram muitos militantes a deixarem o partido. Outros optaram por exercer a dupla militância, isto é, atuavam nos sindicatos oficiais e nos paralelos.

Na prática, o partido defendia uma orientação política bastante radical que não se coadunava inteiramente com as mobilizações levadas à cabo pelos militantes nas empresas.

---

<sup>132</sup> SILVA, Fernando Teixeira da. & SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964). Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 116.

<sup>133</sup> Idem, p. 117-118.

Os conflitos daí resultantes, associados ao retorno de Vargas ao poder, com sua subsequente abertura sindical (mesmo que lenta), incentivaram uma gradual retomada das ações nos sindicatos oficiais.

Como salientou Marco Aurélio Santana, muitas vezes o sucesso dos comunistas, em termos de mobilização dos trabalhadores residia na não adoção das orientações oficiais do partido.<sup>134</sup>

Esse avanço nas massas envolvia, na maioria das vezes, alianças com os trabalhistas, que ocorreram entre os anos 1950 e 1954, exercendo uma pressão sobre as lideranças partidárias no sentido de rever seus posicionamentos.

Do lado dos trabalhistas, essa aliança era facilitada pela existência de divisões entre seus representantes, marcada fundamentalmente por diferentes proposições acerca dos problemas sociais. Uma primeira visão mais conservadora que identificava a necessidade de uma atuação tutelada e uma segunda, de conotação mais progressista, que almejava a conquista gradual de direitos sociais cada vez mais significativos.

O sistema de alianças políticas que levaria Vargas ao poder, contudo, ia além dos principais partidos que o apoiavam e para entender esse processo é preciso estar atento às novas condições da sociedade brasileira nos anos 50 e à campanha eleitoral de Getúlio Vargas.

O acelerado processo de industrialização e urbanização levado a cabo até então, teve como uma de suas principais conseqüências o aumento da população urbana e, por conseguinte, da classe operária. Desse modo, esses “novos” setores sociais passaram a exercer um peso considerável no resultado das eleições brasileiras desde 1945. Condição que seria aprofundada nos anos 1950.

Getúlio teria conseguido captar essa transformação e sensibilizar esses setores. O trabalhismo inventado durante o Estado Novo e a abertura política com a mobilização popular (Exemplo do *queremismo*), foram fatores importantes nesse estreitamento de vínculos que se aprofundaria nos anos seguintes. Sua propaganda política e plataforma de governo acenavam para os “trabalhadores do Brasil” com uma possibilidade concreta de reformas progressistas.<sup>135</sup>

---

<sup>134</sup> SANTANA, Marco Aurélio. *Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964)*. Coleção *as Esquerdas no Brasil v.2*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 251.

<sup>135</sup> DELGADO, op. Cit. p. 96.

Seu discurso político muda radicalmente de tom, passando a criticar abertamente a democracia capitalista, onde a liberdade política não era acompanhada da igualdade social e fazendo apelos à organização das massas populares.<sup>136</sup>

Dentro desta proposta de arregimentação popular em busca de um consenso, Vargas manteve durante sua campanha um discurso apartidário e valorizou sua figura como o candidato de União Nacional. Consoante esse ideário, seu discurso incorporou um tom nacionalista com contornos bem específicos. Como destacou Delgado, ele estava associado a uma noção de desenvolvimentismo e tinha uma forte conotação personalista.

O Nacionalismo, acoplado ao desenvolvimentismo, funcionou com apelo popular de grande eficácia para a mobilização dos trabalhadores em torno da figura carismática de Vargas, assim como também foi uma arma eficaz na busca do consenso segundo o qual a representação de interesses se faria “...novamente com o predomínio do interesse nacional, em detrimento dos interesses particulares de classe.”<sup>137</sup>

Esses “compromissos” de campanha estariam presentes no seu segundo governo. Getúlio venceu as eleições com 48,70% dos votos, contra 29,70% computados por Eduardo Gomes e 21,50% por Cristiano Machado. Ele assumia o poder pela primeira vez pelo voto direto.

Politicamente, Vargas procurou estabelecer uma política de conciliação entre os partidos. Seu primeiro ministério era composto por dois membros do PSD, dois do PSP, um da UDN e um do PTB. A distribuição dos ministérios mostrava ainda a estratégia de garantir amplo apoio a seu governo.

Isso se justificava também pela pouca representatividade dos partidos que o apoiaram oficialmente no parlamento, cuja distribuição de cadeiras deu-se da seguinte forma: o PSD tinha a maioria, 112 seguido pela UDN com 81, o PTB com 51 e o PSP com 24. O restante dos assentos, num total de 36, estava dividido entre representantes de partidos menores.

Aos Trabalhistas coube o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ocupado inicialmente por Danton Coelho. Dentro do ideário getulista, a ocupação desse ministério por um membro do PTB era importante como um modo de intermediar as relações entre o Estado, os sindicatos e os trabalhadores, sempre no sentido da colaboração entre as classes.

Como destaca Delgado:

---

<sup>136</sup> ALMEIDA JR, Antonio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In. FAUSTO, Boris (dir). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. V.3: sociedade e política (1930-1964). 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 246.

<sup>137</sup> DELGADO, op. cit. p. 98-99.

Canalizar as mobilizações sociais, via sindicato, em torno de propostas nacionalistas, era passo de crucial importância para implementação, com êxito, da estratégia varguista. Significava que:

1 – a mobilização popular se faria através de organizações classistas: os sindicatos controlados pelo Estado, e, portanto, potencialmente neutralizados enquanto canais de uma participação popular contestadora e autônoma;

2 – as tensões de classe poderiam ser reduzidas, uma vez que os interesses de todos “*estariam identificados com os interesses da nação e do desenvolvimento*”;

3 – o trabalhismo estaria sendo estimulado, encarnando, não só propostas de bem-estar social, mas também de projetos de união nacional e de desenvolvimento econômico, essenciais, segundo Vargas, para se alcançar o próprio bem-estar social;

4 – os partidos teriam sua atuação centrada basicamente em atividades parlamentares e a principal referência para mobilização da sociedade como um todo, seria o governante.<sup>138</sup>

Esses componentes do trabalhismo varguista constituíram um objetivo ideal. A realidade plasmou-se de modo distinto em todas as suas principais características.

Seguindo sua política de angariar o máximo de apoio possível, Getúlio tentou, até 1952, trazer a UDN para o governo. Essa política falhou e teve como consequência a perda de parte de seu apoio político no PTB e no PSD. O PTB não via com bons olhos a aproximação tentada por Vargas com seus inimigos, os inimigos do trabalhismo; o PSD deduziu que a tentativa de aliança com os Udenistas poderiam ocasionar uma perda de espaço no governo.

Desse modo, Getúlio perdeu apoio político à direita e à esquerda. A crise se avolumou com as constantes mobilizações sociais, especialmente as greves de trabalhadores, cujo expoente deu-se com a chamada greve dos trezentos mil, no ano de 1953, no Estado de São Paulo.

Essa greve precipitou a reforma Ministerial que levou à substituição de Segadas Vianna por João Goulart no Ministério do Trabalho em uma tentativa de conter os movimentos paredistas e angariar a colaboração dos trabalhadores para com o Governo.

A efervescência social surgiu da constatação de distância entre o discurso nacionalista de Vargas expresso, sobretudo, em matéria de política econômica, e os limites sociais existentes à efetiva implementação dessas medidas.

Como destacou Maria Celina D’Araújo, o nacionalismo varguista se cristalizava nas propostas de efetivação de uma política econômica voltada para o desenvolvimento autônomo.

O fortalecimento autônomo da economia nacional é um dado presente na maior parte do discurso de Vargas, permeando as propostas por ele apresentadas. A questão nacional é vista, sobretudo, como a luta pela independência econômica do

---

<sup>138</sup> Idem, p.100.

Brasil, imprescindível para que o país seja soberano e assim decida seu destino e o de seus cidadãos.<sup>139</sup>

Vimos que desde o processo de democratização, o debate sobre o desenvolvimento econômico estava pautado na agenda social. Na década de 1950, entretanto, esse debate se intensifica, destacando-se, daí, segundo Thomas Skidmore, três propostas ou caminhos para o Brasil: a neoliberal, o nacionalismo radical e a desenvolvimentista-nacionalista.<sup>140</sup>

A primeira tinha como pressupostos a centralidade do mecanismo de preços como determinante principal da economia; a abertura da economia ao capital estrangeiro, a diminuição do papel do Estado no capital e a adequação do Brasil ao seu papel econômico natural pelo mecanismo da vantagem comparativa. Era defendido por importadores. Na mídia, seus defensores eram o grupo editorial O globo e os Diários Associados, de posse da família Marinho e de Assis Chateaubriand, respectivamente. Politicamente, estava associada à União Democrática Nacional.

Os adeptos da segunda orientação viam o capitalismo como sistema de espoliação do Brasil, sendo necessárias políticas de controle total da economia por parte do Estado. Seus representantes não acreditavam na disponibilidade de execução de um projeto de industrialização que dependesse da entrada, mesmo que mínima de capital estrangeiro dado o seu caráter espoliador. No espectro político do período, era compartilhada pela ala mais à esquerda do PTB e pelos comunistas.

Por fim, os desenvolvimentistas-nacionalistas, sintonizados com as ideias da CEPAL, defendiam a formação de uma economia mista. O setor privado continuaria existindo e o Estado assumiria os investimentos nos chamados pontos de estrangulamento do desenvolvimento econômico – energia, transporte e indústria de base, por exemplo. Deveria ainda haver uma regulamentação da entrada do capital estrangeiro. Esta orientação estava ainda em estágio embrionário, mas se tornou hegemônica durante a presidência de Vargas.

Como vimos anteriormente, a Comissão Especial para a América Latina, apesar de ter o auge de sua atuação na década de 1960, consolidou-se enquanto instituição voltada para a cooperação e desenvolvimento econômico dos países da região ainda no início da década de 1950.<sup>141</sup>

---

<sup>139</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos ; 90). p. 104.

<sup>140</sup> SKIDMORE, op. Cit.

<sup>141</sup> GONÇALVES, Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho. As relações Brasil-CEPAL. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. 120p.

Seus postulados de superação da dicotomia centro-periferia através de investimentos da diversificação da estrutura produtiva e na industrialização, mediante ação estatal, estiveram presentes no ideário e nas propostas dos nacionalistas de toda a América Latina.

No caso do Brasil, por exemplo, basta lembrar que o economista Celso Furtado participa das reuniões da comissão ainda no final da década de 1940.<sup>142</sup> Essas ideias se cristalizariam, posteriormente, na formação do ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros, que teve atuação destacada a partir do final da década de 1950.<sup>143</sup>

O nacionalismo varguista continha, portanto, um tom personalista e voltado, principalmente, para a superação do atraso econômico do Brasil via colaboração de todas as classes. Para tanto, seria fundamental a atuação do Estado na diversificação da estrutura produtiva através da intensificação do processo de industrialização, e no fortalecimento do mercado interno.

Como destaca Maria Celina D’Araújo, a ação estatal na estratégia Varguista se dirigiria a quatro vetores que “*encontram-se extremamente conjugados: a agricultura deverá ser industrializada, a industrialização deverá ter como prioridade a indústria de base e os recursos naturais deverão ser explorados, tanto quanto possível, por capitais nacionais. Impõe-se, portanto, o estabelecimento de critérios seletivos para a participação do capital estrangeiro na economia brasileira.*”<sup>144</sup>

Na consecução desses objetivos, entretanto, existiam alguns limites.

Na prática, Vargas atacou os problemas econômicos a curto prazo, com uma política mista. No campo externo, ele tinha de se preocupar com o balanço de pagamentos e a necessidade de ajustar os ingredientes, de molde a evitar os déficits crônicos. No campo interno, ele se defrontava com o problema da inflação, com as resultantes tensões sociais, e a necessidade de encontrar uma estratégia e investimentos que elevasse ao máximo os benefícios, tanto sociais quanto econômicos, do desenvolvimento futuro.<sup>145</sup>

Internacionalmente, era difícil o estabelecimento de uma política efetivamente autônoma em um contexto de polarização internacional como foi a Guerra Fria. Vargas estabeleceu contato com os norte-americanos e instituiu a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

---

<sup>142</sup> Idem.

<sup>143</sup> Sobre o ISEB, ver: TOLEDO, Caio Navarro. ISEB: Fábrica de Ideologias. São Paulo: Ática, 1978.

<sup>144</sup> D’ARAÚJO, Maria Celina. O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos ; 90). p. 105.

<sup>145</sup> SKIDMORE, op. Cit. p. 124.

No plano interno, existiam divergências quanto à melhor estratégia de desenvolvimento. As oposições vinham principalmente dos setores que defendiam a entrada de capital externo e dos defensores da vocação agrícola ao país.

Some-se a esses fatores a crise econômica herdada do Governo anterior e as constantes mobilizações sociais contra o aumento do custo de vida, potencializadas pelo retorno dos comunistas aos sindicatos oficiais, principalmente a partir de 1952.

Para efetivar sua estratégia nacionalista de desenvolvimento econômico Vargas criou o BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, voltado para o incentivo de indústrias nacionais e reduziu a remessa de lucros de empresas estrangeiras para o exterior. Para controlar a inflação, adotou uma tentativa de controle dos preços, desde os serviços de utilidade pública aos alimentos, através da criação da COFAP - Comissão Federal de Abastecimento e Preços, em janeiro de 1952.

O auge da estratégia varguista se deu, porém, com o processo que levou à criação da Petrobrás.

Fazia parte da cultura política dos anos 1950, no Brasil, refletir sobre como atingir patamares maiores de desenvolvimento econômico. A questão do petróleo que atravessou esse debate desenvolvimentista era encarada como “a chave” do progresso econômico e da defesa da soberania nacional.<sup>146</sup>

O investimento nessa matriz energética era fundamental. A indústria automobilística era a grande empregadora e símbolo de desenvolvimento, assim como as ferrovias haviam sido para o século XIX. “Proteger” a exploração do petróleo, em todas as suas fases, do “ataque” das grandes companhias petrolíferas internacionais, sobretudo norte-americanas, era a forma de garantir a energia e o desenvolvimento das indústrias nacionais e, conseqüentemente, a autonomia na nação no conjunto dos países de economia capitalista.

Essa ideia sensibilizava os mais variados setores da sociedade brasileira, desde os setores nacionalistas das forças armadas aos comunistas, pois a partir da crise econômica mundial da década de 1930, ficou-lhes explícita a fragilidade da economia dos países exportadores de produtos primários. Cada grupo, entretanto, preservava horizontes sociais bem distintos.

---

<sup>146</sup> SILVA, Angelissa Azevedo. A campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964). Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 320.

A não ser quando referenciadas de modo diferente, as informações que se seguem, a respeito da temática do petróleo, baseiam-se nas mesmas obra e autor.

Aos militares, por exemplo, o monopólio do petróleo era estratégico para o desenvolvimento do Brasil, mas um dos principais componentes da lógica militar era a garantia da defesa do território nacional e de suprimentos energéticos fundamentais para o aperfeiçoamento da máquina de guerra, do aparelhamento militar, no caso de envolvimento do país em uma guerra.

Para os “desenvolvimentistas”, o petróleo era estratégico para superar os entraves ao crescimento da indústria nacional e, por conseguinte, ao desenvolvimento autônomo e autossustentado.

Já os comunistas eram sensibilizados pela ideia de luta contra o imperialismo norte-americano. Os Estados Unidos eram a principal potência capitalista do período, e rivalizavam com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Apesar de concordarem na questão do petróleo, os comunistas adotavam, nesse momento, uma linha de enfrentamento e defendiam a tese de uma revolução comunista direta, abandonando a ideia de uma revolução em duas fases, uma primeira democrático-burguesa, seguida de uma comunista, linha política que foi adotada pelo Partido Comunista da democratização em 1945 até a cassação de seu registro em 1947.

Para organização do presente texto, todo o processo que levou à criação da Petrobrás será apresentado mais adiante. Cumpre-nos destacar, por ora, dois pontos: primeiro, que o caráter integrador do nacionalismo do período se concretizou, por diferentes motivos, na questão do petróleo; segundo, que também nessa matéria Getúlio Vargas optou por uma saída conciliatória. Em seu projeto inicial, a Petrobrás se constituiria em uma empresa de capital misto com controle da União sob 51% das ações, as demais seriam disponibilizadas ao capital nacional. O contexto histórico de tensão social, entretanto, impulsionou a campanha e a efetivação do monopólio total do Estado nessa questão.

Explicitados os principais aspectos políticos, econômicos e sociais do Segundo Governo Vargas, analisaremos os anos iniciais da década de 1950 no Rio Grande do Sul.

## **2.1 - Os anos 1950 no Rio Grande do Sul**

As eleições são momentos importantes para pensarmos a composição das forças políticas no Estado e mesmo dentro dos próprios partidos. Isso é mais marcante dentro do



PTB, cuja principal característica, como apontou Maria Celina D'Araújo foi ter de conviver num intenso conflito entre lideranças secundárias e a formação de inúmeras dissidências.<sup>147</sup>

As eleições estaduais no Rio Grande do Sul, por sua vez, apresentam especificidades, quando comparadas às presidenciais, sobretudo no que diz respeito à formação das alianças partidárias e dos resultados eleitorais.

Segundo Bodea e Delgado, uma das principais atribuições dos trabalhistas nos primeiros anos do pós-45, foi a de preparar o terreno para realocar Vargas no poder.<sup>148</sup> Desse modo, o caminho “lógico” seria o de contar com seus dois partidos, o PTB e o PSD. Esse caminho, porém, apresentava-se fechado em terras gaúchas. Para entendermos essa conjuntura, faz-se necessário um retorno aos anos da primeira legislatura estadual.

No Rio Grande do Sul, o PTB vinha fazendo oposição sistemática ao Governo de Walter Jobim, a despeito das aspirações de Getúlio Vargas de voltar ao palácio do Catete e de contar, portanto, com seus dois partidos.

O panorama das forças políticas do período, entretanto, mostrava-se bastante desfavorável a esse feito. Em São Paulo e Minas Gerais, por exemplo, a força dos trabalhistas era reduzidíssima. No Rio Grande, contudo, o PTB vinha crescendo e consolidando seu poder. À medida que o partido crescia, elevavam-se os conflitos entre as lideranças trabalhistas.

Como mostra parecer de Barreto Pinto, em carta a Getúlio Vargas, na qual procura sondar o ambiente político do Estado:

(..)Informa-me o Jango de que o governo está disposto a apelar para nós, proclamando a conveniência que terá na nossa cooperação.  
Diz-me o Chico, com a reserva natural, que o governo estaria disposto a solicitar, também, nossa colaboração administrativa, através do exercício de alguns cargos.  
No PSD, essa possibilidade determinou uma violenta repulsa da parte dos elementos ligados ao General Paim: Hermes, Clio, Carrion, Lobato e outros, mas encontrou ambiente favorável da parte do grupo que o Dr. Oscar Lidera(...)  
Agora, o nosso lado. Surgido o boato, começamos a receber demonstrações alarmantes de descontentamento.  
Os acontecimentos parlamentares de sábado, sobre os quais adiante falarei, precipitaram as coisas, aumentando o ambiente de desagrado que um trabalho pertinaz e inteligente da imprensa adversa vinha criando.  
Temos tido, todos os de alguma responsabilidade no PTB, a casa cheia pelos companheiros que nos trazem o seu apelo para que não sujeitemos o partido ao que entendem ser uma capitulação.

<sup>147</sup> D'ARAÚJO, Maria Celina. Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945 a 1965. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. 192p.

<sup>148</sup> BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992. 212p. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. PTB: do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989. 317p.

Ontem a noite, aqui estive o telegrafista chefe que deu prontidão de domingo, na Viação Férrea, dizendo-me que, durante todo o dia, nada mais fez do que atender a chamados do pessoal da linha, pedindo informações sobre os sucessos políticos e manifestando, todos, o seu desagrado e o desejo de que não tomássemos o rumo colaboracionista.

A mim, especialmente, vinham os apelos dos ferroviários, para que me opusesse à combinação.

Sabe bem o senhor da situação especial e difícil da bancada e do Partido em consequência da atividade “pasqualinista”.

Não podemos ter, nesta altura dos acontecimentos, a menor dúvida de que o Pasqualini espera, apenas, uma oportunidade favorável, para liderar uma dissidência dentro do Partido.<sup>149</sup>

Alguns pontos merecem uma análise mais detalhada nessa citação. Primeiro, a possibilidade de um acordo entre PSD e PTB que, fazia parte da estratégia varguista, ao mesmo tempo em que era defendida por determinados setores de ambos os partidos, era rejeitada por outros.

No caso do PTB, a oposição ao colaboracionismo com o governo pessedista era identificada em uma das bases sindicais mais organizadas do período, os ferroviários, e no grupo liderado por Alberto Pasqualini, acusado de tentar criar uma dissidência no partido.

De fato, durante o mês de julho de 1947, surgiu no partido trabalhista um movimento denominado: “Movimento pró-observância dos estatutos do PTB”. Seu objetivo era o de iniciar o processo de reestruturação nos cargos de comando do partido. A ligação desse movimento com Pasqualini é feita por Sereno Chaise. Em seu livro de memórias o ex-prefeito da cidade de Porto Alegre, à época membro da Ala Moça do PTB, declarou:

Por setembro ou outubro de 1947, veio a convenção nacional do PTB. (...) Essa nova convenção acabou aprovando um novo estatuto do partido, constituído de 32 artigos. Nele, por proposta do Pasqualini, delegado do Rio Grande do Sul, do PTB gaúcho, foi incluído mais um artigo, o trigésimo terceiro, que dizia o seguinte: ‘Em um prazo de seis meses, todos os diretórios regionais do partido deveriam ser reestruturados. E, num prazo de mais três meses, depois destes seis, o diretório nacional seria reestruturado, através de uma convenção nacional, firmada pelos novos delegados dos estados onde já teriam se realizado as convenções regionais.

Nesse ponto, o companheiro José Vecchio sentou o pé e disse que não faria o que fora proposto. Nós organizamos um movimento que se denominou Observância dos Estatutos. Em síntese: era a aplicação do que dizia o trigésimo terceiro artigo: reestruturação dentro de seis meses.<sup>150</sup>

Desconsiderando-se a imprecisão das datas, apresenta-se aí, uma divergência entre dois grupos importantes do PTB, o grupo dos programáticos, representado por Alberto

---

<sup>149</sup> GVC 1947.08.05. CPDOC, FGV.

<sup>150</sup> KLÖCKNER, Luciano. O diário político de Sereno Chaise. 60 anos de História. Porto Alegre: AGE, 2007. p. 20.

Pasqualini e o grupo dos sindicalistas, cujo ícone era José Vecchio. Os motivos do conflito envolviam a disputa pela direção do partido.

Segundo expõe em correspondência a Manoel Vargas (filho de Getúlio), o próprio Vecchio,

Quando ingressei na política, tinha eu um só objetivo: servir aquele que tanto serviu aos Trabalhadores e que jamais por estes será esquecido, Dr. Getúlio Vargas. Organizamos nosso PETEBE com a finalidade de ser este um Partido forte, para quando nosso chefe dele precisasse, poderia contar com uma força partidária na altura, e isso tenho certeza que fiz. Maldita hora em que me meti a lutar pela candidatura do Dr. Alberto Pasqualini, a quem eu julgava ser um amigo de meu chefe e, após passadas as eleições, verifiquei meu erro, porém já era tarde. O mal estava consumado. Cabia-me combater-lo e isso estou fazendo com todas as forças que me restam, contando para tal com a colaboração do meu grande amigo Dr. Dinarte Reis Dornelles e outros elementos de destaque. A luta contra o Pasqualinismo continua. Surda, mas com todas as nossas forças, pois teremos que neutraliza-lo, ou seus adeptos tomarão as rédeas do Partido, afastando os Trabalhadores dedicados e fieis ao Dr. Getúlio da direção Partidária, que é este o objetivo dos traidores.<sup>151</sup>

Um fator importante a ser destacado do trecho acima é a força do componente getulista no discurso do líder sindical. As rivalidades internas do partido são identificadas entre os amigos e os inimigos de Getúlio Vargas. O ex-ditador é evocado no discurso para conferir legitimidade ao ponto de vista expresso por Vecchio de que o grupo Pasqualinista representaria uma ameaça ao partido.

Outro elemento importante é o modo como o autor da carta dispõe os grupos em conflito no partido, sinalizando uma aliança entre seus correligionários e o grupo liderado por Dinarte Dornelles, que tinham como adversários os programáticos liderados por Alberto Pasqualini, cujo objetivo seria alijar os sindicalistas do PTB.

Os motivos para essa crise dentro do PTB, e para a virada no posicionamento de Vecchio quanto à ação dos programáticos, se fundamentavam na tentativa de reestruturar a direção do partido no Estado. Essa crise se desenrolou pelos meses seguintes do ano de 1947. Ainda no mês de agosto de 1947, Brizola pediu o auxílio do então senador Salgado Filho para mediar as negociações e harmonizar o partido.

As tentativas falharam e, em dezembro do mesmo ano, ela teve seu auge quando parte dos membros do diretório estadual decidiu renunciar aos seus cargos, deixando-os a disposição do presidente nacional do partido, Joaquim Pedro Salgado Filho.

Por via aérea voltou a Porto Alegre, ontem, o sr. Alberto Pasqualini que está chefiando a dissidência do PTB no Rio Grande do Sul. Durante a sua estada nessa

---

<sup>151</sup> GVC 1947/09/19. CPDOC, FGV.

capital, o sr. Pasqualini teve numerosas conferências políticas, avistando-se, também, com o Presidente da República. O sr. Pasqualini e os seus companheiros de dissidência, inclusive toda a bancada estadual, não acreditam na viabilidade de qualquer movimento no sentido de congregar os destroços do PTB e estão dispostos a abrir luta contra a direção do partido na próxima convenção rio-grandense, já convocada. Os dissidentes tímbram em dizer que não se trata de discutir a sorte do Sr. Getúlio Vargas, mas, sim, algo de mais importante, que é o destino do próprio PTB. Se o ex-presidente teimar em dar a sua solidariedade ao diretório estadual, o que é tido como certo, perderá o apoio de toda a bancada na Assembleia e na maioria dos diretórios do interior.<sup>152</sup>

Como se depreende da reportagem, o Movimento que previa a alteração nos estatutos do PTB e a reorganização de seus cargos de chefia, contou com o apoio de toda a bancada trabalhista da assembleia Legislativa, entre os quais se encontrava Leonel Brizola.

O diretório estadual do Partido Trabalhista Brasileiro à essa época era chefiado pelo sindicalista José Vecchio. Como vimos anteriormente, essa ala do PTB nutria sérias desconfianças quanto à entrada, primeiro de outros ex-membros do PSD aliados a Vargas, depois, dos intelectuais liderados por Pasqualini. Neste momento suas desconfianças se confirmaram com a deflagração de um movimento que, em última instância, reduziria seu espaço dentro do partido.

Aos dezesseis dias do mês de dezembro o diretório estadual divulgava a seguinte nota:

O diretório estadual do Partido Trabalhista Brasileiro reuniu-se sob a presidência do Dr. Dinarte Rey Dornelles, 1º Vice-presidente, em sessão extraordinária em sua sede no dia 15 do corrente.

(...) Havendo número legal para deliberações o diretório resolveu:

1) –Tendo em vista a conveniência da convocação de uma convenção para a eleição do novo diretório que regerá os destinos do partido, que todos os membros do atual diretório renunciassem os seus cargos, entregando a orientação do PTB no estado ao senador Salgado Filho, que tomaria as providências necessárias, a seu único critério para a realização da convenção acima aludida.

2) – Que no período que mediar desta data à da realização da convenção, a direção do Partido no Estado será exercida pessoalmente pelo Senador Salgado Filho ou por uma comissão por ele designada uma vez que não existe mais o diretório estadual em face da maioria dos seus membros terem resolvido a renúncia coletiva.

Porto Alegre, 17 de dezembro de 1947.<sup>153</sup>

Ressalte-se, por ora, dois dados importantes: a reunião foi presidida por Dinarte Dornelles e Vecchio não esteve presente. A crise se perpetuou por mais alguns dias. A chegada de Salgado Filho para a mediação do conflito era ansiosamente esperada. Alguns dias depois, entretanto, a imprensa noticiava o apoio de Vargas à atitude de renúncia de parte do diretório e prestava solidariedade à bancada trabalhista na Assembleia.

---

<sup>152</sup> *A Manhã (RJ)*. 14/12/1947. “A Crise do PTB gaúcho”. Arquivo Nacional, Fundo Salgado Filho, Ap. 49, Cx. 11, Doc. 8.

<sup>153</sup> *Folha da Tarde (RS)*. 16/12/1947. “Em nota oficial a bancada do PTB reconhece a acefalia do Partido”. Arquivo Nacional, Fundo Salgado Filho, Ap. 49, Cx. 11, Doc. 8.

Segundo as informações prestadas pelo periódico, os deputados Leonel Brizola e Leopoldo Machado teriam conferenciado com Getúlio e, expondo o problema, teriam angariando o apoio do ex-presidente.

Os dois representantes trabalhistas foram portadores de um relatório apresentado pela bancada do PTB ao senador Getúlio Vargas, no qual foi feita ampla descrição de todos os fatos ligados à presente crise.

Segundo nos declarou o deputado José Diogo Brochado da Rocha, líder da bancada do PTB, o Sr. Getúlio Vargas aprovou o relatório que lhe fora apresentado, manifestando o seu aplauso à marcha que vêm tendo os acontecimentos.<sup>154</sup>

Exercendo sua função de mediador do conflito, o senador Salgado Filho enviou um telegrama a José Vecchio, no qual pedia ao líder sindicalista que não deixasse ocorrer uma cisão no PTB. A resposta de José Vecchio veio da seguinte forma:

(...) Somente poderei manter a unidade de nosso partido desde que alguns deputados respeitem e acatem as decisões políticas tomadas pela direção partidária, de conformidade com o art. 21 e suas alíneas combinado com o artigo 38 dos estatutos. Não haverá cisão, caso os mesmos desistam de tentar alijar os trabalhadores de nosso Partido, cabendo o vosso digno apelo também, aos elementos de V. Excia. (...)<sup>155</sup>

A crise se alastrou por todo o mês de dezembro. Ela envolveu ainda mais elementos e lideranças do que um embate direto entre Pasqualini e Vecchio. É o que sinalizou o pronunciamento do deputado Assunção Viana.

É desejo da bancada que o Partido se unifique, pois nele deve haver lugar para os amigos dos srs. Alberto Pasqualini, Loureiro da Silva, Dinarte Dornelles e José Vecchio. Sei que este é o desejo do senador Getúlio Vargas.<sup>156</sup>

Indo além, esse movimento de renovação dos quadros trabalhistas não tinha caráter apenas regional. No Rio de Janeiro, as lideranças de Baeta Neves e Segadas Viana, tanto no Diretório Estadual quanto no Nacional, eram contestadas. Esse quadro de lutas intestinas que se desenrolaram logo após um contexto de derrota nas eleições municipais representava, para além de uma simples disputa de poder e espaço, uma tentativa de conferir novos contornos ao partido, com um tom mais autônomo.

A tensão entre os grupos permaneceu. Em 1948, por exemplo, Dinarte Dornelles enviou uma carta a Getúlio Vargas esclarecendo sua situação no partido:

---

<sup>154</sup> *Diário de Notícias*. 19/12/1947. “O Senador Getúlio Vargas apoia a bancada e a maioria do diretório estadual do PTB”. Arquivo Nacional, Fundo Salgado Filho, Ap. 49, Cx. 11, Doc. 8.

<sup>155</sup> *Diário de Notícias*. 20/12/1947. “Tumultuosa a reunião do diretório estadual do PTB, sob a presidência do Sr. José Vecchio”. Arquivo Nacional, Fundo Salgado Filho, Ap. 49, Cx. 11, Doc. 8.

<sup>156</sup> Idem.

Uma resposta a nossa carta de 28 de junho passado, que muito me (?) informar que a oposição ao meu nome deve ser atribuída a minha pouca habilidade política. Como não tinha a preocupação de fazer prestígio pessoal no Partido por não pretender pleitear cargos políticos, não tive, também, a preocupação de agradecer a nenhum dos chefes de grupos. Resultado: nenhum me considera seu aliado e nem provável instrumento para satisfação de suas ambições pessoais. Além disso, o grupo dos meninos que cercam o Pasqualini tudo faz para imprimir ao Partido uma orientação diferente da que desejamos e, por esse motivo, quer o meu afastamento. Sou, hoje, no Partido, combatido pelo grupo Pasqualini e incompreendido pelo grupo Vecchio. Isso, entretanto, não nos preocupa porque o Partido está marchando bem, a atual Comissão executiva é toda constituída por homens leais e honestos e o Ataliba, que está na presidência, é cem por cento seu amigo. Estas causas todas poderiam estar terminadas si não fosse a atitude do senador Salgado que, não conhecendo o ambiente, nos fez ceder demais, dando por isso, muita força ao grupo Pasqualini.<sup>157</sup>

Podemos ver no relato uma clara distinção de três grupos: o dos sindicalistas, representados por José Vecchio, o dos programáticos identificado na figura de Alberto Pasqualini e um terceiro conhecido como pragmático, ou seja, de indivíduos experimentados no calculo político, e que tinha como representante o remetente da carta, Dinarte Dornelles. A principal função dessa ala seria a de mediar os conflitos e angariar adeptos ao projeto varguista.

Percebe-se ainda a indicação de que os programáticos teriam alcançado uma projeção nos quadros partidários.

Segundo Bodea, as disputas entre os grupos que compõem o PTB se avolumaram nesse período, ocorrendo uma disputa primordial entre pragmáticos e programáticos e uma perda de espaço por parte dos sindicalistas. Essa disputa levou, já em maio de 1948, durante a convenção do partido, ao afastamento temporário de Loureiro da Silva.<sup>158</sup>

Essa é a percepção que sobressai também da leitura das fontes. Elas sinalizam um alinhamento, com doses de desconfiança, entre “políticos profissionais” e intelectuais, verificado, por exemplo, no posicionamento de Dinarte Dornelles. As lideranças sindicais, por sua vez, exerceram um papel secundário.

No ano de 1949, os representantes da Ala Sindicalista do PTB sinalizaram sua insatisfação. José Vecchio, expoente desse grupo chegou a apresentar seu pedido de afastamento do partido.<sup>159</sup>

Esses conflitos internos e a disposição das forças dentro do PTB podem ser verificados, ainda, nas indicações trabalhistas ao pleito de 1950. Além de Getúlio Vargas para presidente, os trabalhistas indicaram José Diogo Brochado da Rocha e João Goulart para a

---

<sup>157</sup> GVC 1948.07.06. CPDOC, FGV.

<sup>158</sup> BODEA, op. Cit. p. 60.

<sup>159</sup> *A Manhã (RJ)*. 04/06/1949, p. 9. “Séria crise no PTB gaúcho”. Biblioteca Nacional.

Câmara Federal, Alberto Pasqualini, para o senado e Ernesto Dornelles para o Executivo Estadual. Leonel Brizola estava entre os indicados para a Assembleia Legislativa gaúcha.

Segundo Bodea, a indicação de Pasqualini para o Senado foi uma solução para atender às frações internas do partido que estavam em conflito.<sup>160</sup> Sua busca de autonomia em relação ao getulismo constituía-se em uma ameaça aos olhos das outras linhas do partido, pois, como destaca Delgado, a expansão da mística getulista era um dos principais objetivos de criação do PTB.<sup>161</sup>

Às vésperas das eleições de 1950, Pasqualini renunciou a seu cargo no Conselho do PTB. O motivo para essa atitude residiu no fato de discordar da indicação de Danton Coelho para a Presidência da Executiva Nacional do PTB e de Jango para a liderança da Comissão do Partido no Rio Grande do Sul.<sup>162</sup> Sua indicação para o senado cumpria o papel de impedir o desligamento de um importante angariador de votos das hostes trabalhistas.

Outro ponto importante a ser destacado sobre os representantes do PTB do Rio Grande do Sul, no contexto das eleições de 1950, diz respeito às indicações para o cargo de Governador. Seguindo a estratégia traçada para a eleição de Getúlio Vargas, as alianças para esse posto envolviam, do lado dos trabalhistas, a coligação com o PSP e parte do PSD, já que o primeiro tinha pouca penetração política no Rio Grande do Sul.<sup>163</sup>

A aliança com o PSD foi articulada por Ernesto Dornelles que, no início de 1950, havia criado uma ala “autonomista” no partido.

As indicações haviam sido decididas em junho e o candidato do PTB para o executivo estadual era o ex-senador Salgado Filho. No dia 30 de julho de 1950, entretanto, um acidente de avião teve como consequência sua morte. Isso provocou um duro golpe nos trabalhistas, que se viram na tarefa de pensar em outro nome para o cargo.

A solução envolveu as alianças políticas já estabelecidas e só saiu no dia 10 de agosto com a indicação do ex-interventor e primo de Getúlio Vargas, Ernesto Dornelles. Segundo Bodea, sua indicação cumpria a tarefa ainda de angariar votos nas regiões de colonização italiana e alemã do Estado, regiões reconhecidamente de baixo desempenho eleitoral do PTB, pois durante sua interventoria, Dornelles teria cessado o processo de nacionalização dos imigrantes.

---

<sup>160</sup> BODEA, op. Cit. p. 65.

<sup>161</sup> DELGADO, op. Cit., p. 33.

<sup>162</sup> Idem, p. 73.

<sup>163</sup> A não ser quando referenciado de modo diverso, as informações acerca do pleito para Governador do Rio Grande do Sul baseiam-se em: BODEA, Miguel. Populismo e trabalhismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992.

A indicação de Ernesto Dornelles já havia sido indicada pelo próprio Vargas, no ano de 1949, quando ainda se cogitava a possibilidade de uma candidatura única com o apoio de trabalhistas e pessedistas. Proposta que contava com o apoio de importantes líderes dos dois partidos. No PSD, concordavam com esta fórmula, Protásio Vargas, o próprio Ernesto Dornelles e João Neves da Fontoura. Do lado trabalhista, o principal articulador dessa aliança era Dinarte Dornelles.<sup>164</sup>

Segundo Delgado, a eleição de Dornelles em 1950 seria uma prova da aliança profícua estabelecida entre PTB e PSD durante todo o período compreendido entre 1945 e 1964.<sup>165</sup>

Segundo a autora, para assegurar a eleição de Vargas em 1950, o PTB, por conta de sua pouca representatividade a nível nacional, teve de fazer coligações regionais que envolveram uma ampla gama de partidos, inclusive a UDN. Essas coligações garantiram não só a eleição de Getúlio, como a expansão do PTB.

É preciso destacar, entretanto, que a conjuntura eleitoral no Rio Grande do Sul era bastante distinta da dos demais estados brasileiros. No Sul, o PTB dispunha de um bom eleitorado. Não à toa, havia conquistado a maioria das cadeiras da Assembleia Legislativa. O partido tinha um candidato próprio para o governo do estado e contava com o apoio de elementos do PSD simpáticos a Vargas. O acidente e consequente morte do candidato trabalhista precipitou a escolha de outro nome e os principais líderes trabalhistas já se encontravam comprometidos com outras eleições ou cargos dentro da estrutura do partido. A coligação referendou, então, um nome do PSD.

O ambiente político polarizado levou ao ingresso de Dornelles no PTB, bem como de todo o grupo que fazia parte dos autonomistas do PSD, resultando na conclusão do processo de “desvarguização” do PSD que se iniciou, com a atuação de Loureiro da Silva.<sup>166</sup>

Esse processo, porém, não pode ser superestimado. Como salientou Pesavento:

---

<sup>164</sup> Cf. GVC 1949/04/02. “Carta de Dinarte Dornelles a Getúlio Vargas relatando palestra com João Neves sobre sucessão presidencial e estadual no Rio Grande do Sul”. CPDOC, FGV. De fato, são várias as correspondências trocadas entre os líderes do PSD, principalmente Protásio Vargas e João Neves da Fontoura, Getúlio Vargas e Dinarte Dornelles, negociando acordos envolvendo o apoio de ambos os partidos a uma candidatura única. As dificuldades residiram na escolha dos nomes que agradassem às partes envolvidas. A impossibilidade de um acordo envolvendo a presidência e a polarização partidária do Rio Grande do Sul foram fatores que impediram a unidade dos getulistas em torno da candidatura ao executivo estadual.

<sup>165</sup> DELGADO, op. Cit., p. 88 e 92.

<sup>166</sup> Sobre o processo de “desvarguização” do PSD, ver: BODEA, op. Cit. Na bibliografia, esse processo é também denominado “udenização” do PSD. Ver: CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. Partidos e Representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 431p. Sobre a atuação de Loureiro da Silva na formação do PTB gaúcho, ver capítulo 1.



Os simpatizantes com Vargas acabaram uns abandonando a sigla e indo abrigar-se no PTB, mas outros, como Protásio Vargas, irmão de Getúlio, permaneceram dentro do partido, dando-lhe apoio.<sup>167</sup>

Em linhas gerais, contudo, esse ponto de vista é confirmado ao se analisar a articulação dos demais partidos para o pleito governamental de 1950. Diante da aliança entre PTB, PSP e a Ala Autonomista do PSD, a UDN, o PL, e a maior parte do PSD tentaram estabelecer uma frente ampla para conter o avanço do trabalhismo. Excluídos os setores que simpatizavam com o projeto varguista, estava aberto, ao menos em teoria, o caminho para que essa aliança se consolidasse. A articulação das alianças partidárias a nível nacional, entretanto, dificultaram essa articulação.

Como vimos, UDN e PSD lançaram candidatos próprios ao pleito presidencial, respectivamente Eduardo Gomes e Cristiano Machado. Além disso, para fortalecer a candidatura de Eduardo Gomes, a UDN decide fazer um acordo com o PRP, apoiando a candidatura senatorial de Plínio Salgado pelo Rio Grande do Sul, Estado onde o Partido de Representação Popular era mais bem representado no país.

Essa aproximação com o PRP afastou o PL, que não se viu contemplado com representação nas eleições majoritárias, já que o PSD não abriu mão da candidatura de Cylon Rosa para governador. Os libertadores decidiram concorrer com candidatos próprios, indicando Edgar Schneider para o Senado e Décio Martins Costa, que havia perdido as eleições de 1947 pela aliança UDN-PL, para governador.

O pleito para governador contou, por fim, com quatro candidatos: Ernesto Dornelles pela coligação PTB/PSDA/PSP, Cylon Rosa representando PSD/UDN/PRP, Décio Martins Costa pelo PL e Mendonça Lima pelo PSB. A vitória ficou com os trabalhistas. Fato importante acerca dessa eleição foi o ensaio de uma aliança envolvendo as forças contrárias ao trabalhismo.

Não se pode desprezar ainda, o fato de ter sido a primeira vez que as eleições para os cargos majoritários se estabeleceram simultaneamente. Deste modo, a presença de Getúlio Vargas na chapa trabalhista contribuiu decisivamente para o bom desempenho do partido e sua consolidação como principal força política no Rio Grande do Sul.

O governo de Ernesto Dornelles pode ser caracterizado como de alinhamento e defesa das políticas emanadas do Governo Federal. A composição do Governo, entretanto,

---

<sup>167</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992. p. 78.

diferentemente do ocorrido a nível nacional, era inteiramente feita por representantes trabalhistas.

No Legislativo, entretanto, o Governo não dispunha de maioria absoluta, apesar de o PTB ter sido, mais uma vez, o partido com o maior número de deputados eleitos. A Assembleia estava assim configurada: o PTB elegeu 21 deputados, o PSD, 17, o PL, 6, a UDN e o PRP tinham 4 representantes cada, o PSP, 2 e o PSB, 1.<sup>168</sup>

De modo que, respeitados os acordos de campanha na votação, o Governo contaria com 24 deputados, representantes de PTB, PSP e PSB. A oposição contaria com 31 deputados, representantes de PSD, PL, UDN e PRP. Na prática legislativa, entretanto, o Governo não encontrou muita resistência para aprovar suas matérias. À semelhança do ocorrido durante o governo Jobim, quando o PTB desempenhava a função de partido oposicionista.<sup>169</sup>

Os fatores para tanto podem ser encontrados na constatação comum do contexto de crise econômica, associadas às suas derivações sociais, e no fato de existirem no PSD elementos simpáticos a Vargas e ao trabalhismo, que garantiram a aprovação da maioria de seus projetos.

Os detalhes sobre o ambiente político-institucional, bem como do contexto sócio-econômico, serão apresentados através da atuação de Leonel Brizola na Assembleia Legislativa e de seu desempenho nas eleições municipais de Porto Alegre ocorridas em 1951 que, apesar da derrota, consolidaram o trabalhismo no Rio Grande do Sul, pois o PTB conseguiu eleger prefeitos ou aliados em 60% dos municípios gaúchos.

## **2.2 - A atuação de Leonel Brizola na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul**

Leonel Brizola foi eleito pela chapa trabalhista como o candidato mais votado. Contabilizou ao todo, 19.691 votos. Comparado com as eleições de 1947, seus votantes aumentaram em número considerável, na ordem de 510%, aproximadamente. Seus eleitores estavam distribuídos pelo Estado da seguinte forma:

---

<sup>168</sup> Nos dois primeiros anos da legislatura, a presidência da mesa diretora ficou com partidos da oposição. Em 1951, foi ocupada pelo deputado Procópio Duval Gomes de Freitas, do PSD e em 1952, pelo deputado Victor Oscar Graeff, da UDN. Ver: Memorial do Legislativo do Rio Grande do Sul. “Composição das mesas diretoras”. Disponível em: [http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Mesa\\_Diretora\\_3/tabid/3720/language/pt-BR/Default.aspx](http://www2.al.rs.gov.br/memorial/Mesa_Diretora_3/tabid/3720/language/pt-BR/Default.aspx) Acesso em: 23/05/2013.

<sup>169</sup> CÂNEPA, Mercedes Maria Loguercio. Partidos e Representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. Especialmente os capítulos 4 e 5.

Junta 18	Carazinho, Sarandi	3.265
Junta 37	Palmeira das Missões, Iraí, Três Passos	1.692
Junta 64	Taquara	1.144
Junta 6	Porto Alegre	1.134
Junta 1	Porto Alegre	965
Junta 3	Porto Alegre	881
Junta 2	Porto Alegre	796
Junta 4	Porto Alegre	699
Junta 5	Porto Alegre	623
Junta 52	Santiago	606
Junta 60	São Leopoldo, Novo Hamburgo	592
Junta 32	Lagoa Vermelha	499
Junta 54	Santo Antônio, Osório	447
Junta 33	Lajeado, Arroio do Meio	369
Junta 7	Porto Alegre, Canoas, Gravataí	367
Junta 38	Passo Fundo, Getúlio Vargas	336
Junta 21	Cruz Alta	334
Junta 25	Estrela, Encantado	289
Junta 56	São Borja	261
Junta 68	Viamão, Guaíba	142
Junta 10	Bagé, Lavras do Sul	128
Junta 63	Soledade	122
Junta 39	Pelotas	103
Junta 27	Ijuí	86
Junta 28	Itaqui	72
Junta 61	São Luiz Gonzaga	61
Junta 53	Santo Ângelo	49
Junta 41	Pinheiro Machado	48
Junta 20	Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha	46
Junta 48	Santa Maria, São Pedro do Sul	32
Junta 34	Livramento	32
Junta 12	Caçapava do Sul, São Sepé	32
Junta 35	Livramento	31
Junta 59	São Jerônimo, Bom Jesus do Triunfo	30
Junta 49	Santa Maria, São Pedro do Sul	30
Junta 15	Camaquã, Tapes	28
Junta 24	Erechim, Marcelino Ramos	28
Junta 19	Caxias do Sul, Farroupilha, Flores da Cunha	26
Junta 30	Jaguari, General Vargas	26

Ap. TER		22
Junta 47	Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires	21
Junta 11	Bento Gonçalves, Veranópolis, Garibaldi	19
Junta 29	Jaguarão, Arroio Grande, Herval do Sul	18
Junta 36	Montenegro	16
Junta 66	Uruguaiana	15
Junta 57	São Francisco de Paula, Canela	13
Junta 13	Cachoeira do Sul	13
Junta 55	Torres	13
Junta 14	Caí	10
Junta 65	Taquari, General Câmara	10
Junta 8	Alegrete, São Francisco de Assis	9
Junta 45	Rio Pardo	8
Junta 44	Rio Grande, São José do Norte	8
Junta 67	Vacaria, Aparados da Serra	6
Junta 23	Encruzilhada do Sul	6
Junta 58	São Gabriel, Cacequi	5
Junta 43	Rio Grande, São José do Norte	5
Junta 31	Júlio de Castilhos, Tupanciretã	4
Junta 46	Rosário do Sul	4
Junta 50	Santa Rosa	3
Junta 26	Guaporé, Nova Prata	3
Junta 9	Antônio Prado	2
Junta 40	Pelotas, São Lourenço do Sul	2
Junta 62	Sobradinho	1
Junta 22	Dom Pedrito	1
Junta 17	Cangussu, Piratini	1
Junta 42	Quaraí	1
Junta 16	Candelária	1

Fonte: Banco de Dados do Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-Grandense.

Além do aumento no número de votos, o que podemos perceber é um aumento da representatividade de Brizola em todo o Estado. Comparados com os resultados eleitorais adquiridos na primeira legislatura aparecem novos Municípios que não estavam até então representados nas votações de Brizola. Na primeira eleição Brizola teve votos em 57 das 62 juntas eleitorais. Em 1950, ele contabilizou votos em todas as 68 juntas. Destaca-se, nesse

aspecto o município de Santiago, no qual Brizola não havia conseguido eleitores, mas em sua segunda candidatura ao legislativo estadual angariou 606 votos.

Em outros municípios, como é o caso de Palmeira das Missões, Irai, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Três Passos, seu eleitorado cresceu significativamente. Em Palmeira das Missões e Irai, que compunham a mesma junta eleitoral, o número de votos saltou de 20 para 1.692, contabilizados nessa soma os votos do município de Três Passos. De modo semelhante, em São Leopoldo e Novo Hamburgo, de 7 para 592.

Esse aumento de representatividade pode ser constatado também ao se analisar o desempenho de Brizola em Porto Alegre. Apesar do aumento no número total de votos, na ordem de cerca de 300%, saltando de 1.628 para 5.098, a representatividade do eleitorado da capital na sua votação caiu de 41,8% para 25,9%.

A cidade continuava, contudo, sendo uma das principais bases eleitorais de Brizola, juntamente com seu município natal, Carazinho, cuja votação, acrescida dos votos do município de Sarandi, perfazia um total de 3.265 votos, um aumento próximo da casa dos 700% no número de votos. No que diz respeito à participação no percentual do total dos sufrágios, entretanto, o aumento foi de 5,9%, saltando de 10,7% para 16,6% do eleitorado. Juntas estas duas regiões representaram, em 1950, 42,5% de seus eleitores.

Baseando-nos, novamente, no quadro apresentado por Héglio Trindade sobre a disposição das forças trabalhistas pelo Rio Grande do Sul, vemos que a votação de Brizola não se apresenta muito destoante da alcançada pelo PTB.<sup>170</sup>

Os municípios que proporcionaram o maior número de votos a Brizola eram das três regiões de domínio petebista, identificadas pelo autor. Palmeira das Missões, Irai e Três Passos, estão inseridos na fronteira oeste. Carazinho e Sarandi situam-se entre a fronteira oeste e as regiões mais centrais do Estado, das quais fazia parte o município de Santiago, município próximo a Santa Maria. Já nas proximidades da área metropolitana, temos, além dos votos dos municípios que a compunham, os do município de Taquara, próximo a Novo Hamburgo.

Podemos contatar, porém, uma perda considerável de votos nos municípios próximos à área metropolitana, mais ao norte de Novo Hamburgo, mas que compõem a região da Serra gaúcha, como é o caso de Caxias do Sul, Farroupilha, São Francisco de Paula, Vacaria e Antônio Prado.

---

<sup>170</sup> TRINDADE, Héglio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In. CARDOSO, Fernando Henrique & LAMOUNIER, Bolívar (coord.). Partidos políticos e eleições no Brasil. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 153-204.

Um dos fatores importantes para compreender essa ascensão eleitoral de Brizola reside também no fato de se tratar de uma eleição que conta, entre os indicados para a chapa majoritária do partido, com o nome de Getúlio Dornelles Vargas. Índícios a esse respeito podem ser auferidos a partir do aumento da votação de Leonel Brizola no município de São Borja, no qual ele não havia recebido votos em 1947, e em 1950, recebeu 261.

As eleições de 1950 representaram, portanto, a consolidação e o aumento da influência trabalhista sobre o estado, bem como a ascensão de Brizola aos quadros das lideranças do trabalhismo gaúcho.

Durante sua segunda atuação na Assembleia Legislativa, entretanto, Brizola, fez menos pronunciamentos do que havia realizado durante a primeira. O fato de representar o partido do Governo pode ter influenciado diretamente nesse aspecto. Enquanto oposição era importante marcar um posicionamento contrário e apresentar o contraponto, o modo diferente de fazer. Outro fator importante para entendermos essa diminuição no número de falas é o fato de a Primeira Legislatura constituir a estreia política de Brizola. Até o momento de sua eleição ele era desconhecido do eleitorado gaúcho e precisava “mostrar serviço”.

Por fim, essa foi uma legislatura curta para Brizola. Logo em 1953 ele se despediu da Assembleia Legislativa e Assumiu o cargo de Secretário de Obras Públicas. Durante sua atuação legislativa, ainda, Brizola decidiu candidatar-se ao cargo de prefeito de Porto Alegre. Seu envolvimento na campanha certamente influenciou no seu desempenho legislativo.

Apesar de pronunciar-se menos, Brizola não deixou de atuar politicamente. Graças à sua grandiosa votação, ele assumiu o cargo de líder da bancada trabalhista na Assembleia. É dessa posição, de líder do partido do governo, que são pronunciados seus discursos que podem ser divididos em duas fases: durante o ano de 1951, seus pronunciamentos abordam mais as questões referentes ao ambiente político do Estado e tinham um horizonte certo, as eleições municipais que se desenvolveram em novembro do mesmo ano. Após a perda das eleições, Brizola se envolveu mais diretamente nos problemas econômicos e sociais enfrentados pelo governo, tanto em âmbito nacional quanto no estadual. Nos dois momentos, sua atuação inscreveu-se no objetivo de defender as ações do governo dos ataques dos partidos de oposição.

Na primeira fase aqui identificada temos, por exemplo, um discurso no qual Brizola critica o uso abusivo de carros oficiais pelos parlamentares. Atribuiu esse uso indiscriminado

a uma estratégia dos partidos de oposição para desprestigiar o governo perante a opinião pública.<sup>171</sup>

Em agosto do mesmo ano, Brizola fez sua defesa mais ferrenha da plataforma e da ação petebista no plenário da Assembleia Legislativa. Nessa ocasião ele protagonizou o debate mais acalorado que já se desenvolveu no plenário e envolveu o representante e líder da bancada pessedista deputado Valter Peracchi Barcelos.

Segundo relatos do *Correio do Povo* de 15 de agosto de 1951, o debate se iniciou com denúncias dos partidos da oposição a supostos favorecimentos do governo estadual. Segundo os oposicionistas, o Governo estava se utilizando da máquina administrativa para fazer política em favor de seu partido, o PTB. No meio das críticas admoestava o líder do PSD:

O trabalhismo está falido. Ele iludiu as massas trabalhadoras do Rio Grande e há de, a 1º de novembro, receber, através das urnas, o pago da ilusão que trouxe ao povo de nossa terra.<sup>172</sup>

As críticas da oposição se faziam sentir em um ambiente de intensa movimentação social. O pronunciamento dos deputados de oposição acima referenciados, por exemplo, se deram em meio à greve dos trabalhadores do transporte do município de Rio Grande que, a exemplo de Porto Alegre e Santa Maria, teve sua autonomia cassada pela revisão da Lei de Segurança Nacional de 1947 e tinha, portanto, seu prefeito nomeado pelo Governador do Estado. O movimento grevista reclamava da intransigência do prefeito em negociar e atender às suas reivindicações.

Ainda segundo a reportagem do jornal gaúcho,

O deputado Leonel Brizola, após, comentou de sua tribuna os discursos dos deputados Valter Perachi Barcelos e Helio Carlomagno. A propósito, declarou que o partido trabalhista brasileiro está confiante no resultado das eleições municipais que se avizinham e que desafiava mesmo o líder pessedista a por em jogo os seus respectivos mandatos. Se o PTB não conseguir vencer em 50% dos municípios, ele, Leonel Brizola, renunciaria à Assembleia. Se, entretanto, isso acontecesse, o renunciante seria o líder pessedista.

Ainda no decorrer do debate, o deputado Leonel Brizola disse que o governo passado tinha usado todos os métodos possíveis para vencer as eleições e em resposta a um aparte do deputado Helio Carlomagno, declarou que S. Excia. Tinha se servido de duas camionetas adquiridas com dinheiro que lhe fora cedido pelo Sr. Ary Alcantara, superintendente da Cirei S. A., e mais 30.000 cruzeiros provindos da mesma fonte.<sup>173</sup>

---

<sup>171</sup> BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (coord.). Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. 626p. Série perfis parlamentares. p. 333-335.

<sup>172</sup> *Correio do Povo*. 15/08/1951, p.4. “Sério atrito entre os deputados Leonel Brizola e Valter P. Barcelos.” Biblioteca Nacional.

<sup>173</sup> Idem.

As acusações de Brizola são respondidas pelo líder do PSD através da leitura de uma reportagem divulgada no jornal “A tribuna da Imprensa”.

Os negócios do tenente Gregório. Compra camionetas Dodge em Porto Alegre e vende no Rio. Os guardas vão buscar os veículos com passagens aéreas requisitadas pelo Catete. O tenente Gregório explora o comércio clandestino de camionetas Dodge. Compra-as por 90.000 na firma Cirei S.A de Porto Alegre, e as vende por 125.000 ou 130.000 em média nesta Capital. Esse lucro é quase líquido porque: 1 – Não paga impostos nem taxas; 2 – Elementos da guarda pessoal vão buscar os veículos mediante pequenas vantagens; 3 – Na ida, viajam de avião, com passagens requisitadas pelo Palácio do Catete; 4 – Na volta, o Dr. João Goulart (mais conhecido como Jango) Secretário do Interior do Rio Grande do Sul fornece o combustível para as viagens dos automóveis.<sup>174</sup>

Os líderes dos maiores partidos trocaram apertes acalorados no plenário da Assembleia. A discussão avolumou-se e tomou proporções até então desconhecidas. Brizola solicitou que o líder da bancada do PSD se posicionasse ante as denúncias, questionando se ele as endossava ou não. O representante do partido de oposição tergiversou. Até que o debate quase chegou às “vias de fato”. Conforme noticiou o periódico,

Houve um momento dramático, quando, colocando a mão no revólver, o líder trabalhista disse: “Eu vou te meter uma bala na cabeça agora mesmo”. O Serviço de Segurança e outros parlamentares entraram rapidamente, conseguindo, a muito custo, afastar o líder trabalhista do plenário.<sup>175</sup>

Essa discussão é sintomática da tensão presente no ambiente político do Rio Grande do Sul. A oposição usava de expedientes para abalar a posição trabalhista ante a opinião pública. Os membros da situação se viam na difícil tarefa de defender o Governo ante o agravamento das condições socioeconômicas do Estado. O embate fazia sentido ainda, como podemos reter da leitura das fontes, ante o horizonte proporcionado pelas eleições municipais que se avizinhavam.

O pronunciamento mais emblemático de Brizola neste sentido, entretanto, aconteceu quando o líder trabalhista respondeu às críticas feitas pelo deputado Adail Moraes, do PSD.

No meio de sua fala, Brizola fez alusão, novamente, ao problema da autonomia dos municípios. Na legislatura anterior, Brizola havia sido um crítico veemente da perda de autonomia municipal, principalmente porque os principais alvos dessa medida foram municípios que se constituíam em importantes bases eleitorais do PTB, notadamente Santa Maria e Porto Alegre, esta última, sua principal base eleitoral.

---

<sup>174</sup> Idem.

<sup>175</sup> Idem.



No caso desse pronunciamento em específico, Brizola defendeu o Governo em uma suposta demora em escolher o representante do executivo do município de Santa Maria. Segundo crítica feita pelo deputado Adail Moraes, do PSD, o governo estaria se utilizando da faculdade de nomear o prefeito e outros demais cargos da municipalidade para favorecimentos políticos.

O SR. Leonel Brizola – (...) Em síntese, declarou o ilustre deputado Adail Moraes que Santa Maria estava entregue aos abutres da politicagem, que aquele brioso município poderia se comparar a um cadáver entregue aos lobos...<sup>176</sup>

Brizola confirma que o prefeito de Santa Maria ainda não foi escolhido, mas reitera que o partido está à procura de um nome que “represente toda a coletividade santa-mariense”. Em seu pronunciamento, porém, ele teceu duras críticas aos representantes pessedistas. Fazendo alusão à legislatura anterior, ele atribuiu o problema administrativo do município de Santa Maria à decisão “equivocada” de cassação de sua autonomia, medida apoiada pelo PSD em nível nacional.

Vamos perguntar a este Rio Grande, velho, tradicional e indomável, por que o valoroso município de Santa Maria está na situação em que se encontra, está vivendo conversações de tanta relevância, aproximadas do povo tanto quanto possível, para a escolha do seu prefeito? Por quê? Por um motivo, sr. Presidente. Porque o trabalho da politicagem impediu que o valoroso povo de Santa Maria o escolhesse livre e soberanamente nas urnas.<sup>177</sup>

E continuou,

As informações do Conselho de Segurança, órgão eminentemente político para o Congresso Nacional, dizendo que esses municípios não poderiam ter os seus prefeitos eleitos, essas informações estão estampadas à observação dos rio-grandenses, que elas decorrem essencialmente de interesses político-partidários. Nós combatemos sempre essa decisão e iremos para a prática nesse terreno, pleitearemos com todas as nossas forças e todas as nossas energias para que no Rio Grande não existam municípios privilegiados e municípios sem autonomia. Desejamos que esta mui leal e valorosa Porto Alegre tenha o direito, que lhe garante a Constituição, de eleger o seu prefeito. Desejamos que ela vá para esse terreno limpo, claro e justo da luta eleitoral para que, democraticamente, proporcione ao povo, nas urnas livres e soberanas, a decisão de colocar nos postos de governo os titulares de sua confiança.<sup>178</sup>

O pronunciamento cumpre importante papel de legitimar a ação do partido perante a opinião pública, visando o pleito municipal de novembro de 1951. Como destacou Brizola, ainda no mesmo discurso:

---

<sup>176</sup> BRAGA, Kenny. [et. Al.]. op. Cit., p. 381.

<sup>177</sup> Idem, p. 382.

<sup>178</sup> Idem, p. 383.

(...) Eu não nego, e proclamamos em alto e bom som que nós fomos derrotados nas eleições municipais. A causa da nossa derrota está no coração e na consciência dos rio-grandenses. Eles souberam julgar a nossa conduta, e o povo nunca erra. Nós marcharemos para outras eleições municipais e haveremos de nos apresentar perante o povo com as correções que as nossas imperfeições permitirem para disputar as preferências do nosso eleitorado.<sup>179</sup>

É neste sentido ainda que podemos entender a referência ao comunismo, apesar de o registro do Partido Comunista do Brasil ter sido cassado em 1947.

O SR. LEONEL BRIZOLA- Estou informado que o Poder Executivo prepara um projeto de lei, para encaminhar ao Congresso, pleiteando a modificação da lei que cassou a autonomia de muitos municípios. O grande motivo, sr. Presidente, fora do Rio Grande, porque no Rio Grande era contra o PTB, foi impedir que o Partido Comunista elegeisse alguns prefeitos no Brasil. Quero declarar a esta Assembleia e ao Rio Grande do Sul que o meu partido, que congrega a grande massa dos trabalhadores urbanos, está preparado para enfrentar voto a voto o Partido Comunista

Nós já reestruturamos a nossa organização, tanto em Santos como em Recife, redutos do Partido Comunista, para enfrentá-los, nas urnas, e derrotá-lo nas próximas eleições municipais.

O SR. LIMA BECK – Mas o Partido Comunista não pode comparecer às eleições.

O SR. LEONEL BRIZOLA – V. Excia sabe que eles têm tabela.<sup>180</sup>

Para Brizola, portanto, a perda de autonomia por parte de alguns municípios foi feita objetivando a contenção das atividades comunistas no país. Fato que não seria mais necessário dado que o PTB estaria em condições de impor-lhes séria derrota.

Estes elementos, expectativa das eleições municipais, autonomia dos municípios e rivalidade com os comunistas, são importantes para a compreensão, também, de outro movimento no qual Brizola se envolveu no primeiro ano da segunda legislatura: a greve dos ferroviários de maio de 1951.

Como destacou André Vinícius Mossate Jobim<sup>181</sup>, esse movimento evidenciou a condução de uma relação ambígua entre políticos trabalhistas e as classes trabalhadoras. Segundo seus relatos, os ferroviários de Santa Maria entraram em greve no dia 15 de maio. Jango, à época Secretário do Interior, tecia negociações com os grevistas e garantia o atendimento por parte do governo de suas justas reivindicações. Eram elas: o pagamento de um abono salarial, a incorporação de 300 cruzeiros, a não perseguição aos grevistas e o pagamento dos dias de greve.

---

<sup>179</sup> Idem, p. 384.

<sup>180</sup> Idem, p. 383-384.

<sup>181</sup> JOBIM, André Vinícius Mossate. Os ferroviários e o trabalhismo: as greves dos anos cinquenta em Santa Maria (1951, 1952 e 1954). Trabalho apresentado como exigência para o Exame de Qualificação de Mestrado no Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do prof. Dr. Benito Bisso Schmidt. Porto Alegre, 2012.

O pagamento do abono foi rapidamente aprovado no plenário da Assembleia. O ponto de discordância entre o Governo e os trabalhadores se deu na efetivação dos 300 cruzeiros de aumento no salário. A greve perdurou. Foi designada uma comissão de parlamentares petebistas composta por: Leonel Brizola, Adílio Martins Viana e Vilson Vargas da Silveira.

Quando chegou a Santa Maria, Brizola proferiu um discurso defendendo o direito de greve e solicitando que as manifestações permanecessem em ordem. A comissão travou diálogo com os paredistas informando da impossibilidade do Governo de arcar com os custos do aumento por eles requerido. Nenhum acordo foi estabelecido, apesar de os outros três pontos de pauta da greve terem sido acatados pelos trabalhistas.

A comissão parlamentar voltou a Porto Alegre. Brizola declarou ter retornado com a sensação de dever cumprido, pois fez o que estava ao seu alcance naquele momento.

Do plenário da Assembleia, porém, atribuiu a urdidura do movimento grevista ao deputado José Marques da Rocha, do PSD. Wilson Vargas da Silveira, companheiro de Brizola da Ala Moça, culpou um representante da própria base do governo, o deputado Croacy de Oliveira.

As divergências encontradas entre os trabalhistas, também existiam no seio dos ferroviários. Defendendo a persistência da greve, um grupo de trabalhadores, ao que tudo indica liderado por militantes comunistas, decidiu invadir uma repartição para retirar de lá os funcionários que continuaram as suas atividades, em sua maioria, aliados dos trabalhistas.

A polícia foi acionada. Travaram-se intensos conflitos entre as forças policíacas e os trabalhadores. A greve terminou. As tensões entre os operários e entre operários e representações políticas, contudo, continuaram. As perseguições aos trabalhadores que se envolveram na greve se efetivaram, contrariando o que fora acordado anteriormente.

Esse episódio é revelador de posicionamentos importantes. Do lado dos trabalhistas, uma postura de diálogo com os trabalhadores, atendendo às reivindicações dentro de determinados limites e atentando para a colaboração com o Governo, mas não se furtando do uso da repressão.

Os trabalhadores, por sua vez, se apropriavam dos espaços políticos recém-abertos à sua participação e procuravam ampliar a efetivação de medidas que favorecessem a categoria.

Como destaca Jobim,

A eleição de ferroviários e simpatizantes da categoria foi fundamental para a ocupação de espaços políticos e para a expansão da luta em prol dos interesses desses trabalhadores. A presença de simpatizantes da categoria como Croacy de Oliveira (PTB) e Cândido Norberto (PSB) na Assembleia Legislativa, assim como a

eleição de defensores dos ferroviários para a Legislatura Municipal (1951/1955) em Santa Maria (...) expressaram essa ampliação do escopo de atuação política da categoria.<sup>182</sup>

A postura de diálogo com os trabalhadores, demonstrada pelos representantes do PTB, lhe renderia grandes frutos políticos e também aos trabalhadores que veriam seus canais de negociação ampliados com a vitória dos trabalhistas. Vitória que não se efetivou na capital do Estado, Porto Alegre, por razões que passaremos a apresentar adiante.

### **2.3 - As eleições para a Prefeitura de Porto Alegre**

Seu bom desempenho na campanha para a Assembleia Legislativa foi um fator importante para a sua indicação como candidato à prefeitura da capital gaúcha. Para entendermos a complexidade desse processo, bem como seus resultados, devemos estar atentos, entretanto, a outros fatores.

O Partido Trabalhista Brasileiro vinha de um processo de intensificação de seus conflitos internos. Os sindicalistas perderam espaço no partido, como consequência da reestruturação levada a cabo pelo “Movimento pró-observância dos estatutos do PTB”. Intimamente associado aos programáticos, esse movimento angariou para seus proponentes a antipatia dos sindicalistas que, perdendo espaço no partido, fundariam uma dissidência.

A partir de então, as maiores disputas desenvolveram-se entre os programáticos e os pragmáticos. Um dos pontos de discordância de Pasqualini, às vésperas da eleição de 1950 dizia respeito à investidura dos cargos das Executivas Nacional e Estadual.

Para solucionar essa crise, Pasqualini foi indicado ao Senado. Jango e Danton Coelho assumiram suas respectivas presidências e, após as eleições, ambos ocuparam cargos nos respectivos governos eleitos. Coelho ocupou o Ministério do Trabalho e Goulart, a Secretaria do Interior e Justiça.

O PTB em sua seção gaúcha passou a ser controlado, portanto, por Jango, figura política intimamente sintonizada com os ideais políticos de Getúlio Vargas. O desempenho das funções de Secretário do Governo em uma pasta tão importante como a do Interior, facilitaram o trabalho de João Goulart no fortalecimento e controle dos diretórios do PTB no interior do Estado. Simultaneamente, eram indicadas como lideranças trabalhistas Manoel Vargas e Leonel Brizola.<sup>183</sup>

---

<sup>182</sup> JOBIM, op. Cit. p. 42.

<sup>183</sup> Durante o ano de 1951, são veiculadas diversas notícias de convenções municipais presididas por Jango para a escolha dos candidatos a prefeito. *Correio do Povo*, 22/08/1951, p. 10. “Candidato a prefeito em São Luiz Gonzaga”. Biblioteca Nacional. Regressará hoje do interior do Estado o Sr. João Goulart presidente do PTB e

Nesse período, Brizola era presidente do Diretório Metropolitano do PTB, organismo criado, ainda em 1951, para substituir o Diretório Municipal de Porto Alegre, então sob a liderança de José Vecchio. Esse processo, porém, não se deu de forma consentida pelos petebistas que foram “depostos” de seus cargos.

Como destaca Alexandre Fortes,

O poder dos sindicalistas dentro do PTB gaúcho, entretanto, estaria prestes a ser solapado por “intelectuais oriundos da USB e ativistas da ala moça, como [Leone] Brizola e [Fernando] Ferrari”. Após participar do lançamento da candidatura presidencial de Vargas em São Borja, Vecchio, chegando a Porto Alegre, descobriu que Brizola, Wilson Vargas e Dinarte Dornelles haviam destituído o comitê municipal, controlado pelo *grupo operário*, o que os levou à criação do PTB – Movimento Independente.<sup>184</sup>

O processo de “substituição” das lideranças municipais do PTB interferiu diretamente na escolha dos candidatos trabalhistas e no resultado do pleito. Aos trinta dias do mês de agosto de 1951 o *Correio do Povo* noticiava:

Há alguns meses a comissão Executiva do PTB pediu o cancelamento do antigo Diretório Municipal, que, a despeito disto continuou em atividade, tendo recorrido daquele ato da direção estadual. Para substituir aquele órgão foi organizado, sob os auspícios da Comissão executiva Estadual o Diretório Metropolitano. A decisão de ontem está fada a ter grande repercussão nos meios políticos locais, pois criou um problema novo para as hostes trabalhistas: o processo de escolha dos candidatos a vereadores nesta capital, que terá de ser feita pelo Diretório Estadual ou pelo antigo Diretório Municipal, cuja extinção ainda está pendendo de decisão do Superior Tribunal Eleitoral sobre o recurso contra a alteração dos estatutos do PTB.<sup>185</sup>

O processo de indicação dos candidatos a vereador pelo PTB de Porto Alegre, como mostrou a reportagem, foi bastante tumultuado. A cidade contava com duas instâncias representativas do Partido Trabalhista. Uma que era reconhecida pelo Partido, mas teve seu registro negado pelo TRE; a outra, cujo pedido de suspensão ainda iria ser julgado pelo Tribunal Eleitoral, não contava com o apoio das lideranças trabalhistas.

Essa “manobra” interna foi o estopim para a formação da dissidência do partido conhecida como Partido Trabalhista Brasileiro - Movimento Independente, sob a liderança de José Vecchio.

---

Secretário do Interior. Em São Luiz Gonzaga o líder trabalhista presidiu o Convenção Municipal que indicou o nome do Dr. Mário Vieira Marques como candidato a prefeito daquele município. *Correio do Povo*, 22/08/1951, p. 10. “Homenagem aos líderes do PTB”. Biblioteca Nacional. Terá lugar hoje, no diretório Sertório do PTB, uma homenagem dos trabalhistas do quarto distrito aos Srs. João Goulart, Manoel Vargas e Leonel Brizola, que comparecerão pessoalmente à festividade.

<sup>184</sup> FORTES, Alexandre. *Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul, RS: Educs; Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 355.

<sup>185</sup> *Correio do Povo*, 30/08/1951, p. 12. “Negado pelo TER o registro do diretório Metropolitano”. Biblioteca Nacional.

Note-se que não se fazia menção, ainda, às indicações para prefeito. Nesse período, a cidade ainda sofria as consequências da reformulação da Lei de Segurança Nacional e não dispunha de pleito para investidura nesse cargo. Existia, entretanto, uma forte esperança de que as eleições se realizassem. Neste caso, o candidato trabalhista seria Leonel Brizola.

Convocada pela Comissão Executiva Estadual, reuniu-se ontem a Convenção Municipal do PTB (...). Credenciado pela direção estadual, presidiu o conclave o deputado Leonel Brizola. (...) Durante a Convenção, o nome do deputado Leonel Brizola foi aclamado como candidato do Partido a prefeito de Porto Alegre, no caso em que seja restituída a autonomia municipal.<sup>186</sup>

A presidência da Convenção Municipal ficou a cargo de Brizola como representante da Executiva Estadual do partido, presidida por Jango. Era a primeira vez que se tornava pública a indicação do líder do PTB na Assembleia para concorrer ao cargo de prefeito.

Do lado dos trabalhistas independentes, as articulações desenvolveram-se com o objetivo de estabelecer acordos com outros partidos que abrigassem seus candidatos a vereador e acabaram concorrendo pela legenda do Partido Republicano.<sup>187</sup>

No dia 30 de setembro, a autonomia dos municípios foi reestabelecida e começaram as movimentações partidárias para a indicação de seus respectivos candidatos. No PTB, o nome de Leonel Brizola foi referendado em Convenção realizada no dia cinco de outubro.

Nos setores trabalhistas, já se tinha também como certa a candidatura que deveria ser escolhida à noite. Todas as probabilidades convergiram em torno do nome do deputado Leonel Brizola, presidente do Diretório Metropolitano e líder da bancada do PTB na Assembleia Legislativa. (...) De acordo com os Estatutos, a reunião tomou o caráter de assembleia geral.

Passou-se, a seguir, à escolha do candidato a prefeito, vigorando, de acordo com os estatutos do partido, o princípio de que todos os trabalhistas presentes poderiam votar. Foi feita, então, a chamada dos presentes, votando 251 partidários. Apurado o resultado constatou-se que o sr. Leonel Brizola 235 votos, sendo, assim, eleito candidato do PTB ao cargo de prefeito desta capital. Foram ainda votados os senhores José Diogo Brochado da Rocha e Manoel Vargas, respectivamente com 12 e 4 votos.<sup>188</sup>

A escolha de Brizola contou com o aval do líder máximo do trabalhismo. Em telegrama enviado a Jango posicionou-se Vargas:

(...) recebi com grande prazer a tua comunicação relativa à realização da Assembleia Geral do Partido Trabalhista Brasileiro, tomando conhecimento, com particular

---

<sup>186</sup> *Correio do Povo*, 02/09/1951, p. 32. “Escolhidos ontem os candidatos do PTB às eleições de Porto Alegre. Biblioteca Nacional.

<sup>187</sup> *Correio do Povo*, 19/09/1951, p.4. “Os dissidentes trabalhistas fizeram acordo com o PR”. Biblioteca Nacional.

<sup>188</sup> *Correio do Povo*, 05/10/1951, p.4. “A convenção do PTB”. Biblioteca Nacional.

satisfação, da acertada escolha do nome do nosso digno correligionário Sr. Leonel Brizola, para candidato a prefeito municipal de Porto Alegre.<sup>189</sup>

Do lado oposicionista, formou-se a “Frente democrática”, composta pelo PSD, pela UDN e pelo PL. A união oposicionista havia sido ensaiada nas eleições estaduais de 1950. As alianças partidárias nacionais, contudo, haviam obstaculizado o entendimento entre os partidos. Ausentes essas condições, o acordo foi selado e a escolha recaiu no ex-prefeito de Porto Alegre, Ildo Meneghetti.

O candidato udenista contou ainda com o apoio dos trabalhistas independentes que, malfadadas as suas tentativas de acordo com a direção trabalhista, decidiram congregiar esforços no lado opositor.

Os trabalhistas independentes haviam tentado antes um acordo com a direção estadual do PTB: eles apoiariam a candidatura Brizola se o antigo diretório Municipal fosse reestabelecido. Diante da negativa de Jango, Vecchio decide apoiar a candidatura Meneghetti.<sup>190</sup>

Cerram fileiras do lado petebista o PSP, repetindo posicionamento das eleições de 1950 e, curiosamente, o PRP. A aliança com o Partido de Representação Popular foi muito criticada por diversos setores do PTB, mas principalmente pelos programáticos, por conta da distância ideológica entre os dois partidos.

Quanto aos comunistas, seguindo a orientação de enfrentamentos, eles publicaram um manifesto no qual analisavam os principais concorrentes à prefeitura de Porto Alegre:

Quanto aos candidatos a prefeito existem dois – MENEGETTI e BRIZOLA – que em nada se diferenciam a não ser pelas palavras e no modo de prometer; todos dos homens das classes dominantes, que se esforçam em ser no município o mais graduado serviçal do imperialismo.(...)

MENEGETTI, o velho demolidor de malocas, que recebendo ordens da polícia perseguia e despedia operários servidores da prefeitura, pensa hoje que o povo esqueceu disso e que não sabe também que já declarou ele pretender aumentar o preço das passagens de bonde. BRIZOLA, o velho fura-greve dos trabalhadores do Carris e da ferrovia, pretende enganar o povo com música e retratos coloridos, gastando dinheiro a rodo em festas, o que representará mais miséria para o povo no futuro, pois vai buscar fundas para sua campanha nos lucros enormes que auferem os tubarões com o aumento crescente do custo de vida.<sup>191</sup>

A rivalidade com os trabalhistas na arregimentação dos trabalhadores, o fechamento do partido por ação não só, mas principalmente, dos setores de oposição, e o crescente

<sup>189</sup> *Diário da Noite*, 15/10/1951, p. 3. “Getúlio interfere nas eleições gaúchas”. Biblioteca Nacional.

<sup>190</sup> Cf. *Correio do Povo*, 17/10/1951, p.12. “Posição do Movimento Independente”. e *Correio do Povo*, 20/10/1951, p.8. “PTB recusa as condições dos trabalhistas independentes”. Biblioteca Nacional.

<sup>191</sup> Aperi, Fundo Estados. Pasta 19E. Boletim nº 46, Porto Alegre, outubro de 1951. Fls. 31-37.

aumento no custo de vida, forneceram os motivos para essa postura dos comunistas que orientavam a seus militantes:

Por isso, a única posição consequente que o povo e o proletariado de Porto Alegre deve adotar, é da mais completa repulsa por essas candidaturas, VOTANDO EM BRANCO para prefeito e vice-prefeito da capital, mostrando seu repúdio a essa farsa que de antemão já sabemos os seus resultados: será eleito um reacionário, defensor dos latifundiários, da grande burguesia e dos patrões imperialistas, e todos eles mendigando o apoio da velha raposa do Catete.<sup>192</sup>

O pleito transcorreu de forma tranquila. Leonel Brizola perdeu a eleição por uma margem apertadíssima de votos, apenas 1.062 votos de diferença. Ao total ele recebeu 40.877 votos, enquanto Meneghetti contabilizou 41.939 votos.<sup>193</sup>

A votação foi dividida em seis zonas eleitorais. Meneghetti venceu na primeira e na segunda. Brizola venceu nas demais, inclusive no principal reduto operário da capital, os bairros de São João e Navegantes, representados na terceira zona eleitoral. A diferença a favor do candidato udenista, conquistada nas duas primeiras zonas eleitorais que englobam os bairros: Centro, Cidade Baixa, Moinhos de Vento Rio Branco e Santana, foi suficiente para suplantar a vitória de Brizola nas demais regiões da cidade.<sup>194</sup>

Sobre os números eleitorais, é interessante frisar ainda que foram computados 2.848 votos em branco e 1.007 votos nulos. O maior número de votos em branco por zona eleitoral ocorreu nas duas primeiras com 713 e 594 respectivamente. Em números absolutos, entretanto, o maior índice de votos em branco se deu no somatório das zonas cujos resultados eleitorais foram favoráveis a Brizola.

Mesmo que não se tenham meios de afirmar que todos os votos em branco fizessem parte do atendimento ao chamado dos comunistas, o alto número de votos brancos e nulos pesou decisivamente na derrota de Brizola. Sobre esse aspecto é interessante ressaltar ainda que a vitória do candidato trabalhista nos bairros operários aconteceu em meio a um alto índice de abstenções, na ordem de 37%, e superior ao índice auferido em toda a cidade de Porto Alegre.<sup>195</sup>

Ainda auscultando os motivos para a derrota de Brizola, temos como fatores comumente indicados a aliança heterodoxa com o PRP e a dissidência trabalhista de José Vecchio, que decidiu apoiar o candidato da Frente Democrática.

---

<sup>192</sup> Aperj. Fundo Estados. Pasta 19E. Boletim nº 46, Porto Alegre, outubro de 1951. Fls. 31-37.

<sup>193</sup> *Correio do Povo*, 11/11/1951, p. 32. "Resultados oficiais do pleito de 1º de novembro". Biblioteca Nacional.

<sup>194</sup> *Correio do Povo*, 04/11/1951, p. 32. "A votação nas seis zonas de Porto Alegre". Biblioteca Nacional.

<sup>195</sup> *Correio do Povo*, 02/11/1951, p. 10. "Em São João Navegantes e Passo de Areia a abstenção foi de 37%". Biblioteca Nacional.



As movimentações dentro do PTB necessitam de um olhar mais atento. Atribuindo-se um protagonismo na derrota imposta a Brizola, o líder do Movimento Independente do PTB chegou a afirmar:

Não admito essa coisa de superioridade! Nunca admiti, tanto que fiz uma dissidência. Vocês vão saber que derrotei o Brizola aqui em Porto Alegre. Ah, comigo não se brinca! Nunca se brincou!<sup>196</sup>

Dias depois das eleições, entretanto, emergiu nova crise no PTB gaúcho. Desta vez, tinha a ver com a repercussão dos resultados eleitorais na capital. As lideranças estaduais do partido, Jango e Brizola, acusaram José Diogo Brochado da Rocha de ter sido o principal responsável pela derrota trabalhista.<sup>197</sup>

Segundo as denúncias, Brochado da Rocha não teria colaborado para a eleição de Brizola e teria se dirigido para o interior do Estado. O ex-líder da bancada na Assembleia teria feito, ainda, campanha para Menegehetti, transformando sua casa em um comitê.

Brochado negou as acusações afirmando que foram os próprios líderes que recusaram sua ajuda dizendo que a situação na capital estava controlada e o enviaram para fortalecer a campanha nos municípios do interior. Atribuiu ainda a derrota trabalhista em Porto Alegre ao tipo de campanha desenvolvida por Brizola, reforçando crítica já feita pelos comunistas. Jango negou ter dado essas orientações a Brochado da Rocha.

As acusações dirigiram-se também a Dinarte Dornelles, presidente nacional do Partido em substituição a Danton Coelho. Segundo Jango e Brizola, ele não teria intervindo rapidamente para evitar a ação oposicionista de Brochado da Rocha.<sup>198</sup>

Não subestimando a capacidade de arregimentação de votos de José Vecchio, acreditamos, porém, que a derrota de Brizola não pode ser atribuída somente à ação de sua dissidência. Os indícios confluem para um processo de disputa política mais ampla que envolveu o cálculo das forças políticas do município e os conflitos internos do PTB, não só com a Ala Sindical, cujo apoio havia sido dispensado por Jango e Brizola, mas também com outras importantes lideranças, como José Diogo Brochado da Rocha, que viam seu espaço sendo diminuído em função da atuação das jovens lideranças que contavam com o apoio de Getúlio Vargas.

---

<sup>196</sup> José Vecchio. Depoimento. CPDOC, FGV. p. 50.

<sup>197</sup> *Correio do Povo*, 25/11/1951, p.36. “O Sr. José Diogo e o pleito de novembro: Irrompe grave crise no partido trabalhista”. Biblioteca Nacional.

<sup>198</sup> *Diário Carioca*, 10/11/1951, p.3. “Culpado Dinarte Dornelles Crise no Trabalhismo Mineiro”. Biblioteca Nacional.

## 2.4 – O Retorno à Assembleia

Reempossado em suas funções Legislativas, teve início a segunda fase da atuação de Brizola. Logo no mês de dezembro, Brizola teve um projeto aprovado que previu o aumento de 3% no imposto sobre os artigos considerados de luxo.<sup>199</sup> Essa medida apresentava semelhanças com a orientação do “*capitalismo solidarista*” de Alberto Pasqualini. Entre as medidas defendidas por esse intelectual para uma redistribuição mais justa da riqueza socialmente produtiva, estava o aumento nos impostos pagos pelas classes mais favorecidas.<sup>200</sup>

Além de líder do PTB na Assembleia, Leonel Brizola presidiu, durante essa legislatura, a Comissão de Finanças e Orçamento. Foi no desempenho dessa função que ele sofreu duras críticas por parte do Deputado Mem de Sá que o acusou de procrastinar a votação de uma importante matéria. Essa demora gerou uma crítica do então Secretário de Agricultura, Manuel Vargas, ao Legislativo gaúcho, endereçadas, segundo as acusações do representante do Partido Libertador, ao líder da bancada trabalhista.

Eu recebo a crítica na parte que toca à bancada trabalhista, do sr. Secretário da Agricultura, tanto é que, em declarações à imprensa, tive oportunidade de dizer que a crítica também era a mim dirigida. Agora, vamos examinar se tem procedência ou não. Mas o direito que tem S. Excia. à crítica, inclusive de condenar e verberar contra atos e procedimentos da Assembleia, é indiscutível, é uma franquia, mesmo, do regime democrático. Nós de que devemos ser criticados constantemente, criticados a fim de que possamos orientar os nossos atos e as nossas decisões de acordo com o melhor interesse do povo do Rio Grande do Sul. Sem entrar no mérito da crítica do sr. Secretário da Agricultura, continuo dizendo que ele tem o direito de criticar qualquer decisão da Assembleia. Se foi justo ou não, nós o iremos demonstrar à opinião pública, e a opinião pública é quem nos julga, em última análise. Nós daqui mesmo temos criticado o Congresso Nacional por decisões tomadas, e até considerando certas decisões do Congresso Nacional como antidemocráticas, como foi aquele caso da cassação da autonomia a vários municípios rio-grandenses.<sup>201</sup>

Em sua resposta, Brizola fez menção à naturalidade de críticas como essas em um regime democrático. Na lógica da oposição, seria interessante mostrar as fraturas do partido que ocupava o governo sinalizando um desentendimento entre duas de suas lideranças.

Mais importante do que a retórica “acusacionista”, própria do legislativo, é o assunto gerador da crítica. Trata-se de projeto que estabeleceu a Companhia Rio-Grandense Reguladora do Comércio, conhecida pela sigla Campal S.A. Empresa de economia mista, com predominância do Estado na subscrição de Capital – dos cinquenta milhões de cruzeiros

<sup>199</sup> *A Manhã*, 01/12/1951. p. 7.

<sup>200</sup> PASQUALINI, Alberto. Bases e sugestões para uma política social. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

<sup>201</sup> BRAGA, Kenny; [et. Al.], op. Cit. p. 463.

necessários o Estado arcaria com vinte e seis, o restante seria angariado por meio da venda de ações. O projeto era semelhante ao enviado por Getúlio Vargas ao congresso para a criação da Petrobrás.

O objetivo para a criação dessa companhia era abastecer o estado com mercadorias baratas, sobretudo de gêneros de primeira necessidade, e incentivar a produção do Estado através da venda de maquinário industrial e agrícola, combatendo, assim, a alta do custo de vida.<sup>202</sup>

A estratégia de atuação da Companhia era simples:

A empresa, em via de organização, tem como finalidade específica regulamentar a distribuição dos bens de consumo, concentrando grandes quantidades de mercadorias em determinados pontos das cidades gaúchas, que serão distribuídas ao consumidor com a menor margem de lucro possível e pelos preços mais acessíveis à sua bolsa. Por outro lado, ter-se-á em mira o incremento da produção, através da fixação de preços justos e certos ao produtor, sem possibilidade de qualquer oscilação que lhes traga, em consequência, o desequilíbrio econômico. Ao mesmo tempo, deverá ser proporcionada aos agricultores, toda a assistência técnica e financeira que se fizer necessária.<sup>203</sup>

Apesar dos louros iniciais conquistados pela proposta governista, não tardaram para surgir acusações de enriquecimento ilícito das principais lideranças trabalhistas por participarem como acionistas da Campal S.A.

Em janeiro de 1953, denunciava o periódico “Imprensa Popular”:

A pretexto de combater a carestia de vida, o governo do Sr. Ernesto Dornelles propicia rendosos negócios aos tubarões da CAMPAL, que têm à frente o Sr. Maneco Vargas – João Neves, Jango Goulart, Brizola, J. Renner e outros negociastas sócios da arapuca – Um empréstimo superior ao capital global.<sup>204</sup>

Essa notícia é bastante sintomática do contexto de forte efervescência social ocasionado pela alta do custo de vida. Ela contém uma forte acusação às lideranças trabalhistas que, a título de ajudar o povo, acabava explorando-o ainda mais.

Meses antes da criação da Companhia Reguladora de Comércio, irrompeu no Estado um forte movimento grevista levado a cabo pelos ferroviários de Santa Maria. Simultaneamente, a carne teve seus preços majorados.

A situação agravou-se a tal ponto que, foram pensadas iniciativas no sentido de angariar a colaboração dos setores oposicionistas ao Governo. Medida que logo foi descartada

---

<sup>202</sup> *Diário Carioca*, 14/08/1952. p. 2 “Sustar o aumento do custo de vida” & *Diário de Notícias*, 26/09/1952. p. 9. “Incorporada pelo governo do Rio G. do Sul uma sociedade por ações”. Biblioteca Nacional.

<sup>203</sup> *Correio da Manhã*, 24/09/1952. p. 4 “Visando à eliminação dos intermediários. Plano para regulamentação da distribuição de gêneros alimentícios ao consumidor a preços acessíveis”.

<sup>204</sup> *Imprensa popular*, 04/01/1953. p. 4. “Quadrilha de negociastas!”. Biblioteca Nacional.

pelos trabalhistas, pois, segundo Brizola, que havia iniciado as negociações neste sentido, representaria uma constatação de sua derrota e de sua incapacidade administrativa.

Sobre o problema da carne, ainda durante os meses finais do ano de 1951, o Rio Grande do Sul sofreu com um problema no seu abastecimento. O próprio Brizola denunciaria a ação dos frigoríficos que dispunham de 650 toneladas do produto prontas para serem exportadas para Israel, enquanto o próprio Estado passava por uma situação de desabastecimento.<sup>205</sup>

A motivação para a política desempenhada pelos frigoríficos e comerciantes de carne era o corte nos subsídios dados pelo Estado e que mantinham os preços acessíveis.<sup>206</sup> A resposta do Governo ao aumento dos preços veio com a criação da CAMPAL, com clara inspiração na Comissão Federal de Abastecimento e Preços (COFAP).

Essa situação evidenciava, mais uma vez, os limites do modelo de desenvolvimento econômico hegemônico até aquele momento no Estado, o de uma economia essencialmente voltada para a produção de gêneros primários e voltados para a exportação, em detrimento do fortalecimento do mercado interno.

Era preciso industrializar o Rio Grande. A companhia de abastecimento constituía um ganho nesse sentido. Garantiria a fluidez do mercado através do controle no abastecimento de alimentos e incentivaria a produção por meio da importação de maquinário. O problema da energia, entretanto, continuava a assolar o estado. Além de investir e normalizar o acesso à energia elétrica, era crucial para o desenvolvimento autônomo do país o controle sobre a exploração do petróleo.

Como vimos ainda neste capítulo, a campanha pela nacionalização do petróleo ganhou as ruas e os debates de todo o país. Funcionava como um grande elemento aglutinador.

Em dezembro de 1951, Getúlio Vargas enviou projeto ao congresso defendendo a criação da Petrobrás S.A. segundo seu projeto, esta seria uma empresa de capital misto, com controle acionário do Estado. Outros setores sociais, entretanto, defendiam o monopólio do Estado nessa matéria.

Foi esse o tom da discussão na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Brizola defendeu o projeto encaminhado por Vargas quando respondeu a um requerimento de autoria do deputado Cândido Norberto, exigindo monopólio absoluto do petróleo pelo Estado.

---

<sup>205</sup> *Correio do Povo*, 25/09/1951, p.18. “650.000 quilos de carne prontos para serem exportados”. Biblioteca Nacional.

<sup>206</sup> JOBIM, op. Cit.,p. 47.

Constitui um imperativo da nossa independência econômica e da nossa soberania política o controle sobre todas as coisas referentes ao comércio e à exploração do petróleo. (...) Foi seguindo esta orientação, interpretando a realidade nacional, com espírito prático e com vontade férrea de realizar, que o Presidente Getúlio Vargas formulou ao Congresso Nacional o projeto que o debate denominou “projeto Petrobrás”, um projeto de lei contendo uma autorização e as necessárias determinações sobre o assunto; autorização para o Poder Executivo, para o governo federal, incorporar uma sociedade anônima onde o Estado ficaria, obrigatoriamente, com a maioria das ações e, por conseguinte, com controle absoluto sobre a empresa. Não há, por conseguinte, desejo caracterizar, incoerência por parte do Dr. Getúlio Vargas que está perfeitamente dentro da orientação que se traçou. E, se não foi uma solução de estatização absoluta, foi porque a realidade nacional não o permitiu. (...) De fato, se a Petrobrás possuirá o monopólio da exploração petrolífera no Brasil, e, sendo a Petrobrás controlada pelo governo, tendo até o Sr. Presidente da República poder de veto sobre as resoluções da Companhia, é, por conseguinte, do Estado, indiretamente, o monopólio do petróleo no Brasil.<sup>207</sup>

Brizola fez um esforço no sentido de tentar convencer os parlamentares de que a proposta varguista atendia ao chamado popular de controle, por parte do Estado, sobre esse importante mineral. Defendeu ainda que esse era sim, uma medida que estava consoante aos pronunciamentos nacionalistas que o ex-ditador fizera em sua campanha eleitoral.

Na mente dos defensores do monopólio estatal, entretanto, mesmo que as demais ações ainda ficassem restritas ao capital nacional, nada impediria que empresas de fachada que representassem o capital estrangeiro, participassem da composição da empresa.<sup>208</sup>

A campanha do petróleo tomou as ruas. Muito de sua difusão deveu-se à atuação dos comunistas que, impedidos de participar oficialmente da democracia brasileira, encontraram outros meios para tanto. A razão do sucesso residiu na associação entre o controle estatal do petróleo e a defesa da soberania nacional.

Se a excessiva preocupação com o resguardo da soberania nacional era a pedra de toque da tese monopolista estatal de exploração do petróleo, pode-se dizer que a Campanha utilizou-se para isso de uma prerrogativa essencialmente pedagógica para atingir os fins desejados. O caráter pedagógico da Campanha do Petróleo era um esforço constante por situar o debate do petróleo em torno do tema da soberania nacional.<sup>209</sup>

As discussões acerca do projeto varguista se estenderam pelos anos de 1952 e 1953. O resultado final foi a vitória da tese do monopólio estatal. A surpresa, entretanto, veio com a maneira como o processo se deu. Em junho de 1952, a UDN, tradicional partido de oposição a Vargas e defensor de uma política essencialmente liberal, apresentou um substitutivo que,

---

<sup>207</sup> BRAGA, Kenny. [et. Al.]. op. Cit., p. 472-473.

<sup>208</sup> SILVA, Angelissa Azevedo. A campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In. FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964). Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 326.

<sup>209</sup> Idem, p. 328.

contrariando os projetos do Governo, advogava o controle *da união em todas as etapas do processo de industrialização do petróleo – exploração, produção, refino e transporte.*<sup>210</sup>

Os motivos para essa mudança de orientação partidária seriam impedir a aproximação entre setores nacionalistas do PSD e do PTB, provocando um racha na base governista e desestabilizando, ainda mais, o ambiente político situacionista.

Os udenistas souberam traduzir os anseios populares alcançados com a Campanha e utilizaram isso a seu favor. Esse foi, sem dúvida, um aprendizado marcante para as lideranças trabalhistas. Como salientou Lucília Delgado,

O próprio PTB só veio a incorporar, de forma definitiva e prioritária, o nacionalismo como bandeira do partido, durante a campanha da Petrobrás e após a morte de Vargas, quando, à participação popular via partido, se agregaram outras mobilizações sociais, em torno de propostas, cada dia mais avançadas, em direção ao reformismo social.<sup>211</sup>

Antes de concluir este capítulo, entretanto, analisaremos a despedida de Leonel Brizola da Assembleia Legislativa, momento que marca mais uma disputa entre as lideranças do PTB, notadamente entre o grupo liderado por Alberto Pasqualini e o liderado por João Goulart, do qual Brizola fazia parte.

Em fevereiro de 1953, estourou nova crise no PTB gaúcho. O motivo, ao menos em princípio, dizia respeito a uma reestruturação no Secretariado de Governo. Segundo noticiavam os jornais, o início do imbróglio se deu quando foi divulgado um convite feito pelo governador Ernesto Dornelles a Leonel Brizola, para que este assumisse a pasta de Obras Públicas, sem a ciência do então Secretário, Aníbal Di Primio Beck.<sup>212</sup>

Imediatamente, Aníbal Di Primio Beck decidiu renunciar ao seu cargo. Foi dissuadido desta atitude, porém, graças aos apelos de João Goulart e Alberto Pasqualini. Passou a ocupar, nesse momento, duas secretarias, visto que Egídio Michaelsen havia renunciado, alguns meses antes à Secretaria de Interior.<sup>213</sup>

Os conflitos entre os representantes trabalhistas, entretanto, continuaram. O motivo, contudo, mudou. A razão para os desentendimentos passou a ser a disputa pelo poder na Executiva Estadual. De um lado estavam Di Primio Beck e seus apoiadores que defendiam uma reestruturação imediata e a formulação de uma nova Executiva Estadual. De outro,

---

<sup>210</sup> Idem, p. 330.

<sup>211</sup> DELGADO, op. Cit., p. 99.

<sup>212</sup> *Correio do Povo*, 01/02/1953, p.4. “Apelo dos Srs. Alberto Pasqualini e João Goulart para que o Sr. Di Primio Beck continue no governo”. Biblioteca Nacional.

<sup>213</sup> *Correio do Povo*, 04/02/1953, p. 20. “Reassumirá hoje a Secretaria de Obras Públicas o Sr. Aníbal Di Primio Beck. Biblioteca Nacional.

Brizola e seus seguidores defendiam a permanência da Executiva na qual ocupava o cargo de 2º Tesoureiro.<sup>214</sup>

No dia quatorze do mesmo mês, Alberto Pasqualini chegou a Porto Alegre com a tarefa de conciliar as partes em disputa. Segundo se depreende das reportagens, porém, sua tarefa foi dificultada, pois só teria conseguido palestrar com um dos grupos, o representado por Di Primio Beck. Os demais membros da executiva Estadual não estavam em Porto Alegre.<sup>215</sup> Como as negociações não avançaram, Di Primio Beck decidiu exonerar-se dos cargos que exercia.<sup>216</sup>

A maneira como o processo transcorreu, a presença de Pasqualini em Porto Alegre conferenciando com Primio Beck, a ausência da outra parte em conflito, nos leva a concluir que se operou mais uma vitória a favor dos jovens líderes do PTB, a despeito do espaço conquistado pelos programáticos na direção do partido com as “crises” anteriores.

Essa ideia é reforçada ao se ter em mente que, a essa época, Jango estava na presidência nacional do Partido e alguns meses depois, mais especificamente em junho de 1953, veio a ocupar o Ministério do Trabalho.

Voltando à polêmica em torno da indicação para a Secretaria de Obras Públicas, dias depois, Leonel Brizola foi nomeado para essa pasta e fez seu último pronunciamento, despedindo-se do plenário da Assembleia.

Nada mais desejo senão repetir singelas palavras que tive ensejo de pronunciar nesta mesma tribuna, quando eu me despedi dos colegas, em fins da seção legislativa passada, e quando pretendia entrar em licença para tratar da minha saúde. Desejo manter as amizades sólidas e sinceras que tive a felicidade de conquistar neste plenário, nesta Assembleia, entre os meus colegas e entre os servidores deste Poder e, ainda, colocar sempre ao dispor do Poder Legislativo todos os meus modestos préstimos para que a Assembleia Legislativa do Rio Grande, possa cumprir, em tudo aquilo que por felicidade venha a depender da minha atuação, com os meus deveres constitucionais e com as suas obrigações perante o povo do nosso Estado.

Contarei, por certo, com a colaboração integral do Poder Legislativo em tudo o que o governo do general Ernesto Dorneles, no que ele pretender realizar de bom e de proveitoso para o Rio Grande, com a colaboração decidida da Assembleia Legislativa porque é esta a lição que a todos nós, eleitos deputados, quando exercemos o nosso mandato, aprendemos nas lides parlamentares, porque acima de nós, dos nossos interesses materiais ou políticos, estarão sempre os interesses superiores do Rio Grande.

O meu lema, sr Presidente, no exercício da Secretaria de Estado das Obras Públicas, do Rio Grande do Sul, será simples: trabalhar, trabalhar, trabalhar com todas as minhas energias em benefício do Rio Grande.<sup>217</sup>

---

<sup>214</sup> *Correio do Povo*, 12/02/1953, p. 16. “Acentua-se o desentendimento no PTB”. Biblioteca Nacional.

<sup>215</sup> *Correio do Povo*, 14/02/1953, p.12. “Em Porto Alegre o Senador Alberto Pasqualini”. Biblioteca Nacional.

<sup>216</sup> *Correio do Povo*, 20/02/1953, p. 12. “Exonerou-se ontem da Secretaria de Obras Públicas o Sr. Anibal di Primio Beck”. Biblioteca Nacional.

<sup>217</sup> BRAGA, Kenny. [et. Al.], op. Cit., p. 489.

## **2.5 - Considerações finais do capítulo**

A posição de deputado do partido do governo em um contexto tão turbulento como foi o dos anos iniciais da década de 1950, provocou algumas mudanças na orientação e na atuação de Brizola.

Seu discurso combativo foi diminuído. Brizola, inclusive, fez menos pronunciamentos do plenário, apesar de ter exercido a função de líder da bancada trabalhista na Assembleia. Imbuído da missão de defender o governo, suas críticas aos candidatos de oposição denunciavam uma tentativa de desmoralizar o governo perante a opinião pública.

Sua atuação foi marcada por um alinhamento com as medidas tomadas pelo presidente Getúlio Vargas. Isso implicou na defesa do desenvolvimento autônomo e autossustentado e na tentativa de angariar a colaboração das classes trabalhadoras. Medidas “desenvolvimentistas” permeadas pelo discurso nacionalista.

Os limites para essa atuação, entretanto, também estavam expostos. Crescentes mobilizações sociais e greves contra o aumento no custo de vida exigiam medidas emergenciais que, apesar de uma postura aberta ao diálogo com os movimentos sociais, nem sempre puderam ser atendidas pelos trabalhistas.

Finalmente, esse é um período marcado, também, pela ascensão e consolidação de jovens líderes trabalhistas, cujos expoentes foram Leonel Brizola e João Goulart. O processo que os alçou a esse posto foi extremamente conflituoso, marcado por lutas fratricidas. Pesaria a favor desses jovens sua aproximação com o líder maior do trabalhismo, Getúlio Vargas.



## **Conclusão.**

Os anos que se abrem com a democratização de 1945 operaram uma série de transformações significativas na sociedade brasileira. Contudo, vemos também uma série de continuidades.

Ao mesmo tempo em que procurava tutelar a ação dos trabalhadores, seguindo uma tendência inaugurada no pós trinta, especialmente durante o Estado Novo, o Estado brasileiro pós-1945, lançou e potencializou a participação popular na esfera pública brasileira.

O Partido Trabalhista Brasileiro está contido nessa ambiguidade. Foi criado como um partido que objetivava canalizar as forças populares e médias para o projeto getulista, mas à medida que foi se fortalecendo, novos segmentos sociais foram se sintonizando e conferindo novos contornos às medidas trabalhistas de reforma social.

A trajetória política de Leonel de Moura Brizola é, ao mesmo tempo, reflexo e produto dessa realidade. Ela espelhou os variados conflitos que estavam expostos na sociedade naquele período.

Por mais que sua projeção enquanto líder nacional do trabalhismo tenha ocorrido nos anos posteriores ao suicídio de Getúlio Vargas, analisar os anos iniciais de sua trajetória política deslindou muitos aspectos interessantes sobre a conjuntura do imediato pós-guerra.

Neste sentido, o que pudemos observar, no que diz respeito à sua trajetória individual foi primeiro, um processo de mobilidade social garantido através do acesso à educação. Área que recebeu uma atenção especial durante a chamada Era Vargas e que não esgota, mas traz elementos interessantes para pensarmos a afinidade de Brizola com as ideias trabalhistas e sua forte militância nesse âmbito.

Foi pela sua formação acadêmica que Brizola ingressou pela primeira vez no funcionalismo público e teve contato com importantes lideranças políticas do período, tais como: Antonio Brochado da Rocha e Loureiro da Silva.

Foi como líder estudantil e representante da juventude porto-alegrense que ele ingressou na política e conseguiu sua candidatura e eleição à Assembleia Legislativa do Estado.

Esse processo de ascensão social possibilitou-lhe travar contatos com novos atores sociais e membros da elite política do Estado. A maneira como conseguiu “se utilizar” desses contatos e se inserir nesse grupo, também trazem elementos interessantes para compreender as razões de sua projeção política. Exemplar a esse respeito foi o seu casamento com Neusa Goulart, irmã de João Goulart, em cerimônia que teve como padrinho Getúlio Dornelles Vargas.

Essa proximidade com as lideranças trabalhistas foram importantes para sua projeção nos cargos do PTB em processo que se consolida a partir dos anos 1950, durante a Segunda Legislatura estadual.

No que diz respeito a sua atuação legislativa, sua primeira atuação é marcado por um tom altamente combativo e oposicionista. Suas falas são permeadas por críticas ao poder executivo, à época, controlado pelo PSD na pessoa do governador Walter Jobim.

Diante do contexto de insatisfação social, gerado pela crise econômica e pela repressão aos movimentos sociais, Brizola canalizou esse clima e o transformou em críticas contundentes à administração estadual. O que ficou claro no debate acerca das estratégias de desenvolvimento econômico para o Estado.

Durante sua primeira aparição política, Brizola experienciou os limites impostos ao Estado pela adoção de uma linha de desenvolvimento econômico hegemônico pela tese da vocação agrícola. Superar esses limites significava adotar uma política econômica centrada na industrialização e mediada pelo Estado.

Nos primeiros anos do pós-1945, entretanto, essas propostas não se apresentavam tão claramente e a adoção de uma ou outra estratégia de desenvolvimento só foi sendo construída a partir da vivência da ebulição social ocorrida nesses anos em função das consequências sociais da política econômica pró-EUA, adotada pelo presidente Eurico Gaspar Dutra.

No contexto do Rio Grande do Sul, os trabalhistas defendiam sua industrialização, mas existiam dúvidas acerca do caminho, das medidas práticas a serem tomadas. Ambiente que era reforçado pela crise do modelo econômico voltado para a exportação de gêneros alimentícios.

Seu radicalismo e combatividade, entretanto, tinham limites claros, expressos, por exemplo, na sua postura anticomunista.

Esse posicionamento político oposicionista de Brizola foi ilustrativo ainda do processo de gradual afastamento entre os partidos getulistas no Rio Grande do Sul, o PTB e o PSD, à revelia dos interesses do próprio Getúlio Vargas que, consoante seu ideal de tutela sobre as forças políticas do período que o apoiavam, notadamente os trabalhadores urbanos, desejava a união entre os dois partidos.

Esse processo de afastamento entre os dois partidos teve início com o lançamento da candidatura de Alberto Pasqualini a governador do Estado pelo PTB e se consolidou nas eleições de 1950 com a candidatura de Ernesto Dornelles.

Outro componente dessa relação foi o processo de migração de políticos da legenda do PSD para o Partido Trabalhista Brasileiro contribuindo para o fortalecimento do trabalhismo no Estado. Entre esses políticos podemos destacar: Loureiro da Silva, José Diogo Brochado da Rocha e o próprio Ernesto Dornelles.

No processo que levou o PTB gaúcho à principal força política do Rio Grande do Sul no período, o partido teve de lidar com inúmeros conflitos internos que resultaram na formação de dissidências.

Já em 1947, ocorreram disputas entre os sindicalistas, liderados por José Vecchio, e os programáticos, liderados por Alberto Pasqualini. O grupo programático consegue conquistar uma projeção entre os trabalhistas, mas a partir dos anos 1950, foram substituídos pelas novas lideranças trabalhistas representadas por João Goulart e Leonel Brizola. A proximidade a Vargas influenciou decisivamente nessa projeção. Não à toa, o poder desse grupo sobre o trabalhismo gaúcho se consolidou durante o período no qual o ex-ditador esteve novamente na presidência da República.

Durante o Segundo Governo Vargas, a atuação de Brizola na Assembleia Legislativa se deu no sentido de defender os governos trabalhistas aos quais estava ligado. Ele era o líder da bancada trabalhista no Legislativo. Seus projetos estavam intimamente sintonizados com as diretrizes do governo federal.

A intensificação das lutas sociais e a derrota nas eleições municipais de Porto Alegre, entretanto, lhe impuseram importantes lições. Os trabalhadores estavam cientes de seus direitos e desejavam aprofundar as conquistas sociais. Para tanto, explorariam o potencial político presente na recente conjuntura democrática.

No que tange à sua carreira política, era chegado o momento de Leonel Brizola ser conhecido como administrador. Esse importante capital político seria acumulado através do desempenho do Cargo de Secretário Estadual de Obras Públicas. Essa experiência, porém, extrapola os limites estabelecidos para essa dissertação.

## Anexos

A – Quadro de fotografias retratando a ascensão política de Brizola.

Fonte: LEITE FILHO, F. C. El caudillo: Leonel Brizola. Um perfil biográfico. Editora Aquariana: São Paulo, 2008. p. 61

## A ASCENSÃO



Brizola aos 14 anos, pouco depois de aportar em Porto Alegre, em 1936. (Arquivo PDT)



Aos 24 anos, quando foi lançado candidato a deputado estadual. (Arquivo PDT)



Aos 28, deputado estadual e estudante engenharia. (Arquivo PDT)



Líder da Bancada do PTB, na Assembléia Legislativa, 1949. (Arquivo PDT)



No dia do casamento com Neusa Goulart (1º de Março de 1950), sob as bênçãos do padrinho, Getúlio Vargas, ainda no exílio no Itú, RS, mas despontando como candidato forte à eleição presidencial daquele ano, da qual sairia eleito com 47,5% dos votos. (Arquivo PDT)



Visita ao presidente eleito Getúlio Vargas, na Fazenda do Itú, em janeiro de 1951. (Arquivo PDT)



Poster de candidato a prefeito de Porto Alegre, 1955. (Arquivo PDT)



Governador, em Porto Alegre, abraça os dois primeiros filhos. (Arquivo PDT)

Campanha para governador do Rio Grande do Sul, 1958. (Arquivo PDT)



B - Folder de campanha de Brizola para as eleições municipais de Porto Alegre, novembro de 1951.

Fonte: *Correio do Povo*, 01/11/1951, p.1. Biblioteca Nacional.

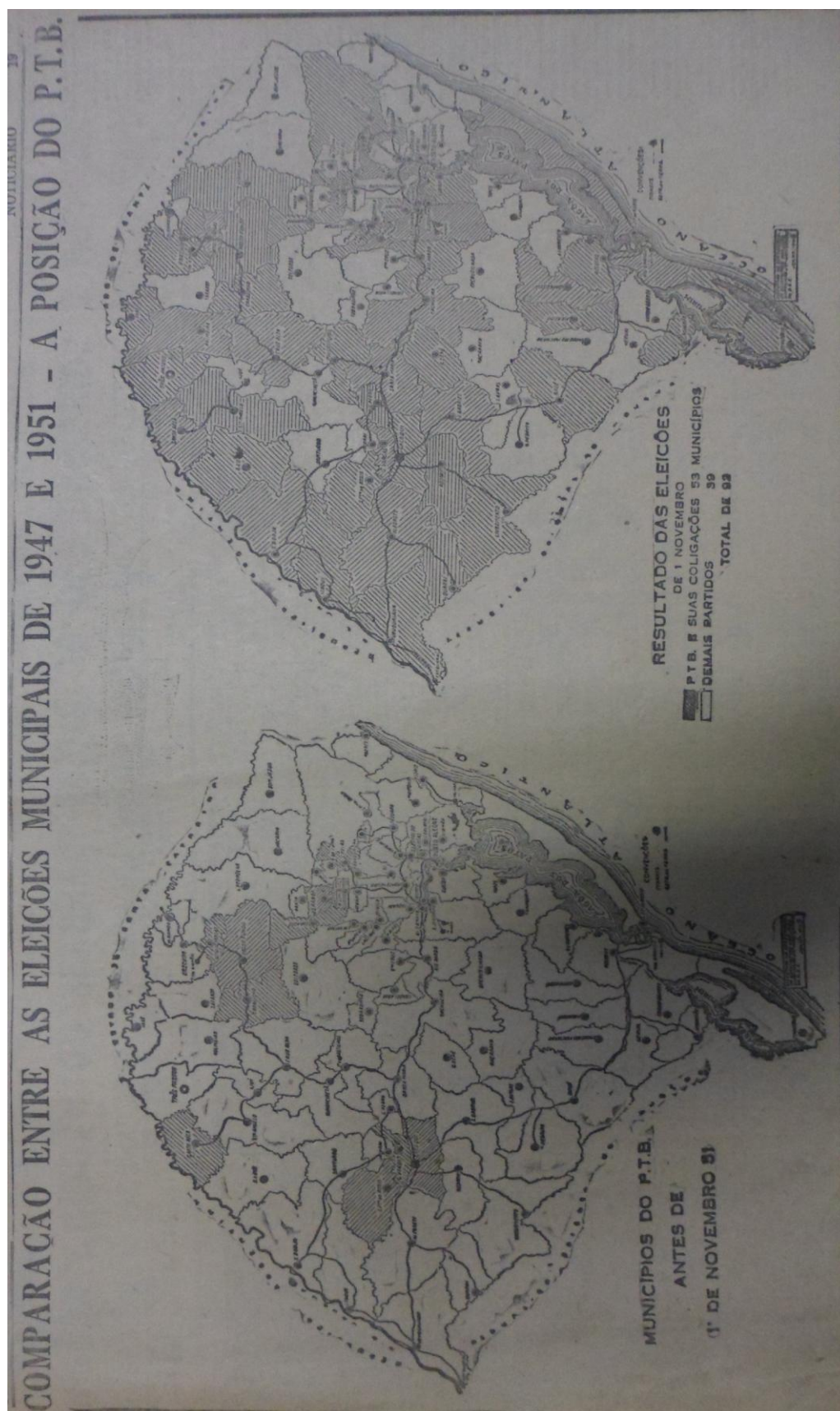
"Porto Alegre não pode parar"



CONHEÇA  
**LEONEL BRIZOLA**  
— E VOTE —  
COMO UM CIDADÃO LIVRE  
(Mandado publicar por um grupo de amigos)

C – Mapa eleitoral do Rio Grande do Sul comparando as eleições municipais de 1947 e de 1951. As áreas hachuradas apresentam os municípios onde a vitória foi trabalhista.

Fonte: *Correio do Povo*, 18/11/1951. p, 19. Biblioteca Nacional.



## Bibliografia

ALIMONDA, Hector. Debatendo o desenvolvimento na América Latina. Da CEPAL ao Partido dos Trabalhadores. In. BARTELT, Dawid Danilo. Um campeão visto de perto. Uma análise do modelo de desenvolvimento brasileiro. Série Democracia. Publicado pela Heinrich-Böll-Stiftung, 2012. Disponível em: [http://www.br.boell.org/downloads/Democracia\\_Inside\\_A\\_Champion\\_port\\_FINAL.pdf](http://www.br.boell.org/downloads/Democracia_Inside_A_Champion_port_FINAL.pdf)

Acesso em: 15/03/2013.

ALMEIDA JR, Antonio Mendes de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In. FAUSTO, Boris (dir). História Geral da Civilização Brasileira. Tomo III. O Brasil Republicano. V.3: sociedade e política (1930-1964). 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 225-255.

BANDEIRA, Moniz. O governo João Goulart. As lutas sociais no Brasil 1961-1964. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. Brizola e o trabalhismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BERSTEIN, Serge. “Cultura Política”, in: RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François (orgs.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. p 349-363.

BODEA, Miguel. Trabalhismo e populismo no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992. 212p.

CÁNEPA, Mercedes Maria Loguercio. Partidos e Representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no Rio Grande do Sul (1945-1965). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. 431p.

COSTA, Izabel Cristina Gomes da. A hora da travessia: reinventando o brizolismo e o trabalhismo. Revista Mundos do Trabalho, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012, p. 121-145.

Disponível em:

[http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2012v4n7p121)

[9222.2012v4n7p121](http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2012v4n7p121) Acesso em: 15/02/2013.



CRUZ, João Batista Carvalho da. Da formação ao desafio das urnas: o PTB e seus adversários nas eleições estaduais de 1947 no Rio Grande do Sul. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). São Leopoldo, RS, 2010.

D'ARAÚJO, Maria Celina. O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos ; 90).

\_\_\_\_\_. Sindicatos, Carisma e Poder: o PTB de 1945 a 1965. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996. 192p.

D'ARAÚJO, Maria Celina; GOMES, Angela de Castro. Getulismo e trabalhismo. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DE GRANDI, Celito. Loureiro da Silva: o Charrua. Porto Alegre: Literalis, 2002. 320p.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. PTB: do getulismo ao reformismo. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DUARTE, Adriano e FONTES, Paulo; “O populismo visto da periferia: adhemarismo e janismo nos bairros da Mooca e São Miguel Paulista (1947-1953)”. *Cadernos AEL – Dossiê Populismo e trabalhismo*, v.11, n.20/21, 2004.

DUTRA, Eliana R. de Freitas. “História e Culturas Políticas - definições, usos, genealogias”, *in: Varia História*. Belo Horizonte, 2003, n. 28, pp. 13-28.

FERREIRA, Jorge. “O nome e a coisa: o populismo na política brasileira”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2001.

\_\_\_\_\_. O trabalhismo radical e o colapso da democracia no Brasil. In: *1964-2004: Anais do seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7letras, 2004.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo, política e trabalhismo no Rio Grande do Sul: a trajetória de José Vecchio. In: REIS FILHO, Daniel Aarão (org.). Intelectuais, História e Política (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: 7Letras, 2000.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Do Rio Grande do Sul à Guanabara. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

FONTES, Paulo. Um Nordeste em São Paulo. Trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista: 1945-66. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2008, 346p.

FORTES, Alexandre. Nós do Quarto Distrito. A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas. Caxias do Sul, RS: Educus; Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

FORTES, Alexandre. Trabalhismo e classe trabalhadora. As origens sociais do brizolismo em Porto Alegre. Anais do Congresso da LASA, Las Vegas, Nevada, 7-9 de outubro, 2004. Disponível em: [http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2004/files/FortesAlexandre\\_xCD.pdf](http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2004/files/FortesAlexandre_xCD.pdf). Acesso em: 20/04/2011.

FRENCH, John D. O ABC dos operários. Conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 – 1950. São Caetano do Sul, São Paulo: HUCITEC, 1995.

FRENCH, John D. Los trabajadores industriales y el nacimiento de la República Populista en Brasil, 1945-1946. In: MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto (org.). Populismo y neopopulismo en América Latina. El problema de la Cenicienta. 1ªreimp. Buenos Aires: EUDEBA, 1999.

GOMES, Angela de Castro. A invenção do Trabalhismo. 3ªed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

\_\_\_\_\_. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. Varia Historia, n.28, p. 55-68, 2002.

\_\_\_\_\_. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964). Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

\_\_\_\_\_. Brizola e o trabalhismo. Anos 90, Porto Alegre, v. 11, n. 19/20, p.11-20, jan./dez. 2004.

\_\_\_\_\_. Trabalhismo e democracia: o PTB sem Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro. (org.) *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

GONÇALVES, Luiz Eduardo Fonseca de Carvalho. As relações Brasil-CEPAL. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2011. 120p.

HIPPOLITO, Lúcia. De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64). Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1985. 340p.

HOBSBAWM, Eric. A Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991). São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

JOBIM, André Vinícius Mossate. Os ferroviários e o trabalhismo: as greves dos anos cinquenta em Santa Maria (1951, 1952 e 1954). Trabalho apresentado como exigência para o Exame de Qualificação de Mestrado no Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob orientação do prof. Dr. Benito Bisso Schmidt. Porto Alegre, 2012.

KLÖCKNER, Luciano. O diário político de Sereno Chaise. 60 anos de História. Porto Alegre: AGE, 2007.

LEITE FILHO, F. C. El caudillo: Leonel Brizola. Um perfil biográfico. Editora Aquariana: São Paulo, 2008.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. Por uma história política (org.). 2ªed. Rio de Janeiro: editora FGV, 2003.

MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto. Los complejos de la cenicienta. In: MACKINNON, María Moira; PETRONE, Mario Alberto (org.). Populismo y neopopulismo en América Latina. El problema de la Cenicienta. 1ªreimp. Buenos Aires: EUDEBA, 1999.

MÜLLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DECANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sergius (orgs.). RS: Economia & política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

NEGRO, Antonio Luigi. Paternalismo, populismo e história social. *Cadernos AEL – Dossiê Populismo e trabalhismo*, v.11, n.20/21, 2004. p.9-41.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992. 142p.

RODEGHERO, Carla Simone. O anticomunismo na encruzilhada entre o autoritarismo e a democracia: a conjuntura 1945-1947. *MÉTIS: história & cultura*. V.5, nº10, jul/dez. 2006, p. 179-202.

SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964). Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.237-278.

SANTOS, João Marcelo Pereira dos. Eletricitários: toda energia é pouca. *Cadernos AEL*, v.11, 20/21, 2004. p.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo biografias...historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos. *Revista Estudos Históricos*, vol. 10, nº 19, 1997.

SENTO-SÉ, João Trajano. A era do líder popular. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (org.). A força do povo: Brizola e o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Alerj, CPDOC/FGV, 2008.

SILVA, Angelissa Azevedo. A campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964). Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 309-334.

SILVA, Fernando Teixeira da. Operários sem patrões. Os trabalhadores da cidade de Santos no entreguerras. Campinas, S.P.: Ed. Da UNICAMP, 2003. 456p.

SILVA, Fernando Teixeira da. & SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o “Partido da Classe Operária” (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). Nacionalismo e reformismo sindical (1945-1964). Coleção as Esquerdas no Brasil v.2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 101-140.

SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio a Castelo. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Floriano & SOUZA, Alda. Leonel Brizola. Porto Alegre, RS: Tchê! Editores, 1985.

SUKMAN, Márcio André Koatz. A trincheira dos trabalhadores- João Goulart, PTB e o Ministério do Trabalho (1952 – 1954). Dissertação apresentada ao programa de Mestrado da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2006.

THOMPSON, E.P. “Patrícios e Plebeus” in *Costumes em comum: Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. Pp.25-86.

THOMPSON, E.P.; “Algumas observações sobre classe e ‘falsa consciência’” in *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas, S.P.: Ed. Da UNICAMP, 2001, pp.269-283.

TOLEDO, Caio Navarro. ISEB: Fábrica de Ideologias. São Paulo: Ática, 1978.

TRINDADE, Héglio. Padrões e tendências do comportamento eleitoral no Rio Grande do Sul. In. CARDOSO, Fernando Henrique & LAMOUNIER, Bolívar (coord.). Partidos políticos e eleições no Brasil. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. p. 153-204.

\_\_\_\_\_ & NOLL, Maria Izabel. Rio Grande da América do Sul: partidos e eleições (1823-1990). Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Sulina, 1991. 96p.

VIANNA, Cibilis. Reformas de base e a política nacionalista de desenvolvimento – de Getúlio a Jango. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1980.

VILAS, Carlos. Estudio preliminar. El populismo o la democratización fundamental de América Latina. In: VILAS, Carlos. (org.). La democratización fundamental. El populismo en América Latina. México: Consejo Nacional para la cultura y las artes, 1994.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. 5ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

#### Fontes

ALERGS. Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Vol. 19. setembro de 1948.

Arquivo Nacional, Fundo Salgado Filho, Ap. 49, Cx. 11, Doc. 8.

Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), Fundo Estados. Pastas 19C, 19D e 19E.

CPDOC/FGV. Arquivo Pessoal de Getúlio Vargas. Correspondências.

BRAGA, Kenny; SOUZA, João B. de; DIONI, Cleber; BONES, Elmar (coord.). Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004). Porto Alegre: Assembleia Legislativa do RS, 2004. 626p. Série perfis parlamentares.

BANDEIRA, Luiz Alberto de Vianna Moniz. *Luiz Alberto de Vianna Moniz Bandeira (depoimento, 2003)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010, 93p.

HEINZ, Flávio M (org.). *O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembleia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982*. Col. Os 170 anos do Parlamento Gaúcho: v. 3. Porto Alegre: CORAG, 2005. 108p

PASQUALINI, Alberto. *Bases e sugestões para uma política social*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1958.

VARGAS, Alzira. *Entrevista. Ensaios de opinião*. Rio de Janeiro: Editora Inúbia, 1975. p. 17-19.

VECCHIO, José. (depoimento). Rio de Janeiro, CPDOC.

Periódicos Consultados: Todos compõem o acervo da Biblioteca Nacional.

*Correio do povo (RS)*. Biblioteca Nacional, sessão periódicos. Meses: fevereiro, junho e setembro de 1948; abril, junho, julho e agosto de 1947; agosto e novembro de 1951 e fevereiro de 1953.

*A Manhã (RJ)*.

*Diário Carioca (RJ)*

*Diário de Notícias (RJ)*

*Folha da Tarde (RJ)*